

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ICS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO**

GABRIEL MAGALHÃES BELTRÃO

**A ECONOMIA COLONIAL E A PARTICULARIDADE DA MANUFATURA
AÇUCAREIRA**

**Maceió-AL
2013**

GABRIEL MAGALHÃES BELTRÃO

**A ECONOMIA COLONIAL E A PARTICULARIDADE DA MANUFATURA
AÇUCAREIRA**

Dissertação de mestrado em Sociologia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para a obtenção do título de mestre.

Orientação da professora PhD. Belmira Rita da Costa Magalhães.

**Maceió-AL
2013**

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Fabiana Camargo dos Santos

B453e Beltrão, Gabriel Magalhães.

A economia colonial e a particularidade da manufatura
açucareira / Gabriel Magalhães Beltrão. – 2013.
159 f.

Orientador: Belmira Rita da Costa Magalhães.
Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal
de Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Maceió, 2013.

Bibliografia: f. 157-159.

1. Economia colonial. 2. Escravidão. 3. Manufatura açucareira.
4. Sociologia do desenvolvimento. I. Título.

CDU: 316.422



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO**



Membros da Comissão Julgadora da Defesa da Dissertação do Mestrando Gabriel Magalhães Beltrão, intitulada “*A Economia Colonial e a Particularidade da Manufatura Açucareira*”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas (PPGS - UFAL), em 04 de Fevereiro de 2013, às 14h, no Miniauditório do Instituto de Ciências Sociais – UFAL, Maceió-AL.

Banca Examinadora:

Prof. PhD. Belmira Rita da Costa Magalhães
Orientadora (ICS/PPGS/PPGLL - UFAL)

Prof. Dr. Paulo Décio de Arruda Mello
Examinador Interno (ICS - UFAL)

Golbery Luiz Lessa de Moura
Examinador Externo (Doutor em Ciências Sociais - UNICAMP)

Aprovado em 04 de Fevereiro de 2013.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos e todas que direta ou indiretamente contribuíram para o processo de desenvolvimento e conclusão deste trabalho.

Aos meus familiares, pelo apoio de sempre. À companheira Liana, por tudo!

Aos professores do mestrado e aos colegas da turma, pelos momentos de aprendizado.

Agradeço aos professores Golbery Lessa, Alice Anabuki e Paulo Décio por terem feito parte das bancas de qualificação e defesa, por todas as contribuições e discussões levantadas.

Agradeço em especial a minha orientadora, Belmira Magalhães, por toda a sua atenção, dedicação e contribuição na minha formação!

À FAPEAL, pelo incentivo ao desenvolvimento desta pesquisa no período inicial, através da concessão da bolsa de estudos.

“O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadoria em geral.”

(MARX, K. Manuscritos Econômicos e Filosóficos, 2008, p. 80).

RESUMO

A presente dissertação tem por objeto de estudo a análise da manufatura açucareira colonial com o intuito de buscar apreender suas particularidades em relação às manufaturas clássicas estudadas por Marx. Pelo fato dos engenhos de açúcar estarem inseridos no processo histórico de colonização, tornou-se necessário discorrer sobre a economia colonial através da exposição de duas interpretações marxistas para a questão. Tais interpretações globais sobre a economia colonial nos possibilitaram compreender os fundamentos socioeconômicos que explicam características marcantes dos engenhos, tais como a escravidão e a divisão do trabalho. Através de recursos iconográficos e de relatos de época buscaremos evidenciar o caráter manufatureiro já existente desde os primeiros engenhos no século XVI, enfatizando os meios de trabalho e a organização da produção que eram utilizados na produção para exportação. O aprimoramento manufatureiro ocorrido no século XVII será analisado em suas implicações sobre os trabalhadores e a produtividade, demonstrando-se que as relações escravistas de produção eram compatíveis com progresso técnico e organizativo típicos do capitalismo mercantil. A cooperação baseada na divisão do trabalho – manufatura – é apresentada não somente como compatível com o trabalho escravo, mas também como uma necessidade para a utilização sistemática deste tipo de relações de produção. Tais relações de produção aprofundam ainda mais a separação do trabalho manual em relação ao trabalho intelectual, característica marcante da manufatura, e, por conseguinte, imprimem uma particularidade à manufatura açucareira que será designada como uma imperfeição em relação à manufatura europeia. Além desta particularidade de natureza socioeconômica, o engenho sofria com outra imperfeição decorrente da matéria-prima beneficiada, que surtia efeitos negativos à medida que prejudicava a previsibilidade da produção comum em outras produções. Desta forma, a particularidade da manufatura açucareira será apresentada como imperfeições impostas pelas relações escravistas de produção e pela contingência imposta pela matéria-prima.

PALAVRAS-CHAVE: Economia colonial. Escravismo. Manufatura açucareira.
Sociologia do desenvolvimento.

ABSTRACT

This dissertation is a study subject analysis of colonial sugar manufacturing with the aim of seeking to seize their particularities in relation to manufactures classic studies by Marx. Because of the sugar mills are inserted in the historical process of colonization, became necessary to discuss the colonial economy by exposing two Marxist interpretations to the question. Such interpretations about the global economy have enabled us to understand the colonial socioeconomic fundamentals that explain the striking features of the craft such as slavery and the division of labor. Through iconographic resources and time reports seek to highlight the character existing manufacturing from the earliest mills in the sixteenth century, emphasizing the means of labor and organization of production that were used for export production. Improving manufacturing occurred in the seventeenth century will be considered on its implications on workers and productivity, showing that the slave relations of production were consistent with technical and organizational typical of mercantile capitalism. Cooperation based on division of labor – manufacture – is presented not only as compatible with slave labor, but also as a necessity for the systematic use of this type of production relations. Such relationships production deepened further separation of manual work in relation to intellectual work hallmark of manufacture, and therefore print a particularity to manufacture sugar which is designated as an imperfection in relation to european manufacture. Besides this particularity of socioeconomic nature, the mill suffered from another flaw resulting from raw material benefit, that it had negative effects as it would undermine the predictability of production common in other productions. Thus, the particularity of manufacture sugar will appear as imperfections imposed by slave relations of production and the contingency imposed by raw material.

Keywords: Colonial economy. Slavery. Manufacturing sugar. Sociology of development.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1 INTERPRETAÇÕES DA ECONOMIA COLONIAL: A TESE SISTÊMICA....	15
1.1 O significado histórico do capital mercantil na Modernidade.....	15
1.2 Economia colonial como peça aceleradora da acumulação primitiva.....	37
2 INTERPRETAÇÕES DA ECONOMIA COLONIAL: O ESCRAVISMO COLONIAL.....	57
2.1 A centralidade das relações escravistas de produção.....	57
2.2 Plantação: força produtiva que demanda as relações escravistas de produção.....	71
2.3 Acumulação escravista e consequente esterilização de capital.....	82
3 A MANUFATURA AÇUCAREIRA - ENGENHO DE AÇÚCAR COMO UMA MANUFATURA ORGÂNICA COLONIAL: AS MARCAS DAS RELAÇÕES ESCRAVISTAS DE PRODUÇÃO E DA PARTICULARIDADE DA MATÉRIA-PRIMA.....	92
3.1 Dos primeiros engenhos de açúcar até as transformações de meados do século XVII.....	92
3.2 Inovação tecnológica e aprimoramento manufatureiro no século XVII.....	112
3.3 Cozinha: <i>locus</i> da imperfeição da manufatura açucareira.....	133
3.4 Mestre do açúcar: o mago dos engenhos açucareiros.....	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
REFERÊNCIAS.....	157

INTRODUÇÃO

Durante três séculos de colonização o cultivo e o beneficiamento da cana-de-açúcar se constituíram como uma das principais, senão a principal, atividade produtiva do Brasil colonial. Com a exceção do ciclo aurífero das Minas Gerais que durou aproximadamente um século, entre os séculos XVII e XVIII, e do surto algodoeiro do final do período oitocentista, apenas a produção de açúcar possuiu o *status* de um produto de exportação perene da colônia, compondo e determinando inquestionavelmente a paisagem, a economia e a vida social das regiões produtoras. Por mais que em termos historiográficos se distinga como “ciclo do açúcar” o período que vai do início da colonização até meados do século XVII, o sentido aí empregado para “ciclo” se refere ao apogeu vivenciado por este produto no mercado europeu; tratou-se de uma época áurea à medida que a Coroa lusitana gozava do monopólio de sua comercialização, auferindo lucros exorbitantes que alavancou a produção no nordeste brasileiro. Apesar deste “ciclo” esplendoroso economicamente, podemos considerar que a produção do açúcar foi contínua e não intermitente durante todo o período colonial, mantendo-se como o principal produto de exportação mesmo nas épocas menos atrativas para novos investimentos.

Além deste fator continuidade, a produção do açúcar possuiu uma peculiaridade frente àqueles produtos literalmente cíclicos acima mencionados: de maneira impreterível, a produção agrícola tinha que estar acoplada a um beneficiamento fabril¹ do produto agrícola. A produção aurífera nas lavras apesar de contar com grande contingente de trabalhadores submetidos a uma direção única, possuía um caráter tão-somente extrativo, não conformando uma indústria associada à extração para o beneficiamento do ouro bruto. O mesmo ocorre com a cotonicultura impossibilitada pela

¹ Entendemos beneficiamento fabril no sentido genérico de um *novo* trabalho que transforme a matéria-prima (produto de um anterior trabalho agrícola ou extrativo) em um valor de uso, seja produtivo (meios de trabalho) ou de consumo direto. A existência de beneficiamento fabril da cana-de-açúcar em solo colonial não excluía em absoluto o reprocessamento do açúcar na Europa através do refino; quando isso ocorria, o açúcar exportado tornava-se matéria-prima para o beneficiamento fabril europeu, sem que fosse possível prescindir do beneficiamento fabril realizado na colônia. Tal duplicidade não pode ser explicada por argumentos técnicos, mas sim em virtude de causas econômicas: divisão internacional do trabalho.

Coroa de conformar uma produção manufatureira nacional². Portanto, levando-se em consideração que o Sistema Colonial mercantilista vedava deliberadamente o florescimento da produção fabril nas áreas coloniais, podemos concluir que o engenho de açúcar foi durante os três séculos de colonização praticamente³ a única indústria de grande porte aqui existente.

Por indústria entendemos o beneficiamento fabril da matéria-prima baseado na utilização massiva de força de trabalho e, principalmente, na organização deste contingente de forma a consubstanciar uma cooperação baseada na divisão do trabalho. Em outros termos, aqui indústria é sinônimo de manufatura. Tal designação é válida à medida que entre a manufatura e a grande indústria não há tão somente descontinuidade, pois a “própria manufatura fornece ao sistema de máquinas (...), grosso modo, o fundamento naturalmente desenvolvido da divisão e portanto da organização do processo de produção”. (MARX, 1984, p. 13). O trabalhador coletivo combinado instaurado pela manufatura serve de *modelo* à posterior produção industrial, apenas um modelo já que o processo produtivo global na grande indústria é considerado objetivamente – sem os entraves oriundos do princípio subjetivo da manufatura - , o que possibilita alterações significativas na organização do processo de produção. Para o que nos interessa aqui, basta dizer que o *modelo* para a grande indústria representado pelos engenhos coloniais carecia de potencialidade histórica para se consumir enquanto tal, haja vista fatores particulares da formação econômica colonial que entravavam o desenvolvimento do capitalismo à semelhança da via clássica ao capitalismo estudada por Marx em *O Capital*.

O objetivo central deste trabalho reside em buscar apreender as particularidades do processo produtivo dos engenhos coloniais, trazer à tona o *modus operandi* desta proto-indústria brasileira erigida desde os primórdios da colonização lusitana. Para tal, o estudo marxiano a respeito da manufatura europeia nos fornece as características universais desta força produtiva particular engendrada pela produção capitalista na sua

² Em 5 de janeiro de 1785 a Coroa lisboeta publica um alvará proibindo a edificação de manufaturas têxteis no Brasil. Cf. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*, Fernando Novais, 2005.

³ Enquanto exceções de menor porte, podemos citar as olarias e as charqueadas rio-grandense, estas últimas que emergem no final do século XVIII e adquirem grande expressão durante o século seguinte.

fase de constituição do modo de produção especificamente capitalista. Como pudemos perceber, o autor alemão não se aprofunda sobre a singularidade de cada ramo de produção - ainda que mencione o conhecimento de variados casos a título de exemplificação - visto que seu objetivo é capturar o que de comum existe quando da constituição do trabalhador coletivo combinado, seus impactos sobre a relação sujeito-objeto de produção. Tais características universais nos permitem caracterizar a produção colonial do açúcar como manufatureira, todavia, a particularidade da formação econômica colonial imprime uma série de peculiaridades à manufatura açucareira, sendo a captura dessa especificidade o objeto da presente dissertação. A formação econômica colonial se materializa numa manufatura particular em relação à manufatura européia que precede a Revolução Industrial, de modo que buscaremos elencar tais peculiaridades à luz do debate mais global a respeito da formação econômica.

As descrições de época nos fornecem subsídios ímpares para tal empreitada à medida que nos proporcionam a base empírica para as nossas conclusões. O engenho açucareiro materializa em si a estrutura e a dinâmica da economia colonial, sendo, portanto, imprescindível que discorramos a respeito de algumas linhas interpretativas fornecidas por grandes sínteses teóricas. Através de notórios intérpretes da economia colonial como Caio Prado Jr., João Manuel Cardoso de Mello, Fernando Novais e Jacob Gorender intentamos expor dois importantes troncos explicativos da problemática para, por conseguinte, utilizarmo-nos de suas contribuições para explicar as causas profundas de peculiaridades evidenciadas por nós nos engenhos a partir de alguns relatos de época. Deixemos claro que a presente dissertação não tem por objeto a reflexão sistemática acerca das sínteses até então produzidas pelo marxismo para a problemática da economia colonial, o que nos conduziu a escolha de duas interpretações entre as existentes que nos fornecessem subsídios para a análise microscópica dos engenhos.

Um estudo comparado entre o processo produtivo dos engenhos coloniais e as características universais da manufatura, tais como nos legou Marx, é um recurso analítico inevitável e proveitoso. Conquanto tenha validade investigativa no intuito de

evidenciar continuidades e descontinuidades entre as respectivas proto-indústrias, tal recurso investigativo é limitado caso não explicita os processos socioeconômicos maiores em que estavam inseridos tanto o engenho colonial quanto a manufatura têxtil inglesa. A *via clássica* ao capitalismo estudada por Marx possibilitou que ele se debruçasse sobre a manufatura mais madura e cristalina até então existente, processo produtivo este integrante do período de acumulação primitiva que dava passos largos em direção à consumação histórica na Inglaterra. Ainda que a manufatura inglesa estudada por Marx não tenha sido a precursora historicamente, pois seus primeiros exemplares datam do início do Renascimento nas cidades mercantis italianas, foi lá que o processo socioeconômico reuniu uma série de condições necessárias para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades e mesmo da sua superação através da Revolução Industrial. Extrai-se daí, portanto, categorias universalmente válidas ao estudo de qualquer processo produtivo manufatureiro, inclusive o do engenho de açúcar, mesmo que neste não as encontremos na sua totalidade e na sua pureza.

Como havíamos dito, da comparação podemos extrair aspectos particularizadores na manufatura açucareira, mas é de fundamental importância que as causas últimas de tais particularidades sejam desvendadas a partir das condições socioeconômicas que estruturam e determinam a dinâmica da produção açucareira colonial. Apenas o todo é capaz de explicar as suas partes constituintes. Como pretendemos mostrar no decorrer deste trabalho, a força produtiva social do trabalho representada pela manufatura data no Brasil desde os primeiros engenhos do século XVI, enquanto a base da atividade produtiva europeia ainda residia no trabalho artesanal e nas corporações de ofício. Esta anterioridade histórica da manufatura colonial apenas pode ser explicada caso se desvendem os fundamentos genéticos que presidiram a colonização lusitana, condição necessária inclusive para que se torne inteligível o processo histórico subsequente de profunda estagnação técnica. A estrutura sócio-histórica sobre a qual foi instalada a produção manufatureira entravará significativamente o seu desenvolvimento e, fundamentalmente, as possibilidades subsequentes de sua superação na perspectiva da industrialização. Cada uma das duas sínteses teóricas abordadas enfatizará aspectos distintos para explicar a estagnação técnica dos engenhos coloniais, o que decorre de pressupostos diferentes

na caracterização da Época Moderna, do Antigo Regime e, por fim, acerca da dinâmica e estrutura da economia colonial.

Para a consecução do nosso objetivo, dividiremos este trabalho em duas partes. A primeira discorrerá sobre duas tradições de interpretação da economia colonial, de modo que optamos por dividi-la em duas seções. Exporemos a hipótese de Jacob Gorender de que a economia colonial se consubstancia numa totalidade auto-referenciada, ou seja, considerando-a como uma estrutura interna dotada de uma dinâmica própria; apesar de ter sido engendrada com o fito de beneficiar o capital mercantil lusitano, conformou-se na América colonial um modo de produção *sui generis*, logo, dotado de estrutura e dinâmica internas com o estabelecimento necessário, porém externo a si própria, de relações com o capital mercantil na esfera da circulação. O modo de produção escravista colonial tem nas suas relações de produção o cerne para as suas leis internas constitutivas. As relações escravistas e mercantis de produção estruturam um modo de produção até então inexistente na história, que guarda identidades apenas genéricas com o escravismo antigo. Em virtude do escravismo torna-se, segundo Gorender, um absurdo a identificação da economia colonial com o capitalismo, mesmo que esse último seja entendido com capitalismo mercantil.

Na contramão dessa vertente, os intérpretes da colonização associados à abordagem sistêmica defendem que não há na economia colonial a conformação de uma estrutura interna capaz de possuir um dinamismo próprio ao espaço americano, como apregoa Gorender; assim sendo, a condição para a sua inteligibilidade consiste em inseri-la no Sistema Colonial, responsável por edificá-la e por determinar os seus movimentos dinâmicos em benefício do capital mercantil no período de acumulação primitiva. Apenas se entende o Brasil colonial caso se compreenda que sua economia estava diretamente vinculada, numa condição de subordinação estrutural, ao capital mercantil do período histórico de transição ao capitalismo; o Sistema Colonial mercantilista reduz geneticamente a economia colonial à condição de economia complementar do Império, circunstância em que se torna inapropriado se apregoar a vigência de um modo de produção interna à colônia.

Após a exposição dos principais argumentos que integram as referidas abordagens da economia colonial, passaremos à análise interna dos engenhos coloniais. Buscaremos demonstrar que a manufatura fora uma força produtiva adequada aos anseios do capital mercantil que, por conseguinte, impõe o escravismo à medida que se trata da relação de produção que melhor se adequava àqueles fins mercantis. Desta forma, nem a cooperação baseada na divisão do trabalho nem a escravidão foram escolhas fortuitas e as causas profundas de ambas explicam suas utilizações desde os primeiros engenhos coloniais. Através de recursos iconográficos comprovaremos o caráter manufatureiro existente desde os primeiros engenhos, demonstrando seus meios de produção e a organização da força de trabalho escrava imposta pelo capital mercantil. Daremos ênfase aos impactos da manufatura sobre os trabalhadores, ao seu caráter funcional para a utilização produtiva do braço escravo e às suas peculiaridades históricas decorrentes das relações escravistas de produção e da própria matéria-prima beneficiada – cana-de-açúcar.

O aprimoramento manufatureiro ocorrido nos engenhos coloniais durante o século XVII foi uma resposta às demandas crescentes do capital mercantil metropolitano, cuja origem advém de inovações nos meios de produção com irradiação sobre a produção como um todo – especialmente sobre a organização do trabalho. O surgimento de uma máquina-ferramenta apropriada à moagem da cana-de-açúcar desencadeia uma série de mudanças sobre a organização da produção, com efeitos sobre o cotidiano do trabalho e sobre a sua produtividade. Após analisarmos tais consequências ocorridas no interior da etapa de moagem, nos debruçaremos sobre a etapa de cozimento do caldo, que sofre uma intensificação na decomposição do trabalho tendo em vista o aumento da produtividade fabril. Ainda que tenha progredido em sua produtividade com o aprimoramento manufatureiro, a cozinha do engenho segue sendo o gargalo intransponível da produção açucareira haja vista a sua base técnica artesanal, o que a vitimava com um grau significativo de imprevisibilidade – contingência. Tal mácula da imprevisibilidade sobre a produção manufatureira é própria de um processo produtivo físico-químico em um momento histórico pré-industrial, o que nos leva a caracterizá-la como *imperfeita* à esteira de Marx, visto sua incapacidade de efetivar plenamente a lei técnica da manufatura segundo a qual se deve fornecer um

dado *quantum* de produtos em um tempo determinado. Ademais, a imperfeição da manufatura açucareira tem origens também nas relações de produção escravistas: há uma separação mais intensa entre o trabalho manual e o trabalho intelectual do que nas manufaturas européias estudadas por Marx, o que se reflete num processo muito mais intenso de atrofia dos trabalhadores parciais que são inseridos na engrenagem do trabalhador coletivo combinado. Certamente esta profunda atrofia dos escravos tem efeito deletério para o desenvolvimento nacional subsequente.

Por fim, utilizaremos da figura do mestre do açúcar que, segundo nossa hipótese, personifica tais imperfeições que particularizam a manufatura açucareira. A intangibilidade da produção do açúcar associada às relações escravistas de produção concentram quase que absolutamente o saber do processo produtivo na figura do mestre do açúcar, que, a despeito desta produção ter um acentuado grau de decomposição, figura como um verdadeiro mestre artesão à medida que possui o saber pleno e totalizante da produção do açúcar. Enquanto a característica universal do processo manufatureiro reside na dissolução dos antigos mestres artesãos, atrofiando-os à medida que se tornam executores de operações parciais, o mestre do açúcar mantém-se dotado de todo o conhecimento necessário ao fabrico do açúcar, ainda que se veja atrofiado do trabalho manual inerente a esta produção. Este efeito peculiar da manufatura açucareira será apresentado como resultado daquelas duas imperfeições que mencionamos anteriormente – advindas da matéria-prima e das relações de produção – de forma que o mestre do açúcar figure como a personificação da particularidade desta manufatura colonial.

1 INTERPRETAÇÕES DA ECONOMIA COLONIAL: A TESE SISTÊMICA

Nesta primeira parte da dissertação exporemos as linhas gerais de duas interpretações da economia colonial, tendo por objetivo obter subsídio analítico para o estudo das particularidades da manufatura açucareira na terceira e última seção. Buscamos reter e explicitar o fundamento teórico de fundo que opõe as duas teses marxistas, cujos desdobramentos recaem sobre a interpretação da economia colonial, ajudando-nos a ter uma compreensão de conjunto para nossa análise da parte fabril do engenho de açúcar.

1.1 O significado histórico do capital mercantil na Modernidade

Todas as interpretações existentes a respeito do Brasil colonial trazem consigo, mesmo que implicitamente, uma determinada abordagem acerca do período de transição vivenciado na Europa entre o feudalismo em crise e a emergência do modo de produção capitalista. Além das interpretações díspares existentes entre marxistas e não marxistas, no interior do próprio marxismo não há consenso quanto à caracterização deste período histórico, apesar de que todos na esteira de Marx o definam como a chamada acumulação primitiva de capital – “precedente à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida” (MARX, 1984, p. 261). O que aparentemente pode ser considerada uma reflexão secundária para o estudo da economia colonial, guarda um peso determinante em tal empreitada com reflexos nítidos sobre os resultados alcançados. Portanto, diante da importância da discussão a respeito da estrutura e da dinâmica da sociedade europeia na época de transição – período conhecido como Antigo Regime – para o estudo da América colonial, faremos breves considerações das abordagens que subjazem e servem de alicerces para os estudiosos brasileiros, tanto dos adeptos da tese sistêmica quanto dos adeptos da tese do escravismo colonial – que trataremos na seção seguinte.

Antes de prosseguirmos vale evidenciar quais autores compõem a chamada tese sistêmica e, grosso modo, qual o fio condutor que os unificam salvaguardadas as diferenças que possuem em suas interpretações. Autores como Caio Prado Jr., Fernando Novais, João Manuel e Florestan Fernandes veem a economia colonial como produto do capital mercantil na modernidade, sendo este a força dinâmica responsável pela estruturação e pelo desenvolvimento subsequente deste novo espaço socioeconômico. Para satisfizer os desígnios que deflagraram o processo colonizador dos trópicos, este novo espaço articula-se organicamente com o espaço metropolitano por intermédio dos nexos mercantis sistêmicos, de modo que ambos apenas podem ser compreendidos na sua plenitude como uma única totalidade, jamais isoladamente. Tem-se, portanto, uma abordagem sistêmica que inviabiliza a consideração estanque tanto da Metrópole quanto das colônias, haja vista que ambos os polos estão umbilicalmente relacionados pelo capital mercantil, evidentemente numa relação de subordinação em prejuízo das colônias. Pretendemos deixar claro no decorrer desta seção quais os pressupostos comuns à abordagem sistêmica que se consubstanciam numa interpretação da colônia com vários pontos de convergência, não sendo nosso objetivo contrastar resultados divergentes a que chegam aqueles autores que enumeramos acima. Ao contrário, privilegiaremos evidenciar o contraste existente entre os pressupostos e a linha geral da interpretação sistêmica da colônia em relação aos pressupostos e aos resultados obtidos com a tese do escravismo colonial – que exporemos na segunda seção.

O ponto nevrálgico que faz com que estas duas interpretações marxistas diverjam entre si diz respeito à centralidade ou não da categoria “modo de produção” para o estudo do período de acumulação primitiva, com consequências imediatas no que tange à relação entre o espaço colonial e o espaço metropolitano. Especificamente em relação à abordagem sistêmica, ora em foco, a categoria modo de produção é relativizada no período histórico de transição, pois se verifica concomitantemente ao processo endógeno de degenerescência do feudalismo um forte desenvolvimento do capital mercantil com o efeito de potencializar aquela crise e apontar para um desfecho inovador; a dinâmica oriunda da acumulação mercantil torna-se neste cenário de transição capaz de dinamizar a totalidade histórica, mesmo sem constituir relações de

produção específicas e hegemônicas⁴. Por ser uma sociedade de transição, possui o Antigo Regime uma dinâmica específica não oriunda diretamente das bases socioeconômicas, como normalmente acontece em sociedades que possuem um modo de produção consolidado e predominante⁵. À medida que se confere centralidade ao capital mercantil no período de interregno histórico, relativiza-se a categoria modo de produção com implicações para o estudo da sociedade colonial – através do peso que se confere ao sistema colonial na constituição de sua estrutura e determinação de sua dinâmica.

Esta ideia de uma sociedade de transição carente de um modo de produção capaz de determinar a totalidade social tem reflexo na caracterização do Estado, pois diante do mosaico de formas e relações de produção do período – e, por conseguinte, da multiplicidade da luta de classes – o poder político adquire um aparente “descolamento” em relação à base socioeconômica⁶. Há uma peculiar autonomia

⁴ O seguinte trecho de Paul Sweezy - extraído de uma nota da dissertação de Cordovano Vieira - expressa bem a caracterização que os adeptos da tese sistêmica fazem da transição do feudalismo para o capitalismo: “Chamarei o sistema que prevaleceu na Europa ocidental durante os séculos XV e XVI simplesmente de ‘produção pré-capitalista de mercadorias’ para significar que foi o crescimento da produção de mercadorias o que primeiro solapou o feudalismo e que, um pouco mais tarde, depois deste trabalho de destruição se encontrar praticamente concluído, preparou o terreno para o desenvolvimento do capitalismo. (...) Em particular, parece-me que seria exagerado classificar a produção pré-capitalista de mercadorias como um sistema social *sui generis*, equivalente ao feudalismo, capitalismo e socialismo. Não haveria uma relação de produção realmente predominante para caracterizar o sistema como um todo. Havia ainda fortes vestígios de servidão e começos bem definidos de trabalho assalariado, mas as formas de relação de trabalho mais comuns do ponto de vista estatístico eram bastante instáveis e incapazes de fornecer as bases de uma ordem social viável. (...) estamos certos, penso eu, em concluir que, se bem a produção pré-capitalista de mercadorias não fosse nem feudal nem capitalista, tampouco era um sistema autônomo viável” (SWEETZY apud VIEIRA, 2004, p. 70, nota 78, grifos nossos).

⁵ Neste sentido, acreditamos que a seguinte passagem de Marx se refere às *sociedades plenamente estruturadas*, que possuem um modo de produção hegemônico capaz de subsumir outros remanescentes e colocar a força política constituída (o Estado) a serviço da sua reprodução. Este preceito basilar do materialismo histórico é relativizado em momentos de transição, como o que estudamos aqui. Diz Marx: “(...) na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral” (MARX, 2003, p. 5, grifo nosso).

⁶ Diversos autores se valem em larga escala da seguinte passagem de Engels sobre o Estado no Antigo Regime, diz ele: “Entretanto, por exceção, há períodos em que as lutas de classes se equilibram de tal modo que o Poder do Estado, como mediador aparente, adquire certa independência momentânea em

relativa do aparato político em relação à luta de classes, o que seria o reflexo de uma sociedade “esquartejada” (FERLINI, 1988, p. 36), marcada por conflitos entre classes dominantes de diferentes naturezas: uma cujo decadente poder socioeconômico e político está diretamente relacionado à terra, ao passo que outra detém poder econômico com o comércio sem constituir propriamente relações específicas de produção; a nobreza acometida por uma crise no seio de sua sociedade tem sua força maculada, concomitante ao despontar do dinamismo irresistível do comércio e da burguesia. Esta relativa autonomia apenas expressa a falta de organicidade do Estado para com a reprodução de uma das duas classes sociais em conflito, o que não vem a se confundir com a ideia de deslocamento (independência) em relação à base socioeconômica a ponto de caracterizá-lo como árbitro entre as partes conflitantes. Não se trata, desta forma, de um Estado burguês, mas de um Estado condizente com o momento histórico de transição, expressando a força econômica do capital mercantil em inevitável arranjo político-institucional com a nobreza. Trata-se de um Estado que “vive do conflito” (FERLINI, 1988, p. 36) inerente a uma sociedade de transição, marcada por uma estrutura social compósita, e, desta forma, apenas em aparência há descolamento (independência) do Estado em relação à sociedade. Longe de se deslocar da dinâmica socioeconômica, o Estado Absolutista reflete justamente a sociedade de transição e o conflito entre a burguesia e a nobreza. Independência (deslocamento) do Estado diante da sociedade de transição não passa da sua auto-imagem disseminada pela sociedade, como o produto autônomo do contrato social, mas que não tinham sustentação na realidade.

Apesar do forte conflito entre a burguesia mercantil e a nobreza no plano social - na organização da sociedade em “estados” seguindo a estrutura estamental - e no seio do próprio Estado, este último expande inevitavelmente as possibilidades de acumulação mercantil, o que intensifica ainda mais este conflito marcante desta época de transição. Tal progresso do capital mercantil alimentado pelo próprio Estado Absolutista conduz necessariamente o conflito para um grau tal de agudização que determinará, ou não, a superação da estrutura social de transição em benefício do

face das classes. Nesta situação, achava-se a monarquia absoluta dos séculos XVII e XVIII, que controlava a balança entre a nobreza e os cidadãos (...)” (ENGELS, 2002, p. 183, grifo nosso).

modo de produção capitalista. Segundo Novais, “as variações do regime político dessa época [se deram] em função da importância maior ou menor da burguesia nas várias partes da Europa”, tendo por consequência a variação no “grau mais ou menos intenso de desenvolvimento do capitalismo mercantil” (NOVAIS, 2005, p. 37). Em outros termos, a força econômica de cada burguesia mercantil refletiu-se num arranjo político-institucional⁷ com a nobreza mais ou menos vantajoso para o desenvolvimento do capital mercantil; estabelecido este arranjo, determinaria ele o progresso subsequente destes Estados-nações em direção à formação do modo de produção capitalista, o que explica o desfecho melancólico das vanguardistas nações ibéricas no comércio mundial. A centralização política precoce de Portugal, por exemplo, foi benéfica no curto e médio prazo, mas nociva no longo prazo, pois a burguesia não era suficientemente forte para exercer papel hegemônico no inerente e inevitável conflito com a nobreza pela determinação do Estado. Fato que consubstanciou uma política mercantilista incompleta e aristocratizou a burguesia mercantil, estiolando as potencialidades revolucionárias que a acumulação mercantil produziu em outros países.

Trata-se de uma época cuja dinâmica de desenvolvimento é oriunda do capital mercantil em crescimento progressivo, articulado necessariamente com o Estado Absolutista capaz de possibilitar a sua valorização, haja vista a sua falta de capacidade em autodeterminar a esfera economia. Diferentemente da sociedade capitalista plenamente desenvolvida, na fase do *capitalismo mercantil*⁸ o capital não era ainda capaz de autonomizar a esfera econômica da sociedade, incapaz de consolidar um modo de produção com uma dinâmica própria e autônoma capaz de prescindir da intervenção sistemática e diuturna do Estado. Por se tratar de uma forma primitiva do

⁷ “A partir deste conflito entre duas estratificações, criar-se-ia a contradição básica: o Estado, ao propiciar os meios de desenvolvimento da burguesia, introduzia no terceiro estado o princípio da renda, em oposição ao privilégio, juridicamente base de seu poder. Essa situação, criada pela contemporização, pela posição de ‘árbitro’ que caberia ao rei, gerava a contradição fundamental e destrutiva: o crescimento da burguesia e a superação dessa forma de Estado” (FERLINI, 1988, p. 35).

⁸ Deixemos claro que nesta linha interpretativa *capitalismo comercial* ou *mercantil* não se confundem com capitalismo industrial ou modo de produção capitalista. Da mesma forma, *capital mercantil* não se confunde com *capital-relação*. Capitalismo mercantil é sinônimo, portanto, de acumulação primitiva, quando a valorização do capital tinha na circulação o seu espaço por excelência e se valia de uma gama diversa de formas e relações de produção não-capitalistas, sendo a coerção política fundamental para subordinar o trabalho.

capital, o capital mercantil valorizava-se inclusive sem ter a necessidade de constituir relações de produção assalariadas, ainda que aos poucos estas tenham sido fomentadas por ele, passando a integrar o diversificado leque de formas de produção que lhe beneficiava. Eis o que nos diz Vieira sobre esta dinâmica própria que presidia o Antigo Regime:

(...) para apreender essa dinâmica será necessário compreender as articulações da vida social em sua totalidade, para *conferir centralidade aos elementos da superestrutura que, estando umbilicalmente vinculados à dinâmica estrutural do capital mercantil, possibilita o curso da acumulação*. Trata-se de apreender o sentido histórico concreto dessa dinâmica situando-a no quadro geral da acumulação primitiva (VIEIRA, 2004, p. 76, grifo nosso).

O fundamento para a relativização da categoria modo de produção no estudo do Antigo Regime reside na sua estrutura social e econômica marcada por um compósito de modos de produção – o feudal em crise, o capitalista nascente, a produção urbana independente, o escravismo colonial –, todos eles articulados, estimulados e até criados pelo domínio que o capital mercantil impunha à produção. Excepcionalmente, a dinâmica vivificadora do período sofre um deslocamento das relações de produção para a riqueza econômica auferida na esfera da circulação, que, como já dito, apenas realiza os seus desígnios através da associação umbilical com a superestrutura política. O Estado Absolutista articula-se com o capital mercantil – não sem profundas contradições com a nobreza, como vimos acima - de modo a permitir a sua *acumulação pela via política* e, concomitantemente, fortalecer-se como poder político uno e indivisível numa dada extensão territorial⁹. Digamos que há uma relação de reciprocidade entre o capital mercantil e o Estado, sendo o desenvolvimento de um a condição para o fortalecimento do outro. É neste sentido que diz Novais:

A política mercantilista oferece-nos, pois, um prisma estratégico para apreendermos as conexões entre os diversos componentes do Antigo Regime. Executada pelo Estado, que ao praticá-la se constitui e se fortalece, abre condições para a expansão da economia de mercado em todas as direções,

⁹ “O Estado foi, nesse período, organizador das condições gerais de produção, incentivando novas vias mercantis, de arregimentação do trabalho e a atribuição dos fatores produtivos. A ele coube a extensão permanente de mercados e a criação de colônias. (...) Nesse sentido, *o Estado exerceu papel econômico fundamental no processo de acumulação primitiva de capitais*. A organização da sociedade, a criação de instâncias de gestão e de controle da produção, sob a direção estatal, desenvolvem-se com anterioridade à existência do capital enquanto relação social” (FERLINI, 1988, p. 25, grifo nosso).

tudo convergindo no ativamento dessa acumulação de capital que Marx chamou de 'originária' ou 'primitiva', *por se realizar predominantemente na órbita da circulação, mas que constitui ao mesmo tempo pré-requisito para a penetração e a expansão das relações capitalistas no parque propriamente produtor* (2005, p. 38, grifo nosso).

A centralidade da categoria modo de produção é temporariamente relativizada, havendo o deslocamento transitório que garante centralidade “aos elementos da superestrutura (...) umbilicalmente vinculados à dinâmica estrutural do capital mercantil”. Este deslocamento temporário materializa-se na força da acumulação do capital mercantil que, por sua vez, serve de pressuposto histórico indispensável para o despontar do modo de produção capitalista como modo de produção hegemônico, afinal, constitui-se como “pré-requisito para a penetração e a expansão das relações capitalistas no parque propriamente produtor”.

Apesar do acúmulo de capital mercantil em poucas mãos e do cenário comercial e político engendrado – expansão dos mercados, comércio mundial, mercantilização e monetarização da economia, centralização política e tributária – serem pressupostos necessários do capitalismo desenvolvido, os adeptos da tese sistêmica não os veem como condições suficientes para a aurora do novo modo de produção. Têm eles plena clareza de que “A separação entre o produto do trabalho e o próprio trabalho, entre as condições objetivas e sua força subjetiva de trabalho, era [é] a base realmente dada, o ponto de partida do processo de produção capitalista” (MARX, 1984, p. 156). Surge aqui uma divergência fundamental no interior do marxismo – respingando sobre a questão colonial – a respeito da determinação de quais aspectos integrantes da acumulação primitiva são determinantes para a consolidação do capitalismo. Em outros termos, a questão é saber qual o verdadeiro papel desempenhado pelo capital mercantil para o surgimento da relação capital, do capitalismo propriamente dito. Isso acontece pelo fato de Marx elencar um conjunto complexo de fatores que tem por desfecho o surgimento do capitalismo na Inglaterra, sem, contudo, determinar graus de importância entre eles. Para sintetizar tais fatores, diz Marx:

Na Inglaterra, em fins do século XVII, são resumidos sistematicamente no sistema colonial, no sistema da dívida pública, no moderno sistema tributário e no sistema protecionista. Esses métodos baseiam-se, em parte, sobre a mais

brutal violência, por exemplo, o sistema colonial. *Todos, porém, utilizaram o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade, para ativar artificialmente o processo de transformação feudal de produção em capitalista e para abreviar a transição.* A violência é parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova (1984, p. 286, grifo nosso).

A base de todo o processo de acumulação primitiva é a expropriação forçada dos trabalhadores dos seus meios de produção, capaz de criar “proletários livres como pássaros” (MARX, 1984, p. 1984) e permitir a expansão da relação capital. Quanto a isto não há divergência entre os que apregoam a centralidade dos nexos mercantis em relação àqueles que defendem a centralidade da categoria modo de produção. A dissonância reside em determinar qual o papel efetivo do capital mercantil para a modificação das relações sociais de produção: possuiu ele caráter revolucionário ou conservador? Para alguns, são fundamentalmente as contradições internas do feudalismo que explicam esta expropriação em massa, consistindo o capital mercantil um fator externo à produção e que não visa transformá-la¹⁰; já para outros, diferentemente, a articulação do capital mercantil com o Estado Absoluto num cenário de crise do feudalismo deflagrou um processo de acumulação na esfera da circulação, mas que, paulatinamente, engendrou transformações substanciais na esfera da produção, marcadamente no crescimento da produção manufatureira têxtil e na produção artesanal. Teria tido o capital mercantil papel de relevo na dissolução das relações feudais e na constituição da relação capital. No período manufatureiro da produção capitalista teria sido a força do capital mercantil o fundamento para o seu nascimento e desenvolvimento, período em que o modo de produção capitalista era incapaz de criar suas condições de produção e reprodução por mecanismos eminentemente econômicos. O capital mercantil em associação com o Estado é que cumpria este papel diante de uma produção capitalista incapaz de andar sobre suas próprias pernas.

Maurice Dobb refuta demonstrando que o capital mercantil teve importância fundamental na destruição das restrições feudais à produção artesanal mercantil,

¹⁰ Esta linha de raciocínio é utilizada por Gorender e teremos a oportunidade de desenvolvê-la melhor mais à frente.

porém seu papel progressista “limitou-se aqui a estender a produção artesanal e romper os limites impostos pelo monopólio urbano tradicional” (DOBB, 1986, p. 94). Mantêm-se inalteradas as relações de produção e poucas mudanças ocorrem do método de produção e na técnica, pois a mera expansão da produção artesanal mercantil já era suficiente para os objetivos do capital mercantil. Não há, portanto, o surgimento de novas relações de produção (da relação capital especificamente) nem de novas forças produtivas, elementos necessários para o surgimento de um novo modo de produção. Diversamente, artesãos enriquecidos e vencedores na concorrência pela produção de mercadorias tornam-se capitalistas¹¹ à medida que passam a comprar a força de trabalho de seus antigos concorrentes que sucumbiram no processo; são estes que provocam alterações significativas principalmente no método de trabalho dando origem às manufaturas¹².

Ainda que proceda a análise do capital mercantil em relação à iniciativa de transformar o modo de produção, por se configurar como a força econômica dominante da época de transição é ele que fomenta o surgimento da manufatura e estimula o seu desenvolvimento. Conquanto não se transfira diretamente para a produção do intuito de

¹¹ “Com a repentina expansão do comércio e, conseqüentemente, da procura de mercadorias pelo corpo dos comerciantes, a empresa corporativa transbordou *espontaneamente* para lá dos seus limites e teve que transformar-se formalmente em oficina capitalista” (MARX, 2004, p. 100, grifo nosso). Frisamos o “espontaneamente” pois demonstra a capacidade que a intensificação das relações de troca e a circulação monetária têm para dissolver relações. Primeiro quebra as antigas corporações pulverizando a produção artesanal; posteriormente, a dinâmica oriunda do comércio despoja os artesãos proprietários de seus meios de produção, proletarizando-os em torno da oficina capitalista. Frisemos também que tais fatores econômicos que induziram transformações nas relações de produção apenas adquirem amplitude por intermédio da coerção extra-econômica do Estado: o econômico sem o político no Antigo Regime não tem grandes perspectivas.

¹² “A transição a partir do modo de produção feudal se efetua duplamente. O produtor se torna comerciante e capitalista, em antítese à economia natural agrícola e ao artesanato preso à corporação da indústria urbana medieval. Ou, então, o comerciante se apodera diretamente da produção. Por mais que esta última via atue historicamente como transição (...) tanto menos ela, em si e por si, leva ao revolucionamento do antigo modo de produção, pois, antes, o conserva e o mantém como seu pressuposto” (MARX, 1984, p. 251). Vale a pena mencionar que a oposição entre essas duas vias é produto de uma determinada interpretação dos escritos de Marx, que não é consensual entre os marxistas. Segundo Vieira, marxistas como Paul Sweezy e Georges Lefebvre sustentam que longe de haver oposição entre duas vias, o que há é interação entre ambas no processo de formação do capitalismo. Assim, não haveria um conflito entre duas forças sociais distintas, uma conservadora e outra revolucionária, pois ambas seriam responsáveis por expandir a relação capital. O conflito existente diria respeito mais à luta de pequenos capitalistas contra os grandes monopólios do que um conflito pela preservação ou derrube de um modo de produção.

revolucioná-la, é a sua demanda incessante por mercadorias que gera a concorrência entre os artesãos e, por conseguinte, a vitória de uns e a bancarrota de outros, base para a relação capital. É o capital mercantil que continua animando a produção manufatureira, ditando-lhe o ritmo ao criar novos mercados no além-mar, pois “No período manufatureiro propriamente dito, é (...) a supremacia comercial que dá o predomínio industrial” (MARX, 1984, p. 288). Portanto, mesmo que não se constitua diretamente como um agente revolucionário da produção, é o capital mercantil o responsável pelo surgimento dos capitalistas “racionais”¹³ que acumulam capital na produção a partir das possibilidades engendradas por seu “primo rico” na esfera da circulação. Na seguinte citação Marx ilustra bem tal papel revolucionário do capital mercantil, ainda que não o desempenhe diretamente, limitando-se a engendrar as condições necessárias. Diz ele:

Na medida em que a usura [irmão gêmeo do capital mercantil] acarreta duas coisas: primeiro, constituir em geral, ao lado do estamento comercial, uma *fortuna monetário autônoma*, e segundo, apropriar-se das condições de trabalho, isto é, *arruinar os possuidores das condições de trabalho antigas*, ela é uma poderosa alavanca para a formação dos pressupostos para o capital industrial (MARX, 1985, p. 119, grifos nossos).

O nascimento e o desenvolvimento da relação capital têm explicação nos estímulos espontâneos (econômicos) e induzidos (políticos) – sendo estes sempre inter-relacionados - movidos pelo capital mercantil associado ao Estado Absolutista. O capital mercantil à medida que se valorizava da sua forma característica produzia as condições necessárias à sua superação, ou seja, à superação do período histórico de transição: do capitalismo mercantil. A sua afirmação produziu a sua própria negação – modo de produção *especificamente* capitalista - , ainda que este fato apenas tenha ocorrido em

¹³ “Os judeus se identificam com um capitalismo aventureiro, político e especulativo; seu *ethos* era, em uma palavra, o do capitalismo pária. Mas o puritanismo se sustentava no *ethos* da organização racional do capital e do trabalho. Da ética judaica, adotou apenas aquilo que se adaptava a tal propósito” (WEBER, 2002, p.124). O crescimento do capital mercantil umbilicalmente relacionado ao Estado Absolutista é que explica o desenvolvimento de uma camada burguesa diferente, ascética, mais progressista e revolucionária do que seus ‘primos ricos’ afeitos à luxúria. Os comerciantes é que fomentavam os mercados para os manufaturados, alimentando a acumulação de capital na produção. Porém, apenas com o salto de qualidade proporcionado pela Revolução Industrial é que essa burguesia adquiriu autonomia e primazia em face dos comerciantes, tornando-se capaz de edificar suas próprias condições de valorização. São as distintas condições econômicas que explicam os *ethos* divergentes entre burgueses mercantis e burgueses “racionais”, não o contrário como propõem Weber e Sombart.

países onde o poder econômico da burguesia mercantil se sobrelevou ao poder da nobreza, resultando num arranjo político mais favorável ao pleno desenvolvimento do capital mercantil e, conseqüente e simultaneamente, da expansão da relação capital. Ao fim e ao cabo, para o que nos interessa aqui basta deixar claro que a produção capitalista do período manufatureiro está subordinada formalmente ao capital, numa circunstância em que a acumulação apenas se consuma em virtude de forças externas à própria produção – especificamente da força econômica do capital mercantil em associação à força política do Estado Absolutista.

Na abordagem sistêmica o desenvolvimento do capital mercantil e do seu corolário – o sistema colonial – constitui-se como principal fator dinâmico no processo histórico de acumulação originária ocorrida em solo europeu. O que marca este período histórico de transição é o domínio formal que o capital mercantil exerce sobre variadas formas e relações de produção, domínio este que necessita impreterivelmente da força coercitiva do Estado Absolutista em benefício da acumulação mercantil, pois o capital ainda era incapaz de engendrar condições autônomas de valorização. Tais condições eram forjadas através da coação extra-econômica impetrada pelo Estado, tanto em solo europeu quanto em solo americano, tanto na esfera da produção quanto na esfera da circulação. Trata-se de um capital que tem na circulação a sua esfera por excelência de valorização, subordinando para tal as múltiplas formas e relações de produção já existentes ou por ele engendradas, *ainda que formalmente*, no intuito de obter superlucros comerciais¹⁴ resultantes das condições de monopólio que impunha na Metrópole e nas colônias, seja no ato da compra ou no ato da venda.

¹⁴ Na seguinte passagem Marx explica que os lucros do capitalismo comercial são ininteligíveis caso tomemos por base a circulação simples, quando as mercadorias são trocadas de forma equivalente, ou seja, em respeito aos seus respectivos valores (quantidade de trabalho abstrato nelas cristalizadas). Diz ele: “Os representantes conseqüentes da ilusão de que a mais-valia se origina de um aumento nominal de preço ou do privilégio do vendedor de vender a mercadoria caro demais pressupõem, portanto, uma classe que só compra sem vender, por conseguinte, só consome sem produzir. A existência de tal classe é, do ponto de vista alcançado por nós até agora, o da circulação simples, ainda inexplicável. (...) O dinheiro, com que tal classe continuamente compra, deve fluir continuamente dos próprios possuidores de mercadorias, sem intercâmbio, gratuitamente, por quaisquer títulos de direito e poder. Vender, a essa classe, as mercadorias acima do valor significa apenas recuperar arditosamente em parte dinheiro dado gratuitamente” (MARX, 1983, p. 135, grifo nosso). A produção não-capitalista de mercadorias além de fornecer produtos mercantilizáveis pelo capital mercantil em localidades distantes umas das outras, por estar baseada em relações de dependência direta – coação extra-econômica do trabalho – fornece dinheiro para a classe senhorial, que, por sua vez, adquire produtos exóticos com preços que excedem

A primazia atribuída ao capital mercantil no processo de acumulação primitiva implica em considerar que o desenvolvimento do comércio teve a capacidade de minar progressivamente o modo de produção feudal em crise interna desde o século XIV¹⁵. O fato do feudalismo se encontrar em crise endógena é considerado como fundamental para a intensidade da dissolução ocorrida nas suas relações quando da expansão do comércio, influenciando decisivamente as próprias consequências resultantes. Apesar do capital mercantil não transformar imediatamente a produção, o crescimento do comércio no interior da sociedade feudal decadente deflagrou um processo de dissolução de suas relações de produção e de circulação características: a princípio, a mercantilização dos produtos transformou a circulação até então predominante (voltada ao uso), mesmo que ainda no interior de relações de produção feudais - baseadas na coação extra-econômica; paulatinamente com a intensificação da produção para troca, tanto a dinâmica econômica (concorrência, endividamento e bancarrota) quanto, principalmente, as medidas extra-econômicas (políticas) foram engendrando e consolidando uma massa de despossuídos “livres como os pássaros” (MARX, 1984, p. 263), livres tanto da dependência feudal como da propriedade dos meios de produção e subsistência¹⁶.

O capital comercial e o capital usurário são antediluvianos (MARX, 1985, p. 107), existiram nos poros das mais antigas sociedades sem que tivessem surtido o efeito que

bastante os seus valores. A comutação das obrigações servis expressa uma produção de mercadorias bem desenvolvida, fato que permite ao senhor substituir a renda-trabalho pela renda-dinheiro, fazendo valer a transferência forçada de excedente do camponês para a forma monetária que o permite valorizar o capital mercantil. São os sobrepreços praticados pelo capital mercantil na sua própria casa, na Metrópole, que permitem em termos macroeconômicos a transferência parasitária de riqueza das demais classes para as mãos dos grandes comerciantes.

¹⁵ “O comércio age por isso em todas as partes mais ou menos como solvente sobre as organizações preexistentes da produção, que, em todas as suas diferentes formas, se encontram principalmente voltadas para o valor de uso. Até que medida, porém, ele provoca a dissolução do antigo modo de produção depende, inicialmente, de sua solidez e articulação interna. E para onde esse processo de dissolução conduz, ou seja, que novo modo de produção entra no lugar do antigo, não depende do comércio, mas do caráter do próprio modo antigo de produção” (MARX, 1984, p. 249).

¹⁶ O peso atribuído à crise interna do feudalismo ou à expansão do comércio divide os marxistas. Mesmo as posições mais extremadas não deixam de considerar como importante a participação do que os divergentes elevam ao posto de fator primordial. Subjaz a todo esse debate a primazia atribuída à esfera da circulação (capital mercantil) ou à esfera da produção (modo de produção) para o entendimento do período histórico de transição ao capitalismo.

produziram na Época Moderna. Esta forma de capital vale-se da compra de excedentes em um ponto para a revenda dos mesmos em outros locais, fazendo a mediação entre organismos econômicos estanques. Há entre o capital mercantil e a produção um distanciamento rígido, distância esta indispensável para a reprodução das sociedades escravistas da Antiguidade tais como nos mostra Aristóteles¹⁷. Qual, portanto, a diferença existente entre o capital mercantil da Antiguidade Clássica em relação ao capital mercantil da modernidade? Vejamos o que nos diz Vieira:

Mas pode também dominar a esfera da produção, conferindo-lhe sentido e ditando-lhe o ritmo, sem contudo transformar o conteúdo do processo de trabalho e, portanto, sem reproduzir, sobre relações tipicamente capitalistas, um movimento de acumulação autodeterminado. Trata-se, portanto, de um movimento incapaz de produzir, por si só, a autonomização da esfera econômica, que se consubstancia no processo de valorização do capital na esfera da circulação, assentado em circunstâncias e mecanismos extra-econômicos – na pilhagem e na especulação, no domínio direto e no monopólio, nos ganhos daqueles que podem comprar barato para vender caro (VIEIRA, 2004, p. 36).

Há uma especificidade histórica que dota o capital mercantil da Época Moderna de um poder dinâmico que ele não possuía outrora. Ao invés dos mecanismos de contenção ao seu desenvolvimento, no cenário peculiar da Modernidade (com crise do feudalismo e crescimento do comércio) erige-se um Estado que tem como objetivo precípua – sem com isso desconsiderar as contradições inerentes a este Estado de transição - produzir condições para a sua valorização. Como dissemos, a força coercitiva do Estado é fundamental para que esta espécie de capital não-capitalista realize a sua valorização, possibilitando-o ter o controle *formal* sobre diversas formas e relações de produção. Assim, torna-se o capital mercantil capaz de se abastecer de mercadorias adquiridas a preços baixos em um ponto para revendê-las com preços exorbitantes de outros locais. A associação da sua pujança econômica com o braço coercitivo do Estado permite que

¹⁷ “Existe (...) duas espécies de arte ou ciência da riqueza: uma, cujo objetivo é o comércio, outra, a economia. Esta é digna de louvor e necessária; a outra é justamente criticada, visto que não se ajusta à natureza, advindo benefício das permutas recíprocas. Muito justamente repugna-nos a usura, pois procura uma riqueza que advém da própria moeda, que deixa assim de aplicar-se ao fim para o qual foi criada. Foi criada apenas para a finalidade de permuta (...). O lucro é o dinheiro do dinheiro: e esta é, de quantas aquisições existam, a mais em desacordo com a natureza” (ARISTÓTELES, 2005, p.29). A utilização do dinheiro para gerar mais dinheiro é definida como à margem do natural, logo, seja a usura ou o comércio com fim em si mesmo deveriam ser coibidos pela sociedade. São nocivas à reprodução “natural” do escravismo ateniense.

ele controle a produção ainda que formalmente, mediante a determinação do seu ritmo por mecanismos econômicos e políticos¹⁸. Ademais, a heterogênea produção mercantil (capitalista, escravista, artesanal) fora articulada de maneira a negar a aparente dispersão, produzindo-se uma organicidade e um sentido em benefício da acumulação do capital mercantil.

O caráter formal da subordinação do trabalho ao capital decorre do fato deste ser ainda incapaz de autonomizar a esfera econômica, incapaz de gerar um “movimento de acumulação autodeterminado”, como nos disse Vieira, que apenas se tornaria possível quando do surgimento das forças produtivas especificamente capitalistas. É indiferente para a questão da formalidade do controle o fato do capital mercantil se transferir diretamente para a produção edificando manufaturas, por exemplo. Controlando diretamente a produção ou não, o cerne da questão é que o capital – mesmo que já baseasse a produção na relação capital, sem haver dependência direta – era ainda incapaz de superar o *conteúdo subjetivo da produção*, o que o impossibilitava de criar suas próprias condições de valorização, como: aumento exponencial da produtividade e a conseqüente capacidade da produção produzir os seus próprios mercados; centralização do capital com a Revolução Industrial e a conseqüente quebra em massa de artesãos, pequenos burgueses e capitalistas retardatários, proletarizando todos eles; criação de superpopulação relativa às necessidades de valorização do capital, que ao investir em modernos maquinismos torna redundante contingente significativo de trabalhadores, o que cria um mercado de trabalho favorável ao capital. A produção capitalista manufatureira típica da sociedade de transição é obrigada a se valer do expediente político para maximizar a taxa de mais-valia, caso contrário a acumulação de capital se veria impossibilitada de ocorrer, o que a faz recorrer sistematicamente à coerção estatal. Dado aquelas limitações estruturais do controle do capital sobre o trabalho, mesmo na produção capitalista do período, o fundamental a se registrar é que

¹⁸ Este controle pode ter se efetivado diretamente – quando da transferência do capital mercantil para a produção capitalista manufatureira – ou indiretamente, quando os grandes comerciantes se relacionavam com os pequenos artesãos (*putting out system*), com os senhores coloniais ou mesmo com os capitalistas manufatureiros. Porém, independentemente do controle da produção se efetuar direta ou indiretamente, possuía ele natureza formal à medida que se valia sistematicamente – em graus mais ou menos acentuados – da coerção extra-econômica, além de que a dinâmica macroeconômica era determinada pelo capital mercantil.

a dinâmica da sua produção era oriunda do capital mercantil, fomentador do surgimento da manufatura e responsável pelo seu desenvolvimento. A formalidade reside justamente nesta incapacidade da produção produzir seu próprio dinamismo, que é determinado desde fora – da circulação controlada coercitivamente pelo Estado Absolutista em benefício do capital mercantil.

Além do modo de produção capitalista em *status nascendi*, o capital mercantil se vale também em larga escala de relações de produção pré-capitalistas em benefício da sua valorização, relações estas que são baseadas fundamentalmente na extração política da mais-valia, cujo caso extremo consubstancia-se na América colonial com o escravismo. Tanto nas colônias quanto na própria Europa, essas formas e relações de produção não pressupõem trabalhadores livres e despossuídos, pois estes estão presos por laços de dependência direta aos seus senhores (escravos e servos), não havendo, portanto, a constituição da relação capital. Em virtude do caráter formal da subordinação destas produções pelo capital, a condição para o aumento do grau de exploração passava necessariamente pela coerção extra-econômica, pela violência praticada sistematicamente com o fito de potencializar o sobretrabalho mercantilizável no mercado internacional. Na seguinte passagem acreditamos que Marx demonstra os efeitos da extração política da mais-valia, momento em que as relações econômicas tradicionais são disparatadas pela ânsia por sobretrabalho. Diz ele:

Tão logo porém os povos, cuja produção se move ainda nas formas inferiores do trabalho escravo, corvéia, etc., são arrastados a um mercado mundial, dominado pelo modo de produção capitalista, o qual desenvolve a venda de seus produtos no exterior como interesse preponderante, os horrores bárbaros da escravatura, da servidão etc. são coroados com o horror civilizado do sobretrabalho. Por isso, o trabalho dos negros nos Estados sulistas da União Americana preservou um caráter moderadamente patriarcal, enquanto a produção destinava-se sobretudo ao autoconsumo direto. Na medida, porém, em que a exportação de algodão tornou-se interesse vital daqueles Estados, o sobretrabalho dos negros, aqui e ali o consumo de suas vidas em 7 anos de trabalho, tornou-se fator de um sistema calculado e calculista. Já não se tratava de obter deles certa quantidade de produtos úteis. Tratava-se, agora, da produção da própria mais-valia. Algo semelhante sucedeu com a corvéia nos principados do Danúbio (MARX, 1983, p. 191).

Tanto na produção escravista colonial quanto na “segunda servidão” do leste europeu, o impacto da produção mercantil se expressou nitidamente no recrudescimento da violência imposta sobre os trabalhadores para maximizar a taxa de mais-valia. A

relação umbilical existente no período entre a economia e a política – esta se impõe sobre a primeira – é a marca que unifica as diversas formas e relações de produção, mesmo na manufatureira como vimos acima. O capital mercantil absorve a produção escravista e a produção feudal – mesmo aquelas flexibilizadas¹⁹ – e as integram no seu processo de valorização na esfera da circulação. Há ainda a produção artesanal pulverizada (*putting out system*) que o capital mercantil subordina através de seus mecanismos de monopólio, rompendo progressivamente a independência destes produtores até o limite, quando estes perdem definitivamente os seus meios de produção e caem no cristalino assalariamento.

Pelo o que foi visto conclui-se que - diferentemente do que havia ocorrido até então na história da humanidade - na Época Moderna o capital mercantil tornou-se capaz de subordinar a produção: seja a produção baseada em relações feudais, a produção dos artesãos independentes, a produção capitalista manufatureira ou mesmo a produção escravista da América colonial, todas estas formas e relações de produção tinham na dinâmica do capital mercantil o termômetro para suas produções, que eram, por sua vez, por ele articuladas e estimuladas em benefício da valorização mercantil. Há uma *relativa descontinuidade* em relação ao significado do capital mercantil nas épocas anteriores, quando ele se restringia ao papel de mero intermediário entre extremos que permaneciam autônomos em relação ao processo de circulação, extremos estes que apenas comercializavam o excedente produzido – mantendo-se a produção fundamentalmente voltada para o valor de uso. Neste modelo clássico de capital mercantil, “Por um lado (...) a circulação ainda não se apoderou da produção, mas se relaciona com ela como pressuposto dado. Por outro (...) o processo de produção ainda não absorveu em si a circulação como mero momento” (MARX, 1984b, p. 246). Na modernidade, ao contrário, o capital mercantil assume o controle formal da

¹⁹ Vale distinguir a servidão do ocidente e do oriente europeu durante o período de transição e no início do capitalista. Grosso modo, a servidão ocidental foi flexibilizada através da comutação e, especificamente no caso inglês, os antigos camponeses foram paulatinamente se transformando em arrendatários capitalistas. A servidão flexibilizada foi abrindo caminho para a produção agrícola capitalista à medida que possibilitou a relação capital no campo – sendo para isso de suma importância a política dos cercamentos - e os ganhos de produtividade passaram a ser a tônica da produção. No caso oriental, o nascimento do capitalismo abriu um mercado lucrativo de cereais com o ocidente, o que fez recrudescer e em alguns casos renascer a servidão clássica. As relações servis fortaleceram-se e progressivamente a corvêia foi tomando quase que a totalidade da atividade produtiva dos servos.

produção, subordinando-a em função de seus interesses, mas sem ser capaz de engendrar forças produtivas especificamente capitalistas que garantam um movimento relativamente autônomo da economia, permitindo-lhe prescindir da utilização sistemática da coerção extra-econômica. Enquanto o modo de produção *especificamente* capitalista não emerge, a forma mercantil do capital mantém-se como a forma por excelência do capital, valendo-se de diversos mecanismos coercitivos tanto na esfera da produção quanto na esfera da circulação para efetuar a valorização²⁰. Cardoso de Mello defende que esta forma primitiva de capital subordinou as mais diversas formas de produção durante a época de transição:

Se o “Antigo Regime”, uma *estrutura de transição*, está na Metrópole, mas também na Colônia, é forçoso admitir que se na Metrópole *há capitalismo, porque o capital transfere-se para a esfera da produção*, subordinando *formalmente* o trabalho ao capital, seja no *putting out system*, seja na manufatura (...) [no Brasil colonial] há, *formalmente*, capitalismo porque a escravidão é escravidão introduzida pelo capital e a gênese da economia colonial recebe todo o peso que lhe é devido (MELLO, 2009, p. 37, grifos nossos).

Marx afirma que no período manufatureiro “A subordinação do trabalho ao capital era apenas formal, isto é, o próprio modo de produção não possuía ainda caráter especificamente capitalista” (1984a, p. 277). O conteúdo da produção ainda era marcadamente subjetivo, tendo na habilidade e na força do trabalhador os limites absolutos ao desenvolvimento da produtividade do trabalho. A cooperação baseada na divisão do trabalho certamente incrementou a força produtiva ao torná-la social, possibilitando ganhos de produtividade em comparação com a força de trabalho atomizada ou baseada na cooperação simples. Entretanto, tais ganhos foram obtidos com alterações no método de trabalho - no âmbito da sua organização –, porém com restritas alterações nos meios de trabalho, tendo em vista adequá-los às múltiplas operações parciais.

A subordinação formal do trabalho ao capital na produção manufatureira resultava em consequências impeditivas para o capital, haja vista o conteúdo subjetivo

²⁰ “Um desenvolvimento autônomo e preponderante do capital enquanto capital comercial equivale a não-subordinação da produção ao capital, portanto ao desenvolvimento do capital com base em uma forma de produção que lhe é estranha e independe dele. O desenvolvimento autônomo do capital comercial é inversamente proporcional ao desenvolvimento econômico geral da sociedade” (MARX, 1984b, p. 246).

da produção. A acumulação de capital demandava crescentemente força de trabalho sem que houvesse alteração na composição orgânica²¹. Isso significa que o aumento da acumulação de capital exigia contingentes cada vez maiores de trabalhadores assalariados, em virtude do capital não ter ainda revolucionado as forças produtivas do trabalho, fato este que tendia a contrair a taxa de mais-valia apropriada pelo capital em decorrência da elevação dos salários no mercado. Esta incapacidade do próprio capital engendrar um mercado de trabalho favorável a si mesmo, tal como aconteceria com o advento da Revolução Industrial, constitui um dos efeitos do fato da sua subsunção do trabalho ser apenas formal, tornando-se impreterível nestas circunstâncias a *limitação política do salário*. É neste sentido que diz Marx:

A organização do processo capitalista de produção plenamente constituído quebra toda a resistência, a constante produção de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e, portanto, o salário em trilhos adequados às necessidades de valorização do capital, e *a muda coação das condições econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador. Violência extra-econômica direta é ainda, é verdade, empregada, mas apenas excepcionalmente*. Para o curso usual das coisas, o trabalhador pode ser confiado às 'leis naturais da produção', isto é, à sua dependência do capital que se origina das próprias condições de produção, e por elas é garantida e perpetuada. Outro era o caso durante a gênese histórica da produção capitalista. *A burguesia nascente precisa e emprega a força do Estado para 'regular' o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites convenientes à extração de mais-valia, para prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência. Esse é um momento essencial da assim chamada acumulação primitiva* (MARX, 1984a, p. 277, grifos nossos).

A produção manufatureira é capitalista à medida que a coação ao trabalho não se dar por meios extra-econômicos (políticos), tendo em vista que aos despossuídos de meios de produção e subsistência a condição para a reprodução enquanto seres humanos reside na venda da única mercadoria que lhes restam: a força de trabalho. Há evidentemente a constituição da relação-capital inerente ao modo de produção capitalista. Tal fato distingue a produção manufatureira da produção artesanal mercantil

²¹ “Suponhamos que (...) a composição do capital permaneça inalterada, ou seja, que determinada massa de meios de produção ou de capital constante requeira sempre a mesma massa de força de trabalho para ser posta em movimento, então cresce evidentemente a demanda de trabalho e o fundo de subsistência dos trabalhadores proporcionalmente ao capital, e tanto mais rapidamente quanto mais rapidamente cresce o capital. (...) as necessidades da acumulação do capital podem superar o crescimento da força de trabalho ou do número de trabalhadores, a demanda de trabalhadores pode se tornar maior que a sua oferta e por isso os salários se elevam” (MARX, 1984a, p. 188).

ou da produção escravista americana: na primeira, os produtores isolados ainda possuem os seus próprios meios de produção e mesmo de subsistência, o que contrasta com o capitalismo que exige trabalhadores despossuídos a ofertarem suas forças de trabalho no mercado; no segundo caso, o trabalho compulsório imposto ao escravo – na condição de propriedade do senhor – impossibilita também a relação capital necessária para que a produção seja capitalista, mesmo que formalmente.

Dito isto, cabe indagar: se Marx se refere especificamente à produção formalmente capitalista àquela existente no período manufatureiro – quando “a muda coação das condições econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador”²², ainda que parcialmente já que tem que se utilizar de artifícios extra-econômicos para garantir a acumulação de capital –, é válido considerar as demais formas e relações de produção utilizadas pelo capital mercantil em seu benefício como exemplos da subordinação formal do trabalho ao capital? Seguindo a linha de raciocínio contida na citação de Cardoso de Mello, na esteira da interpretação sistêmica, é possível afirmarmos que há subordinação formal do trabalho ao capital mesmo diante de relações de produção baseadas *eminentemente* na coerção extra-econômica, como é o caso da produção escravista?²³

²² Eis a distinção substancial existente entre a produção capitalista manufatureira e a produção escravista colonial: “O consumo individual cuida, por um lado, de sua própria manutenção e reprodução, por outro, mediante a destruição dos meios de subsistência, de seu constante reaparecimento no mercado de trabalho. *O escravo romano estava preso por correntes a seu proprietário, o trabalhador assalariado o está por fios invisíveis.* A aparência de que é independente é mantida pela mudança contínua dos padrões individuais e pela ficção jurídica do contrato” (MARX, 1984, p. 158, grifo nosso). Os escravos são coagidos diuturnamente pelo látigo do feitor, é a coerção física resultante de uma relação de dependência direta que os põem na produção. Contrariamente, os proletários são livres de qualquer obrigação legalmente constituída que os imponham ao trabalho, porém, o látigo da fome os coage a venderem suas forças de trabalho e valorizar o capital.

²³ “No nosso modo de ver, há um equívoco e um reducionismo quanto ao uso do conceito de subordinação (subsunção) formal do trabalho ao capital. Esse conceito, para Marx, está historicamente vinculado à fase manufatureira do capital industrial, e não à fase comercial ou mercantilista, esta conhecida classicamente como acumulação primitiva de capital, na qual a relação *capital-dinheiro/trabalho* não só admite mas *requer uma relação de subordinação puramente política*. Quando há subsunção (subordinação) formal do trabalho ao capital, esta se baseia numa relação *essencial* que é *‘puramente monetária* entre o que se apropria do trabalho excedente e o que o fornece’. A *subordinação* que surge ‘deriva do conteúdo determinado da venda’. Essa *subordinação* não precede, portanto, a relação monetária e nem é comandada por um ato de poder do produtor. A relação entre o trabalhador e o capitalista, na subsunção formal do trabalho ao capital, é puramente monetária (econômica) e não política” (HIRANO, 2008, p. 27).

O período de transição baseia-se numa articulação específica entre o capital mercantil e a produção nas suas mais variadas formas. Como vimos acima, o capital mercantil sai das hinterlândias das sociedades para o controle de uma heterogênea produção, articulando em seu proveito a nascente produção capitalista, a produção artesanal e a produção escravista colonial. O sentido histórico que o capitalismo mercantil aponta está materializado na produção manufatureira formalmente capitalista, segundo Marx. O caráter formal da subordinação é consequência do capital não ter ainda revolucionado as forças produtivas, mantendo-se, assim, à semelhança dos modos de produção de outrora, limitado pelo conteúdo subjetivo do trabalho. O acréscimo na extração de mais-trabalho apenas é possível pela contração legal dos salários ou pela imposição de jornadas de trabalho prolongadas (mais-valia absoluta). Neste ponto há uma identidade com os demais modos de produção, distinguindo-se apenas em virtude da relação de produção estabelecida: ao invés do trabalho forçado direto, baseia-se no trabalho forçado mediado pelo salário. Trata-se de uma produção capitalista por ser baseada na relação capital, mas apenas formalmente em virtude da incapacidade do capital revolucionar as forças produtivas. Em tais circunstâncias o capital mercantil - em associação com o Estado Absolutista - é condição para o desenvolvimento das manufaturas, visto a impossibilidade do capital industrial de andar sobre seus próprios pés. Por mais que haja tensões entre os grandes comerciantes e os burgueses manufatureiros, tal como nos mostra Dobb (1986), em última instância o controle formal da produção é exercido pelo capital mercantil em um momento em que a circulação possui a primazia sobre a produção, com a consequência inevitável da imposição de mecanismos extra-econômicos para garantir a valorização do capital industrial (mais-valia absoluta).

O capital mercantil também controla e até erige formas de produção não capitalistas, baseadas fundamentalmente na extração política da mais-valia. Estas produções fazem parte organicamente da sua valorização da mesma forma como a produção manufatureira: todas estão integradas numa totalidade chamada capitalismo comercial. “O que há, portanto, é uma totalidade, ou melhor, um único processo, em que o ‘sentido’ e os rumos são determinados pelas contradições que animam as economias metropolitanas” (MELLO, 2009, p. 37). É a manufatura que dentro dessa

totalidade “apanha o ‘sentido’ da marcha rumo ao ‘capitalismo industrial’” (MELLO, 2009, p. 37), valendo-se para isso das valiosas contribuições auferidas através do controle do capital mercantil sobre aquelas múltiplas formas de produção que não constituíram a relação capital. Mesmo na manufatura o conteúdo subjetivo da produção exige o expediente sistemático da coerção extra-econômica (política), aspecto que identifica este mosaico de formas de produção controladas formalmente pelo capital mercantil. Acreditamos que a transposição mecânica dos conceitos (tal como estão expostos em O Capital) de subsunção formal e subsunção real do trabalho ao capital impossibilita a captura da articulação específica daquele momento histórico, *dicotomizando acumulação política e subsunção formal quando o cerne da acumulação no período não podia abrir mão da coerção extra-econômica*, seja na metrópole ou na colônia. A formal subordinação dessas diversas formas de produção é que explica o fato dos mecanismos de extração política da mais-valia serem a tônica deste momento histórico, seja na relação capital da manufatura ou no escravismo colonial. Em termos sistêmicos, o desenvolvimento da relação capital na perspectiva da subsunção real do trabalho (Grande Indústria) apenas se efetiva por ocasião do domínio que o capital mercantil exerce sobre as formas de produção baseadas em relações pré-capitalistas; este domínio baseado na coerção eminentemente política é que anima o capitalismo na Metrópole, ainda preso ao conteúdo subjetivo do trabalho e carente, portanto, do expediente coercitivo para a consecução de seu desígnio.

Evidencia-se que oposição rígida entre subsunção formal (coação econômica) e acumulação política conduz a conclusões equivocadas para o estudo do período de transição: a reprodução ampliada da produção manufatureira apenas é possível mediante a coação extra-econômica sobre os trabalhadores (salário máximo, jornadas prolongadas), da mesma forma que seu crescimento depende do êxito econômico do capital mercantil no controle das outras formas de produção baseadas em trabalho compulsório. Em decorrência do não revolucionamento das forças produtivas, o expediente extra-econômico é utilizado sistematicamente na manufatura, que se beneficia direta ou indiretamente das formas de produção baseadas no trabalho compulsório para se desenvolver. É o próprio caráter formal da subsunção que explica a necessária continuidade da força política no cenário econômico, seja para criar

mercado de trabalho favorável ao capital (vide os cercamentos), para subordinar os trabalhadores dentro de limites que permitissem a valorização do capital ou mesmo para garantir o monopólio dos mercados coloniais para os manufaturados metropolitanos. Como vimos acima, Marx mostra que no período manufatureiro a “burguesia nascente precisa e emprega a força do Estado” para impor limites aos salários e aumentar a jornada, sendo que “Esse é um momento essencial da assim chamada acumulação primitiva” (MARX, 1984, p. 277). Do ponto de vista histórico não há, portanto, separação rígida entre subsunção formal e extração política da riqueza, tendo em vista que na fase da acumulação primitiva a força do Estado é fundamental para a valorização – independentemente das relações de produção (escravista ou assalariada).

Dada a imbricação necessária entre a subsunção formal e a subordinação política²⁴ durante a acumulação primitiva, fato este trazido à tona por Marx, a tese sistêmica pretende avançar para a apreensão da dinâmica específica que preside esta etapa de transição. O capitalismo mercantil fomenta o surgimento e estimula o crescimento da produção manufatureira, o que apenas é possível via imposição do Estado tanto na Europa quanto no além-mar. O capital mercantil preside a dinâmica da produção manufatureira e das demais formas e relações de produção, articulando-as como uma gigante força econômica e, principalmente, política na esteira da formação do capitalismo plenamente constituído. *Na perspectiva sistêmica da subordinação formal do trabalho ao capital, tal formalidade é resultado de uma produção de mercadorias – baseadas em múltiplas relações de produção – incapaz de se autodeterminar, tendo, por conseguinte, como fundamento para a sua reprodução, ampliada ou não, a “força externa” do capital mercantil em associação umbilical com o Estado Moderno.* Não há contradição com Marx à medida que para ele o sentido profundo da subsunção formal é justamente o da dependência do capital em relação às condições subjetivas do trabalhador, incapaz, portanto, de se autodeterminar. A interpretação sistêmica do processo de acumulação primitiva amplia o foco de análise e

²⁴ Tal imbricação não é apenas histórica, como vimos, mas também geográfica à medida que na própria Europa que avança a passos largos para o capitalismo ela se objetiva. Tal ressalva serve para dissipar possíveis interpretações que apenas enxergam a coação extra-econômica no espaço colonial, num possível contraste em relação ao Velho Mundo.

demonstra que a formalidade no domínio da produção era a tônica do período pré-capitalista (ou capitalista comercial), com o capital mercantil controlando formalmente as mais distintas formas de produção; era justamente a formalidade do domínio da produção que garantia a hegemonia do capital mercantil em relação ao capital industrial, quando o econômico (produtivo) era incapaz de se autodeterminar e precisava das imposições políticas pró-valorização mercantil principalmente nos mercados coloniais²⁵.

1.2 Economia colonial como peça aceleradora da acumulação primitiva

No primeiro tópico desta seção expusemos os pressupostos que norteiam a análise da economia colonial levada a cabo pelos autores que enxergam o processo colonizador como desdobramento do capitalismo mercantil - época de transição ao capitalismo pleno²⁶. A interpretação que possuem a respeito do período do Antigo Regime traz consequências significativas para o estudo da colônia: 1) determina o peso que é atribuído ao sistema colonial na definição das estruturas internas e da dinâmica que move a colônia; 2) por conseguinte, a economia colonial torna-se definida em

²⁵ Com a Revolução Industrial e a subsunção real do trabalho ao capital surge o *modo de produção especificamente capitalista*, superando sua condição pueril de até então. Ao superar os limites subjetivos ao aumento da produtividade a produção torna-se capaz de engendrar os seus próprios mercados, tornando-se o antigo Sistema Colonial um empecilho à acumulação capitalista. Sistema Colonial, política mercantilista, primazia do capital mercantil e Estado Absoluto: aspectos interdependentes da época do capitalismo comercial, de estímulos ao desenvolvimento capitalista tornam-se entraves e, por isso, são superados pelo liberalismo. Os impactos dessa Revolução no Brasil têm na Independência política seu principal aspecto, porém este período extrapola os nossos objetivos.

²⁶ Como dissemos no início, trata-se de um conjunto heterogêneo de autores cujo ponto de convergência reside no privilegiamento do antigo sistema colonial - estabelecido no período histórico de transição ao capitalismo (*capitalismo mercantil*) - para a inteligibilidade da economia colonial. Salvaguardadas as diferenças existentes, autores consagrados como Caio Prado Jr., Fernando Novais, Florestan Fernandes, João Manuel Cardoso de Mello e Fernando Henrique Cardoso convergem ao inserir a colonização no espectro do capitalismo mercantil da modernidade, o que tem por desdobramento necessário o privilegiamento do sistema colonial na configuração da estrutura e da dinâmica coloniais. Enquanto obra de síntese a respeito do debate existente entre as linhas mestras da interpretação marxista brasileira sobre a questão colonial, pautamo-nos fundamentalmente na dissertação de Carlos Alberto Cordovano Vieira.

virtude dos elos que a articula ao processo histórico de acumulação primitiva²⁷. O fundamento teórico que subjaz a toda reflexão é justamente a relativização da categoria modo de produção para o entendimento da época de transição, o que se reverbera sobre a questão colonial ocasionando o privilegiamento do sistema colonial (“fatores externos”) em relação aos “fatores internos” para o entendimento da estrutura e da dinâmica da economia colonial. Estes pressupostos aplicados ao estudo da colônia se refletem ainda na atribuição de um peso significativo da colonização para a constituição do capitalismo pleno, peso este que é minorado em linhas interpretativas divergentes – como aquela que iremos abordar na seção seguinte. Buscaremos desenvolver os principais argumentos desta tradição para explicar o processo colonizador, a estrutura da economia colonial e os seus vínculos com a metrópole europeia no espectro da acumulação primitiva.

Caio Prado vê a colonização europeia das Américas como um “conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu” (PRADO JR., 2011, p. 19), colonização que “toma o aspecto de uma vasta empresa colonial (...) destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu” (PRADO JR., 2011, 28). O caráter comercial determina, portanto, o “sentido da colonização tropical” e “ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos” (PRADO JR., 2011, p. 28). O interesse comercial que presidiu a aventura ultramarina e a colonização da América tropical é que torna possível explicar o caráter do seu povoamento, da sua vida material e social. Nesse mesmo sentido, Florestan Fernandes afirma que: “O *povoamento* resultava da necessidade de produzir o butim. Este não existe pronto e acabado. Para colhê-lo era preciso produzi-lo” (2010, p. 47).

Trata-se da essência da formação colonial que se materializa em seus múltiplos fenômenos, que, do ponto de vista metodológico, apenas adquirem inteligibilidade a partir do momento que a essência do fenômeno é capturada. Fernando Novais segue

²⁷ “Não resta dúvida que, para os autores marxistas brasileiros, a discussão da questão colonial começa na análise das transformações ocorridas na sociedade europeia em decorrência da crise do feudalismo” (SILVA, in MORAES; DEL ROIO, org., 2007, p.22).

esta linha de interpretação aberta por Caio Prado, ressaltando “ser ainda possível ir além no esforço de apreender o sentido da colonização”, apreendendo-a

como uma peça no conjunto de mecanismos que, promovendo a acumulação originária, tendiam a possibilitar a superação dos entraves institucionais e econômicos que ainda perturbavam a expansão do capitalismo moderno europeu. *Peça essencial* (...) fornecia uma espécie de retaguarda à economia metropolitana, tornando-a independente das outras potências nacionais; promovendo a acumulação de capital e ao mesmo tempo ampliando o mercado consumidor de manufaturas, criava os pré-requisitos da transição para o capitalismo industrial (NOVAIS, 2005, p. 41, grifo nosso).

O conjunto de mecanismos a que se refere Novais é aquele instaurado na Época Moderna, composto pelo “Absolutismo, sociedade de ‘Estados’, capitalismo comercial, (...) [como] partes de um todo, [que] interagem reversivamente”, no processo de formação do capitalismo desenvolvido (NOVAIS, 2005, p. 37). Neste controverso momento histórico de acumulação originária *a colonização é elevada ao posto de peça essencial do processo*, pois tem a capacidade de acelerar a acumulação de capital mercantil nas mãos das burguesias metropolitanas e fomentar o surgimento de mercado consumidor monopolizado para os produtos manufaturados metropolitanos. Novais demonstra assim que a exploração colonial não apenas beneficiava o comércio europeu, mas tinha um significado histórico muito maior de ser componente primordial na formação do modo de produção capitalista – que surgiria na Europa por volta das últimas décadas do século XVIII. Em outros termos, este conjunto integrado de mecanismos – dos quais o sistema colonial é *peça essencial* - beneficiava tanto a valorização do capital mercantil quanto o surgimento da relação capital em solo europeu. Resumindo, “(...) a colonização fica indissoluvelmente ligada ao processo histórico de formação do capitalismo moderno, à transição do capitalismo comercial para o industrial (capitalismo pleno)” (NOVAIS, 2005, p. 40).

O sistema colonial constitui-se como um conjunto de mecanismos cujo objetivo é concretizar o “sentido da colonização”, ou seja, são meios que visam garantir a exploração colonial e a acumulação mercantil na Metrópole. Novais deixa claro que “tal sistema de relações torna-se, portanto, a categoria fundamental de toda a análise” (2005, p. 41). A política mercantilista era o fundamento teórico que balizava a

implementação do sistema, tendo como objetivo precípuo a garantia da balança comercial favorável na Metrópole, o que era garantido primordialmente pelas colônias. Estas serviam tanto como escoadouro para a produção metropolitana, como para a obtenção de produtos tropicais capazes de reduzir a necessidade de importação da metrópole, bem como para serem reexportados no continente europeu. Tal mecanismo de acumulação externa ao espaço produtivo apenas era reproduzido em virtude da força política do Estado Absolutista:

Ao mesmo tempo, garantindo o funcionamento do sistema, em face das demais potências, e diante dos produtores coloniais e mesmo de outras camadas da população metropolitana, o Estado realiza a política burguesa, e simultaneamente se fortalece, abrindo novas fontes de tributação. Estado centralizado e sistema colonial conjugam-se, pois, para *acelerar a acumulação de capital comercial pela burguesia mercantil européia*” (NOVAIS, 2005, p. 50).

O Estado Absolutista do período de transição encontra no sistema colonial um elemento fundamental para o seu fortalecimento, e, reversivamente, constitui-se como uma força coercitiva necessária para a reprodução desta engrenagem que em termos históricos tem caráter burguês, já que edifica os pressupostos e deflagra o crescimento do modo de produção capitalista. Antes disso, no processo de constituição dos Estados Nacionais centralizados, fora a política mercantilista “um instrumento de unificação ao mesmo tempo, aliás, que pressupunha um certo grau de integração nacional para que se pudesse executar” (NOVAIS, 2005, p. 37); o acúmulo pulverizado de capital mercantil nas mãos dos comerciantes estimulou a centralização política, que, por seu turno, tornou-se capaz de “mobilizar recursos em escala nacional, (...) pré-requisito da expansão ultramarina; por outro lado, desencadeados os mecanismos de exploração comercial e colonial do Ultramar, fortaleceu-se reversivamente o Estado colonizador” (NOVAIS, 2005, p. 47). O capital mercantil fomenta a centralização política como condição para a escalada do seu poder econômico, que precisa da associação com o Estado para se valorizar; este último, por sua vez, fortalece-se com o avanço do comércio e do sistema colonial através das divisas oriundas da tributação, condição para a manutenção do poder centralizado frente às forças econômicas e políticas locais (nobreza).

Como podemos ver, na tese sistêmica as colônias e o sistema colonial são peças-chave na consolidação e desenvolvimento do período de transição ao capitalismo. Mediante a exploração colonial é que o capital mercantil consegue superar a incipiência anterior de estar circunscrito ao comércio mediterrâneo. Esta incipiência da burguesia comercial - diante da hercúlea tarefa necessária para romper aqueles limites – fora compensada com a força do Estado centralizado, capaz de mobilizar capitais necessários para a empreitada. Com o êxito desta, o capital mercantil se fortalece econômica e politicamente em relação às classes feudais, impondo o Estado a política mercantilista que satisfaz o capitalismo comercial ao garantir a reprodução do sistema colonial e a conseqüente transformação das relações de produção no interior das Metrôpoles. Sintetizando a importância atribuída ao sistema colonial para o desencadeamento da Revolução Industrial²⁸, diz-nos Novais:

Fator, ao mesmo tempo, de fortalecimento do Estado e de desenvolvimento burguês, a economia colonial, na medida em que complementa a economia metropolitana, dá-lhe possibilidade de pôr efetivamente em execução os ditames da política mercantilista. Não dependendo das demais potências, por se completar nas colônias, o Estado colonizador tem condições de disputar e conquistar mercados, *fomentando o crescente ingresso do bulhão dentro de suas fronteiras*. Assim, torna-se compreensível o empenho das nações européias na Época Moderna em organizar seus impérios coloniais, e a tenacidade com que disputaram a partilha do mundo ultramarino. (...) *desfrutar os estímulos oriundos do sistema colonial significava, de fato, elaborar os pré-requisitos do desenvolvimento das forças produtivas, pois o sistema colonial promovia, ao mesmo tempo, acumulação de capitais por parte dos grupos*

²⁸ A importância atribuída ao sistema colonial para o surgimento do modo de produção capitalista parece ser negada pelo desfecho melancólico das nações ibéricas. Para os críticos da tese sistêmica, tal fato seria o demonstrativo de que o sistema colonial – e, em última instância, o próprio capital mercantil – não seria fator suficiente para deflagrar a Revolução Industrial, ou seria até um empecilho para tal. Tais críticos concluem que os “fatores internos” é que seriam efetivamente determinantes para a transformação capitalista de alguns países, como a Inglaterra. Os adeptos da tese sistêmica retrucam afirmando que a precocidade da centralização política lusitana, especificamente, trouxe consequência negativas a longo prazo. “A precocidade da centralização portuguesa deve ser pensada como fator de suma importância. (...) Precocidade, principalmente, no sentido de a burguesia não ser suficientemente forte para exercer papel preeminente na determinação do Estado” (FERLINI, 1988, p. 37). Fatores peculiares a Portugal – como a reconquista – explicam a precocidade da sua centralização política a contra-gosto da classe senhorial. Todavia, a correlação de forças existente entre a nobreza e a burguesia comercial terminou por conformar um regime político débil no que tange à capacidade de desfrutar dos estímulos do capital mercantil – e, por tabela, do *plus* promovido pelo sistema colonial. Desta correlação de forças não tão favorável ao capital mercantil resulta um Estado Absoluto que não implementa a política mercantilista em sua plenitude, tornando a Metrôpole um mero entreposto comercial incapaz de assimilar no seu interior os estímulos da acumulação mercantil através do crescimento da produção manufatureira. Em tais circunstâncias a burguesia se aristocratiza e se acomoda em sua condição parasitária, incapaz de deflagrar mudanças significativas no âmbito das relações sociais de produção. “Uma política mercantilista completa somente viria à baila, tardiamente, na época pombalina” (VIEIRA, 2004, p. 80).

empresariais e expansão dos mercados consumidores dos produtos manufaturados (NOVAIS, 2005, p. 54).

Dito estas palavras a respeito do caráter da colonização europeia nos trópicos e da sua importância para o processo de acumulação primitiva em solo europeu, passemos a analisar a estrutura da sociedade erigida pelo capital mercantil em seu benefício.

Até o século XIV o desenvolvimento comercial europeu “é quase unicamente terrestre, e limitado, por via marítima, a uma mesquinha navegação costeira e de cabotagem” (PRADO JR., 2011, p. 17). No século XIV o progresso na indústria naval possibilita uma rota marítima “que contorna o continente pelo estreito de Gibraltar”, cujo efeito foi “deslocar a primazia comercial dos territórios centrais do continente (...) para aqueles que formam a sua fachada oceânica” (PRADO JR., 2011, p. 18). É no século XV, todavia, que os europeus tornam-se capazes de enfrentar o mar aberto, desbravar os oceanos saindo de perto da sua própria costa. Neste processo desbravador com o fito de alavancar o comércio é que os portugueses chegam às Índias, descobrem as ilhas africanas e o continente americano. “A ideia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum” (PRADO JR., 2011, p. 20) dos povos europeus mercadores; a ocupação até então se restringia ao estabelecimento de “simples feitorias destinadas a mercadejar com os nativos e servir de articulação entre as rotas marítimas e os territórios ocupados” (PRADO JR., 2011, p. 20). Este mecanismo utilizado para fins mercantis não era, entretanto, válido para a América: “um território primitivo habitado por rala população indígena incapaz de fornecer qualquer coisa de realmente aproveitável” (PRADO JR., 2011, p. 21). Apenas nas três primeiras décadas pós-descobrimento do Brasil é que a Coroa portuguesa optou por este mecanismo, superando-o em virtude da escassez de pau-brasil - obtido através do escambo com os indígenas – e das ameaças constantes de perda do território para nações concorrentes. A partir daí torna-se imprescindível *povoar para explorar*.

Ao invés de se limitar a explorar os modos de produção já existentes nas áreas onde estabelecia as feitorias, o capital mercantil se viu na necessidade de proporcionar um salto de qualidade: teve que deixar de se inscrever “*nos limites da circulação* das

mercadorias “ para promover “a intervenção direta dos empresários europeus no *âmbito da produção*” (NOVAIS, 2005, p. 46). Ainda aqui Portugal foi um pioneiro ao estabelecer, ainda no século XV, o povoamento para exploração das ilhas do Atlântico. Apesar deste salto qualitativo operado pelo capital mercantil, Novais se apressa em dizer que

(...) o caráter de exploração comercial não é abandonado pela empresa *ultramarina européia*, quando ela se desdobra na atividade mais complexa da colonização. Pelo contrário, esse caráter de exploração mercantil marca profundamente o tipo de vida econômica que se organizará nas áreas coloniais (NOVAIS, 2005, p. 46, grifo nosso).

Trata-se de uma nova fase da acumulação mercantil e não da sua superação, pois o capital continuará durante os próximos três séculos tendo na esfera da circulação o *locus* por excelência da sua valorização, com a especificidade de a partir de agora se alimentará de uma produção regular e massiva. Para se manter crescendo e superar entraves surgidos para a consecução desta finalidade, primeiro o capital mercantil se lançou no além-mar e estabeleceu feitorias e, num segundo momento de maior complexidade, iniciou a colonização da América com o fito de engendrar uma produção que o abastecesse regularmente com produtos tropicais. *A estrutura desta produção colonial foi, portanto, erigida pelo capital mercantil e em seu proveito, deixando as marcas da sua forma de valorização em todos os caracteres da economia colonial.* O “sentido profundo da colonização” fundamenta e explica as forças produtivas e as relações de produção próprias da economia colonial, bem como os mecanismos da exploração colonial expressos no antigo sistema colonial. Ademais, a dinâmica que preside a atividade econômica colonial é definida de “fora para dentro”, “pelas forças fundamentais que atuam na estrutura da vida colonial em sua totalidade e a orientam segundo as estruturas do sistema colonial e o movimento do capital mercantil” (VIEIRA, 2004, p. 106). Como membro organicamente integrada à totalidade econômica do período – o capitalismo comercial - , a economia colonial é estruturada de maneira a lhe impossibilitar qualquer dinamismo econômico interno que, a médio ou longo prazo, pudesse comprometer a reprodução dos laços de dependência em relação à economia metropolitana. Tais laços de dependência são, portanto, estruturais à economia

colonial, constituídos para que esta jamais os rompam e venha deixar de irrigar a Metrópole com produtos coloniais altamente lucrativos.

Neste sentido, a economia colonial deveria ser necessariamente complementar à economia metropolitana, o que significava produzir gêneros tropicais em larga escala para exportação à Metrópole e tornar a colônia mercado consumidor dos produtos manufaturados do Velho Mundo. Esta complementariedade advém da política mercantilista que tem como fim a balança comercial favorável: a produção colonial exportada para a Metrópole garante a autosuficiência desta diante das outras potências, evitando a importação de produtos tropicais e possibilitando a reexportação lucrativa daqueles produtos advindos das respectivas colônias; de forma concomitante, as colônias tornavam-se mercado consumidor da produção manufatureira metropolitana, estimulando o crescimento da produção capitalista nascente. Desta forma, a produção colonial era mercantil e voltada para fora, jamais para a satisfação da população local através do mercado interno. Por mais que este último surja e até cresça durante a colonização²⁹, em substância a economia colonial se manteve como simples fornecedora de mercadorias para o comércio externo. A reprodução da população se mantém durante todo o período na dependência de uma miserável agricultura de subsistência, mercantil ou não, e da aquisição de manufaturados importados. Fato marcante não é nem tanto a miséria da produção voltada para o mercado interno, mas sim a completa impossibilidade de reversão desta condição material e cultural na hipótese da manutenção da economia colonial. O natural crescimento demográfico apenas ampliava a carência da produção voltada para a população, sem que houvesse quaisquer ganhos qualitativos no que tange à

²⁹ “Não há na realidade modificações substanciais do sistema colonial nos três primeiros séculos de nossa história. (...) Em certos aspectos, ele naturalmente se complica, surgindo elementos novos, ou pelo menos tendências que alteram a simplicidade do quadro inicial que traçamos de uma colônia produtora de alguns gêneros destinados ao comércio da metrópole. O fato elementar do crescimento da população já constitui por si só um fator de transformação, porque determina a constituição e desenvolvimento do mercado interno e, com ele, de um setor econômico propriamente nacional, isto é, orientado já não exclusivamente para a exportação, mas para as necessidades do país. [Porém] É verdade que aquele crescimento é muito mais quantitativo do que qualitativo: no alvorecer do século passado a massa da população brasileira é constituída por escravos ou recém-egressos da escravidão; ou então por indivíduos deslocados, sem posição econômica e social definida e fixa; essencialmente instável” (PRADO JR., 2011, p. 130).

produtividade do trabalho – diretamente relacionada ao progresso material (meios de produção) e cultural dos produtores.

Considerando-se que a economia colonial tinha sua razão de ser no fato de se constituir como peça aceleradora da acumulação primitiva na Europa - o que explica o seu caráter mercantil e complementar -, o estabelecimento de forças produtivas e relações de produção que estivessem em consonância com este desígnio era imprescindível. A história provou que as relações escravistas de produção não foram *absolutamente* inevitáveis: a possibilidade da imigração maciça europeia, mesmo que para os trópicos, era real, o que ficou demonstrado na colonização da área temperada. É verdade que a população portuguesa era reduzida para se permitir tamanha sangria populacional, entretanto, em áreas tropicais colonizadas por ingleses, franceses e holandeses, países com elevada demografia e vitimados por guerras religiosas e políticas, a imigração maciça de europeus apesar de possível também não foi a tônica. Nestes países estava aberta enquanto possibilidade histórica a colonização europeia em larga escala nas colônias tropicais. Por mais que o clima fosse um fator desestimulador para os europeus, não é ele, por sua vez, que explica a necessidade do trabalho compulsório. Haja vista a possibilidade real da imigração em massa, o que explica a sua não concretização histórica num período conturbado da Europa é o vínculo inexorável da colonização com a acumulação mercantil, através dos mecanismos do sistema colonial. Apenas abstraindo a natureza do sistema colonial é que podemos concluir que a imigração europeia maciça era efetivamente uma possibilidade histórica, pois superando tal abstração chegamos à conclusão de que o trabalho compulsório (cuja escravidão é a forma limite) fora imprescindível na Época Moderna.

No que se referem à utilização sistemática do trabalho compulsório e da grande propriedade, características marcantes da economia colonial, nos diz Novais que:

(...) as condições dos 'fatores' terra e mão de obra definem-se nos mecanismos do sistema, cujo sentido era organizar uma produção mercantil que promovesse a acumulação primitiva de capitais no conjunto das economias europeias. Se a dominação política da metrópole sobre a colônia era o pré-requisito, o 'exclusivo' metropolitano era o mecanismo direto (por meio do comportamento dos preços) da acumulação de capital comercial: neste quadro, só a compulsão

do trabalho poderia permitir o funcionamento do sistema (NOVAIS, 2005, p. 144, grifo nosso).

A valorização do capital mercantil e a conseqüente acumulação primitiva é a dinâmica específica que preside a Época Moderna; à medida que a colonização é uma peça aceleradora da acumulação primitiva – digamos, um elemento para encurtar as “dores do parto” do capitalismo –, os fatores de produção “terra” e “trabalho” devem se subordinar a este fim, organizando-se de maneira a cumprir aquele desígnio histórico da melhor maneira possível. “Da melhor maneira possível” entenda-se da forma que maior lucratividade pudesse proporcionar ao capital mercantil. Para tal, requeria-se, “simultaneamente, além da compulsão do trabalho um grau muito elevado de concentração de renda e que, das formas compulsórias de regime de trabalho, o escravismo é evidentemente a mais concentracionista” (NOVAIS, 2005, p. 144). A abundância do fator “terra” abria a possibilidade dos imigrantes europeus constituírem uma sociedade de pequenos proprietários, voltados para a subsistência da prole e para a produção mercantil interna. Tal fato contrastava inegavelmente com o “sentido profundo da colonização”, que exigia produção em massa de determinados produtos e alta exploração apenas possível de ser obtida com trabalho compulsório³⁰.

Em um hipotético cenário de pequenos proprietários convivendo ao lado de grandes unidades produtoras de gêneros de exportação, esta última se tornaria inviável economicamente em virtude dos salários altos que teriam que ser pagos para atrair os camponeses. Mesmo que o grande proprietário se satisfizesse com uma taxa de exploração reduzida, este aspecto inviabilizaria a exploração colonial e a acumulação primitiva: os mecanismos do antigo sistema colonial não encontrariam base objetiva

³⁰ Estes argumentos extraídos de Novais avançam em relação aos argumentos fornecidos por Caio Prado Jr.: “Com a grande propriedade monocultural instala-se no Brasil o trabalho escravo. Não só Portugal não contava população suficiente para abastecer sua colônia de mão de obra, como também, já o vimos, o português, como qualquer outro colono europeu, não emigra para os trópicos, em princípio, para se engajar como simples assalariado do campo. A escravidão torna-se assim necessidade: o problema e a solução foram idênticos em todas as colônias tropicais e mesmo subtropicais” (PRADO JR., 2011, p. 127). A necessidade da escravidão moderna não é explicada por escassez de mão de obra, mas sim pela necessidade de estabelecer relações de produção que proporcionassem as mais altas taxas de exploração e, por conseguinte, altas taxas de lucro para o capital mercantil no espectro da acumulação primitiva em solo europeu. Assalariamento neste caso torna-se impensável, pois reduziria o sobretrabalho apropriado pelos senhores com conseqüências negativas para a acumulação mercantil.

para se afirmar, pois inexistiria uma massa significativa de riqueza explorada e concentrada nas mãos dos plantadores que possibilitasse a subsequente exploração colonial, e, ainda assim, o *quantum* de riqueza restante nas mãos dos plantadores fosse suficiente para a reprodução da produção escravista colonial. O círculo de exploração interna seguida por exploração externa (colonial) não se fecharia, afinal, o capital mercantil apenas se valoriza na esfera da circulação tendo por base uma produção marcada pela coerção extra-econômica. A altíssima taxa de exploração dos senhores sobre os escravos era impreterível para que o capital mercantil encontrasse cenário que o permitisse executar uma outra faceta da coerção extra-econômica, aquela imposta sobre a esfera da circulação das mercadorias quando o capital mercantil em associação com o Estado se valia do monopólio institucional para efetivar o espólio colonial.

A respeito deste mecanismo de exploração escravista que permite a exploração colonial, diz Fernando Novais:

Mas não só na alocação dos fatores produtivos e na elaboração de alguns produtos ao mercado consumidor europeu se revela a dependência da economia colonial em face do seu centro dinâmico. O Sistema Colonial determinará também o *modo* de sua *produção*. *A maneira de se produzir os produtos coloniais fica, também necessariamente, subordinada ao sentido geral do sistema, isto é, a produção devia ser organizada de modo a possibilitar aos empresários metropolitanos uma ampla margem de lucratividade*. Ora, isto impunha a implantação, nas áreas coloniais, de regimes de trabalho necessariamente compulsórios, semi-servis ou propriamente escravistas. De fato, a possibilidade de utilização do trabalho livre, na realidade mais produtivo e, pois, mais rentável em economia de mercado, ficava bloqueada na situação colonial pela abundância do fator terra; (...) *É em função dessas determinações que renasce na Época Moderna, no mundo colonial, a escravidão e toda uma gama de formas servis e semi-servis de relações de trabalho, precisamente quando na Europa tende a se consolidar a evolução no sentido contrário, isto é, da difusão cada vez maior do regime assalariado* (2005, p. 57).

O modo de se produzir na colônia deve estar em consonância plena com o objetivo de acumular capital mercantil na Metrópole, com a alta lucratividade requerida pelos empresários (comerciantes) metropolitanos. Como diz Cardoso de Mello, o capital mercantil “desdobrou o âmbito da circulação que lhe é próprio e invadiu a esfera da produção”, e para adequá-la aos seus desígnios “‘reinventou’ o trabalho servil e o trabalho escravo” (MELLO, 2009, p. 36). O “fator” terra inviabiliza a adoção do

assalariamento que, desde Marx, sabemos que apenas adquire significação econômica quando uma massa de trabalhadores é expropriada dos seus meios de produção e do acesso a terra. O trabalho compulsório torna-se uma necessidade diante da vastidão de terras virgens no Novo Mundo. No caso da forma limite de trabalho compulsório, diz Novais que “escravidão africana e o tráfico negreiro (...) somente podem-se entender gerados nas determinações do Sistema Colonial” (NOVAIS, 2005, p. 145). Mais uma vez a categoria sistema colonial é fundamental para se compreender a adoção desta forma específica de trabalho compulsório: o abandono da escravização dos autóctones deixa de ser explicado em virtude da inaptidão ou das fugas desses povos; a opção pelo escravo africano é consequência do lucrativo tráfico de seres humanos daí resultante, garantindo-se a reprodução das relações sociais de produção em função e em benefício do capital mercantil metropolitano³¹.

Certamente existem pontos de contato entre a escravidão moderna e a escravidão da Antiguidade, no entanto, “a escravidão moderna é, em sua essência, uma *escravidão mercantil*: não só o escravo constitui uma mercadoria, é a principal mercadoria de uma vasta rede de negócios”, representando “um dos nervos ou a mola mestra da acumulação do capital mercantil” (FERNANDES, 2010, p. 44). A escravidão africana torna-se um dos ramos do comércio mais lucrativos, absorvendo parcela significativa dos lucros que ficariam na colônia caso o braço escravo fosse apresado internamente. Cria-se, portanto, um mercado indispensável na economia colonial e muito lucrativo, que beneficia em larga escala o capital mercantil investido neste ramo. É o tráfico negreiro que explica a escravidão africana e não o contrário, assim como é a circulação que determina e explica a produção colonial e não o contrário³².

³¹ “O crescimento de Manchester estava intimamente ligado ao de Liverpool, com sua saída para o mar e o mercado mundial. O capital acumulado por Liverpool com o tráfico de escravos foi para o interior, fertilizando as energias de Manchester; os artigos de Manchester para a África eram levados até a costa nos navios negreiros de Liverpool” (WILLIAMS, 2012, p. 111). Eric Williams demonstra o quanto o tráfico negreiro foi “salutar” para a acumulação primitiva britânica, irrigando-a intensamente com seus altos lucros mercantis e garantindo mercado para os têxteis de Manchester e Lancashire na costa africana. Com a superação da etapa de transição muitas fortunas advindas do comércio de carne humana financiaram a nascente Revolução Industrial.

³² Portugal foi o país precursor do tráfico de escravos africanos, mas no decorrer do antigo sistema colonial a Inglaterra despontou como o principal mercador de escravos do mundo. A importância deste ramo era tal que as nações concorriam entre si para fornecer escravos para os espanhóis, visto que

As relações escravistas de produção estavam indissoluvelmente relacionadas às forças produtivas em proveito do acúmulo de capital mercantil na Metrópole. À grande propriedade rural somava-se a utilização intensiva de força de trabalho escrava, o que Caio Prado designa como “grande exploração rural” (2011, p. 127), nervo econômico da economia colonial e que resultava numa produção em larga escala. Não se tratava de um escravismo pulverizado, “democrático”, mas extremamente concentrador em torno dos grandes senhores de terra. A concentração da renda auferida com a venda da produção era, desta forma, gritante e extremamente funcional à reprodução da produção e da exploração colonial:

(...) é exatamente essa *concentração da renda* necessária na sociedade colonial, que permite seu funcionamento, articulando as várias peças da engrenagem. (...) De fato, é essa concentração de renda que faz com que, apesar de os mecanismos do regime de comércio transferirem o maior quinhão para a burguesia européia, os colonos-senhores possam manter a continuidade do processo produtivo, e mesmo levar uma vida faustosa; da mesma forma, e ainda dentro da mecânica do sistema, têm os mesmos colonos recursos para importar os produtos da economia européia (NOVAIS Apud VIEIRA, 2004, p. 105).

É consenso que a economia colonial sofria de uma profunda incapacidade de se complexificar qualitativamente, incapaz tanto de diversificar a atividade econômica interna (que não se desgarrava da extroversão) quanto de aperfeiçoar tecnicamente a produção agrícola de exportação. Somente este último ramo possui vitalidade, ainda que determinado pelo dinamismo exterior, o que explica a bonança econômica na forma de “ciclos” que se esgotam mais cedo ou mais tarde. Apesar da grande unidade de exploração se utilizar de meios de produção rudimentares³³, o que explica sua baixa

estes tinham muitas colônias americanas, mas não tinham acesso à costa da África. De forma legal ou ilegal, os ingleses levaram vantagem no fornecimento de escravos para as colônias espanholas. “O privilégio de fornecer negros para as colônias espanholas, o chamado *asiento*, veio a ser um dos objetos mais cobiçados e renhidamente disputado na diplomacia internacional. Os mercantilistas britânicos defendiam a importância do comércio, legal ou ilegal, de negros e artigos manufaturados com as colônias espanholas, visto que os espanhóis pagavam em moeda, e assim as reservas de ouro e prata da Inglaterra aumentavam” (WILLIAMS, 2012, p. 67).

³³ Citamos a técnica das queimadas para limpar o terreno, o uso da lenha como combustível para as fornalhas dos engenhos, a praticamente inexistente adubação do solo, a não utilização do medieval arado para lavrar o terreno e a estagnação técnica do fabrico do açúcar. Os concorrentes antilhanos do açúcar brasileiro progrediram tecnicamente em relação à produção local, mesmo que tais progressos ainda estivessem nos marcos da acumulação primitiva, ainda incapazes, portanto, de revolucionar as

produtividade, a utilização intensiva de força de trabalho de forma cooperada pode ser considerada como uma vantagem em termos produtivos em relação à pequena produção artesanal e camponesa. “Cada unidade produtora, conjugando áreas extensas e numerosos trabalhadores, constitui-se como uma usina, com organização coletiva do trabalho e mesmo especializações” (PRADO JR., 2011, p. 149). O trabalho coletivo organizava-se tanto no interior dos engenhos (parte fabril) quanto na área agrícola, ainda que de forma menos acentuada. A força produtiva social do trabalho representada pela cooperação baseada na divisão do trabalho é, portanto, erigida pelo capital mercantil em seu benefício, demonstrando a busca por uma organização da produção que maior riqueza pudesse extrair do trabalho escravo³⁴. Nas produções agrícolas e fabris não mercantis da colônia não se encontrava presente esta organização coletiva do trabalho, o que consoma uma força produtiva diferente daquelas que fazem parte da engrenagem da valorização mercantil. Por exemplo, a produção de derivados da cana-de-açúcar com fins mercantis de exportação contrastava significativamente com a sua produção artesanal, constituindo-se o engenho uma proto-indústria muito diferente da artesanal engenhoca. Aqui nos restringiremos a relacionar as forças produtivas da produção mercantil e escravista colonial ao capital mercantil, porém na terceira seção buscaremos analisar com rigor esta força produtiva e a sua articulação com as relações escravistas.

Toda esta estrutura econômica de natureza mercantil e escravista apenas cumpriria a sua função histórica caso o excedente de riqueza produzido internamente fosse apropriado pela burguesia metropolitana. A exploração escravista apenas podia se realizar caso a massa de mercadorias produzida fosse vendida aos comerciantes europeus, afinal, sua função precípua é abastecer o mercado externo, europeu, jamais a satisfação da população local. Segundo Florestan Fernandes, a categoria *apropriação* envolvia dois tipos de relações superpostas:

forças produtivas. A Revolução Industrial chega à produção açucareira a partir de meados do século XIX, com os maquinismos surgidos para a produção do açúcar de beterraba; estes são adaptados para a produção do açúcar de cana e se difundem nas Antilhas, especialmente em Cuba, a partir de investimentos de capitalistas das potências centrais, ávidos por expandir a produção e, por conseguinte, o consumo nos mercados centrais.

³⁴ “Em suma, o tipo de desenvolvimento das forças produtivas e as correspondentes relações sociais de produção são instauradas pelo capital comercial em seu proveito” (MELLO, 2009, p. 36).

De um lado, estava a apropriação realizada pelo senhor no nível da produção escravista e da exploração do trabalho escravo. (...) De outro lado, existia um circuito de apropriação (...) que constituía a essência da apropriação colonial. O excedente econômico não era produzido para desfrute exclusivo do senhor, mas para entrar nesse circuito. Aí, senhor, Coroa e negociantes, *todos eram “escravos” do capital mercantil* (FERNANDES, 2010, p. 50).

A apropriação escravista constitui-se como uma faceta necessária da apropriação colonial. A base material escravista e mercantil garantia a produção de excedente a ser usurpado pela apropriação colonial. Para tal, o monopólio do comércio dos produtos coloniais era o mecanismo decisivo para a exploração da colônia em benefício do capital mercantil metropolitano. Através do mecanismo do *exclusivo metropolitano*³⁵, imposto pela coerção política em negação ao livre mercado, “parte significativa da renda real gerada pela produção da colônia é transferida pelo sistema de colonização para a metrópole e apropriada pela burguesia mercantil (...)” (NOVAIS, 2005, p. 49). Por intermédio deste monopólio do comércio das colônias a burguesia mercantil metropolitana era capaz de “forçar a baixa dos seus preços até o mínimo além do qual se tornaria antieconômica a produção colonial (...)” (NOVAIS, 2005, p. 49). Comprimiam-se os preços dos produtos coloniais no ato da compra e os maximizavam no ato da venda no comércio metropolitano, também afetado pelo monopólio. Assim, à exploração colonial se somava a exploração interna metropolitana, de maneira que houvesse uma transferência de riqueza da nobreza e da massa da população consumidora para os comerciantes, o que proporcionava a valorização do capital mercantil. Tal valorização do capital na esfera da circulação apenas era possível em virtude da atuação do Estado Absolutista, garantindo o monopólio do comércio colonial

³⁵ “O *exclusivo metropolitano do comércio colonial* consiste em suma na *reversa do mercado das colônias para a metrópole*, isto é, para a burguesia comercial metropolitana. Este mecanismo fundamental, gerador de lucros excedentes, lucros coloniais; através dele, a economia central metropolitana incorporava o sobreproduto das economias coloniais anclares. (...) os mercadores da pátria-mãe podiam deprimir na colônia seus preços até o nível abaixo do qual seria impossível a continuação do processo produtivo, isto é, tendencialmente ao nível dos custos de produção; a revenda na metrópole, onde dispunham de exclusividade da oferta, garantiam-lhes superlucros por dois lados – na compra e na venda. Promovia-se, assim, de um lado, uma transferência de renda real da colônia para a metrópole, bem como a concentração desses capitais na camada empresária ligada ao comércio ultramarino. Reversivamente, detentores da exclusividade da oferta dos produtos europeus nos mercados coloniais, os mercadores metropolitanos, adquirindo-os a preços de mercado na Europa, podiam revendê-los nas colônias no mais alto preço acima do qual o consumo se tornaria impraticável; repetia-se pois aqui o mesmo mecanismo de incentivo da acumulação primitiva de capital pelos empresários da mãe-pátria” (GREMAUD, 2008, p. 16).

frente às nações concorrentes, impondo-se coercitivamente em relação aos possíveis descontentamentos dos produtores coloniais e às rebeliões escravas, ou mesmo contra setores internos à Metrópole que questionassem o superlucro do capital mercantil. Desde a produção até as diversas instâncias da circulação, os mecanismos de extração política da mais-valia eram expedientes corriqueiros e intrínsecos ao sistema colonial no bojo da acumulação primitiva.

Em termos econômicos, acreditamos que as trocas desiguais do exclusivo metropolitano se estabeleciam mediante a compressão dos preços dos produtos coloniais abaixo dos seus respectivos valores. Excetuando-se a mercadoria força de trabalho, em regra as trocas no capitalismo pleno desenvolvem-se em obediência aos valores contidos nas mercadorias³⁶, o que contrastaria com a compressão tendencial dos preços abaixo dos valores na economia colonial para possibilitar o superlucro do capital mercantil. Evidentemente, o valor deveria continuar norteando essas trocas desiguais, determinando os limites à compressão para que esta não inviabilizasse a reprodução da produção. Os preços impostos pelos monopólios metropolitanos deveriam ser capazes de expressar a amortização do capital fixo - incluindo aí o dispêndio com a aquisição de escravos - e do capital circulante utilizados em cada ciclo da produção. Contudo, a massa de produtos produzidos em um ciclo de produção expressa uma dada grandeza de valor, que traz consigo o trabalho morto (parcela do capital fixo e capital circulante) e o novo valor criado pelo trabalho vivo dos escravos. No caso, os comerciantes imporiam preços que usurpariam parcela significativa do novo valor produzido pelo trabalho vivo dos escravos, minimizando a nova riqueza produzida que em circunstâncias normais (livre da imposição do monopólio) seriam apropriadas integralmente pelos senhores na colônia; a parcela da riqueza que aqui ficava se concentrava nas mãos dos senhores, permitindo a reprodução da produção (renovação da escravaria e do capital fixo em geral) e o consumo de luxo de produtos

³⁶ “Se os preços se desviam realmente dos valores, então é preciso começar por reduzi-los aos últimos, ou seja, abstrair essa circunstância como sendo casual, para ter pela frente, em sua pureza, o fenômeno da formação de capital com base no intercâmbio de mercadorias e não ser confundido em sua observação por circunstâncias secundárias, perturbadoras e estranhas ao verdadeiro decurso. *Sabe-se, aliás, que essa redução não é, de modo algum, um mero procedimento científico. As constantes oscilações dos preços de mercado, o seu aumento e queda se compensam, se anulam reciprocamente e se reduzem a um preço médio como sua regra imanente*” (MARX, 1983, p. 138, nota 37, grifo nosso).

importados também a preços de monopólio. Certamente a reprodução de uma economia mercantil nesses moldes apenas era possível em virtude da existência de uma economia natural que lhe servia de suporte, pois evitaria ao máximo o dispêndio de recursos monetários com a reprodução da força de trabalho. A produção de subsistência da escravaria garantia em larga escala a reprodução da força de trabalho e da unidade sócio-produtiva considerada no seu conjunto. Quando isto não era possível, abria-se a necessidade da aquisição mercantil de gêneros necessários à reprodução da força de trabalho, mas tal fato era intermitente e absorvia uma produção primitiva e dependente dos senhores da terra (chamados de agregados): a intermitência aliada à dependência jurídica e econômica em relação aos senhores terminava por impossibilitar a formação de uma agricultura mercantil interna com possibilidade de capitalização, condenando-a ao primitivismo e à mercantilização apenas dos pequenos excedentes. Como dissemos acima, este quadro se complexifica paulatinamente em virtude do crescimento demográfico e também do alargamento do *hall* de produtos a serem adquiridos no mercado, fato este que paulatinamente inviabiliza a reprodução de uma produção vitimada por tamanho espólio comercial.

O exclusivo metropolitano é visto por Novais como o principal fator de retardo da economia colonial, responsável por reproduzir durante três séculos uma economia amorfa em contrapartida ao importante papel histórico que cumpre para a formação do capitalismo. O retrocesso da colônia era a contrapartida histórica necessária para o progresso capitalista das nações européias vitoriosas na batalha mercantil. Vejamos a sua síntese da questão:

Economia colonial, assim, assume uma especificidade decisiva: *mercantil, escravista e com acumulação externa – os três componentes estruturais se interdependem, são igualmente importantes, e é a dinâmica do todo que se tem de apreender*. A alteração de qualquer dos componentes redefine necessariamente o conjunto, que além disso deve ser pensado sempre como parte da estrutura mais global do capitalismo mercantil em transição para o industrial. A acumulação externa implica permanente carência de capitais, o *que somado* ao bloqueio que o trabalho escravo impõe ao desenvolvimento das técnicas produtivas, resulta no baixo nível tecnológico da vida econômica colonial. Daí o crescimento puramente extensivo, isto é, praticamente sem alteração da composição dos fatores produtivos que a caracteriza. Por outro lado, o aspecto mercantil-escravista envolve uma contradição, pois ao mesmo tempo se expande a produção para o mercado externo e se amplia a faixa de produção fora do mercado, para subsistência dos escravos (NOVAIS, 2005, p. 145).

O caráter mercantil e escravista da produção colonial é erigido pelo capital em seu proveito, que consoma seu objetivo mediante as amarras do sistema colonial que garante a transferência do excedente extraído dos escravos em favor dos comerciantes da Metrópole. A apropriação do excedente pelo capital mercantil metropolitano impossibilita absolutamente alterações qualitativas na estrutura econômica colonial, o que leva Novais a atribuir ao exclusivo metropolitano o título de principal freio para as mudanças progressivas; mesmo os tímidos estímulos à diversificação do quadro, como o aumento da população alavancado pelo crescimento da produção escravista mercantil que estimula o crescimento do mercado interno, eram tolhidos pela descapitalização dos empresários nacionais e pela economia natural. Aliado a este fator, as relações escravistas também são vistas como importantes responsáveis para a inexistência de inflexões históricas, pois entravam a busca pelos ganhos de produtividade e atrofiam a crescimento do mercado interno. A falta de capitais ocasionada pelo sistema colonial associada ao escravismo implicava numa produção extensivista e predatória, tanto da natureza quanto dos seres humanos nela envolvidos.

A consolidação do modo de produção capitalista o põe em rota de colisão com o antigo sistema colonial: “O exclusivo do comércio, o tráfico e o escravismo, de alavancas da acumulação primitiva se metamorfoseiam em empecilhos da acumulação propriamente capitalista” (NOVAIS, 2005, p. 149). Com efeito, nas primeiras décadas do século XIX o pacto colonial é legado ao passado, o que foi consolidado com a independência política. Segundo Novais, “(...) o processo de independência (...) significou, no fundo, a ocupação do aparelho de Estado pela antiga camada dominante de colonos, o que não significou a constituição de um Estado tipicamente burguês” (NOVAIS, 2005, p. 151), haja vista que esta mesma camada dominante era incapaz por sua própria condição estrutural de enxergar qualquer futuro para o país sem a manutenção de um dos pilares fundamentais da colonização: a escravidão. A descolonização se restringe ao plano político, à crise do sistema colonial, tornando-se o nascente Estado um indutor da economia mercantil-escravista nacional. A base material do sistema manteve-se intacta. Apesar desse significativo aspecto de continuidade em relação ao recente passado colonial, “O Estado nacional cria as primeiras condições para a tendência à internalização da acumulação. Numa primeira fase, intensifica-se o

tráfico negreiro e, pois, o caráter escravista da sociedade” (NOVAIS, 2005, p. 151). Como afirma Florestan Fernandes (2010, p. 57), “Desaparecia a superposição da apropriação colonial sobre a apropriação escravista”. Ainda que tenha mantido a estrutura socioeconômica intocada, o fim do pacto colonial e a emancipação política abriram a possibilidade da acumulação interna dos excedentes oriundos da economia mercantil-escravista nacional; a partir da segunda metade do século XIX, parcela do excedente oriundo do comércio do café se metamorfoseia em na indústria urbana, diversificando a economia e exigindo a adoção de novas relações de produção³⁷.

Para uma visão de conjunto, vale dizer que na abordagem sistêmica a economia colonial não possui uma dinamicidade interna, pois sua estrutura produtiva através dos mecanismos do sistema colonial articula-se à economia mercantil européia, de onde provêm os seus estímulos e desestímulos econômicos. Como peça de uma totalidade histórica de transição, a economia colonial tem papel fundamental por irrigar as metrópoles com expressivas somas decorrentes da comercialização de seus produtos tropicais; trata-se de acelerar a processo de transição para o capitalismo. A não internalização do excedente associada a uma estrutura econômica quase que totalmente voltada para fora resulta numa sociedade amorfa, desprovida de vida própria que a amalgame de maneira consistente.

Não constitui a infraestrutura própria de uma população que nela se apóia, e destinada a mantê-la; (...) mas um ‘mecanismo’ (...) destinado a manter seu funcionamento em benefício de objetivos complementemente estranhos. Subordina-se portanto inteiramente a tais objetivos e não conta com forças próprias e existências autônomas. (PRADO JR., 2011, p. 133).

A não conformação de uma infraestrutura permanente, que servisse de base material a uma superestrutura própria, forma uma realidade socioeconômica deprimente, marcada por profundas instabilidades determinadas pelo capital mercantil metropolitano³⁸. As benesses deixadas pelo período não poderiam ser mais pobres,

³⁷ “Estava, portanto, estabelecida no Brasil, uma economia nacional. A queda do ‘exclusivo metropolitano’ e, em seguida, a formação do Estado Nacional criaram a possibilidade de que se nacionalizasse a apropriação do excedente e de que se internalizassem as decisões de investir” (MELLO, 2009, p. 49).

³⁸ “No conjunto, a colônia não terá nunca uma organização econômica que mereça esse nome, e alcançará o seu termo sem conseguir equilibrar estavelmente a sua vida. (...) Os resultados, o balanço

tendo como principal herança uma estrutura socioeconômica escravista e mercantil que tardaria a ser suprimida. O resultado ao final da dominação colonial não poderia ser pior, apesar de que o ocaso da dominação metropolitana abrisse, para alguns, melhores perspectivas quanto ao futuro³⁹.

Em resumo, podemos concluir que a tese sistêmica de análise da economia colonial é importante para o nosso estudo à medida que insere a produção açucareira na esteira da acumulação primitiva de capitais em solo europeu. O fundamento necessário para a compreensão da economia colonial em seu conjunto – e da produção açucareira, especificamente – reside nas teias do comércio metropolitano, que articulam organicamente a economia colonial ao acúmulo de capital mercantil na Europa, e, por conseguinte, dão sentido e explicam as relações de produção e as forças produtivas do trabalho materializadas nos engenhos coloniais. Somos da opinião de que as abordagens que elidem tais vínculos mercantis sistêmicos – tal como a que trataremos a seguir – terminam com dificuldades para explicar a dialética entre as forças produtivas e as relações de produção vigentes na colônia, justamente pelo fato de que as desvinculam do fundamento explicativo oriundo da esfera da circulação e que se desdobra para a produção – controlando-a, ainda que formalmente.

final de três séculos desse processo, não podiam deixar de ser parcos, de *um ativo muito pobre*. E assim foi efetivamente(...)" (PRADO JR., 2011, p. 134).

³⁹ Novais, Florestan e Cardoso de Mello parecem compactuar com a ideia de que o fim do Pacto Colonial foi um momento de inflexão positivo, quando se abre a possibilidade de internalização do excedente e a constituição das bases de uma economia nacional durante o século XIX. Tal internalização do excedente da produção mercantil-escravista nacional está diretamente relacionada ao processo de constituição paulatino da relação capital no âmbito urbano. "Certas funções que a escravidão desempenhou para o desenvolvimento da Europa apareceram aqui e determinaram os rumos, a intensidade e os frutos do florescimento do capitalismo comercial como realidade histórica interna" (FERNANDES, 2010, p. 59). Já Caio Prado parece ser menos entusiasta das possibilidades abertas com a emancipação política: "O resultado dessa política, reduzindo o Brasil à simples situação de produtor de alguns gêneros destinados ao comércio internacional, acabou por se identificar a tal ponto com a sua vida, que já não se apoiava unicamente em nossa subordinação de colônia, já não se derivava da administração do reino. Orientada em tal sentido desde o início da colonização, determinada por fatores mais profundos que simplesmente a política deliberada do reino (...), esta última assim se organiza e tal se tornara, no final da era colônia, a natureza íntima de sua estrutura. A responsabilidade da metrópole estava já então apenas em contribuir com sua ação soberana para manter uma situação que se tornara, mesmo apesar dela, efetiva; mais forte aliás que seus propósitos, fossem eles em sentido contrário, o que não era o caso" (PRADO JR., 2011, p. 132).

2 INTERPRETAÇÕES DA ECONOMIA COLONIAL: O ESCRAVISMO COLONIAL

2.1 A centralidade das relações escravistas de produção

Amparemo-nos na obra sistemática de economia política de Jacob Gorender, *O Escravismo Colonial*, no intuito de expor esta vertente explicativa da economia colonial, cujos pressupostos analíticos divergem significativamente daqueles utilizados por Caio Prado Jr., Fernando Novais, Cardoso de Mello e Florestan Fernandes, ainda que todos partam do aporte teórico-metodológico do materialismo histórico para a análise da transição ao capitalismo e da economia colonial. Tal desencontro entre estas linhas de interpretação tem como fundamento a divergência quanto à centralidade das relações de produção, como é caso de Gorender, ou à centralidade da circulação mercantil para a explicação da estruturação e dinâmica da economia da colônia, como é o caso da tese sistêmica. Já nas suas primeiras linhas Gorender deixa claro que “Desde o início (...) não se fez do escravo a categoria explicativa da formação social extinta (...)”, pois “o interesse interpretativo se concentrou sucessivamente em outras categorias, que serviram de elemento-chave à reconstrução conceitual” (GORENDER, 2011, p. 49). Segundo sua inversão de análise, as relações escravistas de produção devem deixar o segundo plano para se tornarem o eixo explicativo da economia e da sociedade coloniais, já que “o tipo de utilização da força de trabalho não pode constituir fator contingente”, pois “do tipo de trabalho decorrem relações necessárias, absolutamente essenciais, que definem as leis específicas do modo de produção” (GORENDER, 2011, p. 186).

Pelo fato da tese sistêmica concentrar suas atenções no mercado haveria uma “sobreposição da esfera da circulação às relações de produção”. Da existência de categorias como mercadoria e capital resultou a dedução da economia colonial como capitalista à medida que estava relacionada à economia europeia por intermédio do capital mercantil. Contudo, não havia capitalismo na Europa – especificamente em

Portugal – e muito menos na colônia, “Dado que o capitalismo com escravos não cabe na teoria geral marxista sobre o modo de produção capitalista” (GORENDER, 2011, p. 54). A hipótese da existência de um *capitalismo mercantil*⁴⁰ na época de transição do feudalismo ao capitalismo é absolutamente refutada, pois o modo de produção capitalista apenas surge quando da universalização das suas relações de produção peculiares, o que é apenas possível quando do surgimento das forças produtivas especificamente capitalistas. Segundo Gorender, “quando se entende o capitalismo como modo de produção cujo agente só pode ser o capital industrial, a categoria ‘capitalismo comercial’ carece de estatuto teórico” (GORENDER, 2011, p. 152), não passando de uma “pseudocategoria”. Não é possível, portanto, se admitir a existência de capitalismo a partir da esfera da circulação (do mercado), quando a nascente produção capitalista surgia no interior de *sociedades econômica e socialmente ainda feudais* e sem reunir condições para se tornar o modo de produção dominante das formações sociais. O capital mercantil se restringe à “função de intermediário entre os extremos, autonomizando a esfera da circulação diante das fontes de produção, sem determinar o caráter dado das relações de produção vigentes em cada um dos extremos” (GORENDER, 2011, p. 200).

Sobre uma base socioeconômica feudal – ainda que atualizada em suas formas para responder às suas contradições internas - erigiu-se um Estado centralizado que impulsionou o comércio através do sistema colonial, todavia, este não foi a suposta alavanca ao desenvolvimento do modo de produção capitalista como sustenta a tese sistêmica. No caso dos países Ibéricos, sustenta o autor que a exploração colonial não favoreceu, “mas obstaculizou o desenvolvimento do modo de produção capitalista”

⁴⁰ Quanto à crítica de Gorender a ideia de capitalismo mercantil, “escapa a especificidade do processo de valorização do capital mercantil, que pressupõe a vigência de relações de desigualdade, de dominação pela força, pela coerção extra-econômica. E essa forma contrasta com o capital que domina a produção, regulado por um movimento progressivo e auto-referido no quadro da grande indústria e na base do trabalho assalariado” (VIEIRA, 2004, p. 141). Para os defensores da tese sistêmica, escapa a Gorender o fato de que capitalismo mercantil não é sinônimo de modo de produção capitalista, mas sim de uma etapa de transição baseada na valorização do capital na esfera da circulação, valendo-se para tal inelutavelmente da coação extra-econômica de maneira sistemática. Ainda que a estrutura econômica e social européia ainda fosse marcadamente feudal, o dinamismo do capital mercantil aliado ao braço coercitivo do Estado Absolutista impunha um sentido histórico estranho ao mundo feudal, impulsionando a sua degeneração e a criação de relações de produção e forças produtivas que em determinado momento contrastaria com os limites políticos e institucionais próprios do período de transição.

(GORENDER, 2011, p. 153). Isso ocorreu em virtude do caráter senhorial do Estado Absolutista, que se valeu das benesses advindas do comércio para tolher o que de progressivo havia no capital mercantil (via não revolucionária) e recrudescer as relações feudais através da redistribuição de parte importante do butim entre a nobreza (impossibilitando o surgimento de uma burguesia industrial lusitana). Abortou-se, portanto, o surgimento e o crescimento das relações de produção e das forças produtivas capitalistas, que em outros países receberam a contribuição do colonialismo. Gorender reconhece que o acúmulo de capital proveniente do comércio foi sem dúvida importante para o surgimento do capitalismo, “Mas isto sucedeu somente naqueles países cuja estrutura socioeconômica já vinha sendo antes trabalhada por fatores revolucionários *internos* conducentes ao modo de produção capitalista” (GORENDER, 2011, p. 153). Foi o que ocorreu na Inglaterra, onde aos fatores fundamentais do processo (“fatores internos”) somaram-se os benefícios do sistema colonial (acúmulo de capital-dinheiro e abertura de mercado para os manufaturados), ao passo que Portugal “retirava o capital do apoio ao trabalho produtivo do próprio país e o desviava para o estímulo à produção em outros países” (GORENDER, 2011, p. 153). Com o capital mercantil a esfera da circulação autonomiza-se em relação ao modo de produção vigente em Portugal, não tendo a capacidade de determinar suas leis internas constitutivas, pois se trata de uma força exógena cujas influências sobre a produção são em regra limitadas. Mesmo tais influências limitadas sobre as relações de produção foram tolhidas com o recrudescimento do feudalismo português proporcionado pelo comércio colonial, sendo o Estado Absolutista um agente político à serviço da nobreza e do revigoramento do feudalismo lusitano. O capitalismo apenas brotaria naquelas sociedades cujas *contradições internas* ao modo de produção criassem condições para o estabelecimento da relação-capital⁴¹, figurando o capital mercantil neste processo como elemento transformador não-revolucionário que viria a se confrontar com as verdadeiras forças revolucionárias oriundas da produção: a burguesia industrial. Onde

⁴¹ “A ênfase da nossa abordagem à interpretação do capitalismo está em que as modificações no caráter da produção, e nas relações sociais que giram em torno dele, exerceram em geral uma influência mais profunda e poderosa sobre a sociedade do que as modificações nas relações comerciais *per se*. No entanto, tal não deve ser tomado como implicando que o comércio e os mercados não tenham, por sua vez, tido importante influência recíproca sobre a produção (...). [Contudo] a esfera de comércio não parece não ter sido a fonte de qualquer onda poderosa de influência que se tenha espelhado diretamente a partir dali, em círculos amplos, por toda a superfície da sociedade” (DOBB, 1986, p. 21).

não existiram estes “fatores internos” ficou evidenciado a acomodação do capital mercantil às estruturas socioeconômicas pré-capitalistas, servindo por sinal para fortalecer o poder da classe senhorial.

Inexiste a suposta centralidade do capital mercantil na Época Moderna⁴², dissipando-se, por conseguinte, a conclusão subsequente de que a economia colonial era determinada e explicada em função da sua articulação - pelas teias do comércio metropolitano – com o processo de acumulação primitiva de capitais, como *peça* essencial desse capitalismo mercantil (o “sentido profundo da colonização” como diria Novais complementando Caio Prado Jr.). A produção econômica das sociedades européias ainda tinha o modo de produção feudal como dominante, mesmo que estivesse em crise interna e com a emergência paulatina de outras formas de produção em alguns países. Esta dominância do feudalismo se refletia na natureza do Estado Moderno, que mesmo impulsionando o comércio colonial alijava a burguesia mercantil do poder político, o que ocasionava no bloqueio das vias possíveis de desenvolvimento do capitalismo. Portugal constitui um caso típico deste bloqueio e expressa, segundo Goreneder, o quanto o capital mercantil é adaptável às estruturas socioeconômicas e políticas pré-capitalistas; longe de se constituir como uma dinâmica específica que minaria aos poucos as relações de produção tradicionais, o capital mercantil mesmo que potencializado pelo sistema colonial não cumprira papel histórico progressivo. Diversamente, o caso inglês demonstraria que as contradições internas mais intensas são os verdadeiros fatores revolucionários, dando emergência à produção capitalista que recebera estímulos do sistema colonial, ainda que os choques entre os capitalistas

⁴² “No século XV, esses países não se distinguiam essencialmente entre si, no que se refere ao desenvolvimento econômico e social. Do ponto de vista das relações de produção dominantes e das forças produtivas, assemelhavam-se e integravam o mesmo conjunto civilizatório. As diferenças mais importantes não eram senão de gradação e, sob certos aspectos, Portugal não se situava atrás, porém à frente. *Com o correr do tempo, a estrutura feudal revelou-se muito tenaz nos países ibéricos, o que foi acentuado pela própria participação na expansão ultramarina.* Os países mais tarde iniciados no colonialismo vieram, pelo contrário, com sensível avanço no desenvolvimento capitalista, o que, precisamente, os favoreceu na disputa dos mercados externos e terminou por lhes dar a supremacia” (GORENDER, 2011, p. 142, grifo nosso). A estrutura socioeconômica do Antigo Regime era feudal em toda a Europa, o que distinguia os países e as regiões era o grau de solidez das relações feudais. A influência ativa – ainda que não revolucionária - do capital mercantil está condicionada à debilidade interna de cada feudalismo, caso contrário ele se acomoda perfeitamente à estrutura feudal, inclusive a rejuvenesce – como é caso de Portugal.

comerciais e os capitalistas fabris demonstrassem o quanto de retrógrado e conservador havia no capital mercantil⁴³.

Gorender é claro ao afirmar que a tese sistêmica impõe obstáculo “ao estudo da categoria central de todas as formações sociais: a categoria de *modo de produção*” (GORENDER, 2011, p. 54). A estrutura e a dinâmica produtiva da sociedade colonial tornam-se apenas inteligíveis caso nos remetamos ao exterior desta própria estrutura, pois é no sistema colonial mercantilista que o conjunto adquire sentido econômico e histórico. Contra esta linha de interpretação, diz Gorender:

A desobstrução metodológica impõe a inversão radical do enfoque: as relações de produção da economia colonial precisam ser estudadas de dentro para fora, ao contrário do que tem sido feito, isto é, de fora pra dentro (tanto a partir da família patriarcal ou regime jurídico da terra, quanto a partir do mercado ou sistema colônia). A inversão do enfoque é que permitirá correlacionar as relações de produção às forças produtivas em presença e elaborar a categoria de modo de produção escravista colonial na sua determinação específica (2011, p. 55).

Não é o caso de abandonar completamente os fatores externos (mercantis) que impulsionaram inegavelmente o processo colonizador, entretanto, “o ato de colonizar originou, nas Américas, modos de produção que precisam ser estudados em sua estrutura e dinâmica próprias” (2011, p. 55), o que exige uma inversão metodológica de 180° que reafirme a centralidade das relações de produção e, por conseguinte, da categoria modo de produção⁴⁴. Trata-se de resgatar o autêntico marxismo do ecletismo a que foi imposto pela categoria *capitalismo mercantil* - no que tange à análise da Modernidade - e pelo seu desdobramento necessário para o estudo da colônia,

⁴³ “(...) não só o monopólio fazia parte da essência da vida econômica da época, como também, embora a influência do comércio como dissolvente das relações feudais fosse considerável, o capital mercantil continuou, não obstante, a ser em grande parte *um parasita da antiga ordem, e seu papel consciente, quando ultrapassou sua adolescência, mostrou-se conservador e não revolucionário*” (DOBB, 1986, p. 65, grifos nossos).

⁴⁴ “As relações de produção não constituem uma essência autossuficiente, mas existem sempre em vinculação com forças produtivas determinadas. Quando estas últimas são omitidas ou se negligencia sua determinação, escravo, servo e assalariado se convertem em tipos esquematizados, que pretensamente definiriam, por si só, um modo de produção. Este, entretanto, é sempre unidade de forças produtivas e relações de produção. Por isso, se se fala em escravo, deve-se ter em vista não uma única, porém várias escravidões, conforme fiz notar” (GORENDER, 2011, p. 186).

materializado na interpretação sistêmica. O enfoque “circulacionista” deve dar lugar à centralidade universal da categoria modo de produção.

O que se estruturou na América portuguesa foi um modo de produção específico, o que significa dizer que suas relações de produção e suas forças produtivas eram *sui generis* mesmo em relação aos modos de produção com que guardam certas semelhanças, como é o caso do escravismo patriarcal da Antiguidade. Seguindo o método dialético categorial-sistemático herdado de Marx, Gorender propõe utilizá-lo para alcançar uma teoria geral do modo de produção escravista colonial, assim como o filósofo alemão fizera com o modo de produção capitalista. Significa dizer que a economia política não se restringe ao capitalismo como se este fosse o único modo de produção da história até então que autonomizou relativamente a esfera econômica (produtiva) em relação à totalidade da vida social, permitindo à ciência capturar a legalidade que rege a esfera econômica em um movimento relativamente autônomo. A coação econômica pressupõe toda e qualquer coação extra-econômica (política) e não o contrário, ou seja, todas as relações sociais de produção articuladas às suas respectivas forças produtivas constituem em si mesmas as suas próprias condições de produção regular e sistemática. As determinações econômicas fundadas no âmbito da produção material têm a autonomia suficiente para se constituírem como objeto específico da economia política, sem que as determinações superestruturais (políticas) sejam vistas como imprescindíveis para a determinação do próprio movimento econômico⁴⁵. Daí “que não somente o capitalismo constitui objeto inequívoco do método da economia política marxista” (GORENDER, 2011, p. 56).

⁴⁵ Segundo o próprio Gorender, a interpretação segundo a qual a economia política se restringiria ao modo de produção capitalista – visto que este autonomiza a vida econômico-produtiva dispensando de forma relativa a determinação sistemática e umbilical de outras dimensões da vida social –, defendida por marxistas como Rosa Luxemburgo, Hilferding, Bukharin e Preobrajenski, obnubilaria a abordagem engelsiana que a atribui a sua universalidade. Nas palavras de Engels: “A Economia Política, no sentido amplo da palavra, é a ciência das leis que regem a produção e o intercâmbio dos meios materiais da vida na sociedade humana. (...) Por isso a Economia Política não pode ser a mesma para todos os países nem para todas as épocas históricas. (...) A Economia Política é, portanto, uma ciência essencialmente histórica” (ENGELS, 1979, p. 127). Mais à frente conclui a respeito da necessidade de se avançar com a Economia Política de outros modos de produção: “Tudo o que até hoje possuímos de ciência econômica se reduz quase exclusivamente à gênese e ao desenvolvimento do regime capitalista de produção. (...) devemos, portanto, a seus trabalhos [Marx], quase que exclusivamente, o que até agora se pode esclarecer com relação à teoria econômica pré-burguesa” (Idem, p. 130). Engels deixa evidente a lacuna

A convicção de Gorender em relação à validade universal da economia política como a ciência dos modos de produção tem fundamentação filosófica. Diz ele:

O modo de produção da existência material constitui o fundamental ontológico da sociedade humana. *Donde ser a economia política a primeira das ciências sociais, cronológica e sistematicamente.* O ser social dos homens não é mais do que a produção e reprodução dos próprios homens como sociedade humana (GORENDER, 2011, p. 57, grifo nosso).

Para o materialismo histórico não há sociabilidade humana possível que não seja em virtude da produção e reprodução da sua vida material, tornando-se a categoria modo de produção fundamento ontológico da existência humana. Até aí acreditamos que não há divergência entre os marxistas. Entretanto, quando a partir deste preceito basilar do marxismo Gorender conclui que a economia política é a primeira de todas as ciências sociais, histórica e sistematicamente, considera ele que o sentido do trabalho em todas as sociedades é determinado por forças de natureza econômica, oriundas das condições de produção. Economia política como ciência universal significa dizer que a produção econômica em todas as sociedades determina o sentido do movimento econômico e da totalidade social, não sendo este movimento relativamente autônomo da produção econômica uma exclusividade do modo de produção capitalista. O modo de produção constitui-se necessariamente como um objeto autônomo de análise por sua dinamicidade interna constitutiva, pelo fato de que possui leis internas não redutíveis aos fatores “externos” a si mesmo. Trata-se de uma totalidade orgânica composta pelos momentos distintos da produção, distribuição, circulação e consumo, todos eles interpenetrados no fluxo de um único processo. Mas “é à produção que pertencem a determinação fundamental e o ponto de partida sempre recorrente” (GORENDER, 2011, p. 58). Em outros termos, a produção econômica funda-se em si mesma, rege-se por sua própria legalidade imanente de forma a se tornar “o princípio formador da organização social dos homens” (GORENDER, 2011, p. 58).

As relações sociais de produção estão necessariamente relacionadas a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas, formando os modos de

a que Gorender se propõe contribuir para superar ao fazer um estudo de economia política do modo de produção escravista colonial.

produção. Todo modo de produção tem a natureza de estrutura de relações entre os homens, consolidadas e permanentes, que se reproduzem de forma contínua a partir das suas forças produtivas correspondentes. “O modo de produção é, assim, *por si mesmo*, um modo de *reprodução* continuado das relações de produção e das forças produtivas” (GORENDER, 2011, p. 58). O ser social não se restringe ao seu modo de produção historicamente dado, pois sobre a base deste emerge a superestrutura (formas de consciência e instituição) que a ele se engloba e se articula formando a formação social⁴⁶. No entanto, Gorender não faz menção ao papel ativo e sistemático que a superestrutura possa desempenhar para a reprodução de determinados modos de produção, afinal, qualquer que seja o modo de produção ele se reproduz de forma continuada e *por si mesmo*⁴⁷. A necessária reciprocidade dialética entre estrutura e superestrutura inerente à reprodução dos modos de produção pré-capitalista é desconsiderada. Para o caso ora em foco, a transição do feudalismo para o capitalismo não abre um momento histórico *atípico*, inerentemente transitório, cujo dinamismo é deslocado para a força econômica oriunda da circulação, que, como vimos, apenas se afirma por intermédio da coerção extra-econômica do Estado Absolutista. Longe disso, Gorender sustenta que toda formação social tem um “modo de produção que lhe serve de base” (GORENDER, 2011, p. 59); ainda que formações sociais em momentos de transição possam conter “vários modos de produção”, necessariamente haverá um dominante que “determinará o caráter geral da formação social” (GORENDER, 2011, p. 59). Podemos concluir que mesmo naquela época de transição seria o modo de

⁴⁶ “(...) as formações sociais não se reduzem aos modos de produção. Compõem-se de modos de produção e formas de consciência social e instituições que os homens criam coletivamente sobre a base do modo de produção. Estrutura (modo de produção) e superestrutura (formas de consciência e instituições) se englobam e se articulam em cada formação social. A categoria formação social seria dispensável se a concepção marxista da sociedade humana se prendesse unicamente ao modo de produção” (GORENDER, 2011, p. 57).

⁴⁷ “Atribuir um motivo imediatamente econômico ao movimento de sociedades pré-capitalistas implicaria no risco de incorrer no anacronismo e de deixar de reconhecer o sentido histórico concreto e específico das forças que regem a vida social e o trabalho dos produtores nessas sociedades. Com isso, reformulase o problema da necessidade de compreensão dos modos de produção como totalidades históricas concretas e da categoria *produção* em sentido mais abrangente, como produção da vida em sua totalidade. (...) a sociedade escravista colonial não poderia ser interpretada, *a priori*, a partir de determinações econômicas ou, em particular, a partir do *exame do processo de produção*. Por isso, a questão da centralidade dos nexos mercantis sustentada pelas interpretações sistêmicas. (...) O elemento nuclear desse quadro de transição situa-se no Estado Absolutista e, portanto, na esfera política” (VIEIRA, 2004, p. 167).

produção feudal a força econômica autodeterminada que dinamizaria a totalidade social, não sendo possível, portanto, creditar a um dinamismo específico oriundo da esfera da circulação o movimento histórico daquele momento.

Dado esta característica universal do modo de produção de reproduzir-se a si mesmo, a partir das suas leis internas constitutivas oriundas das relações de produção, com o escravismo colonial não poderia ser diferente: suas relações de produção e suas forças produtivas deveriam reproduzir-se regidas por suas leis internas constitutivas, respondendo às necessidades do próprio modo de produção. O contraste com a tese sistêmica é evidente à medida que para esta “o movimento próprio da economia colonial foi-lhe retirado pela impossibilidade de acumular autonomamente ao se estabelecerem a apropriação e o controle do excedente pela burguesia comercial metropolitana” (MELLO, 2009, p. 36). Além disso, a economia colonial é vista como incapaz de se reproduzir inclusive e fundamentalmente pelo fato de não ter a capacidade de reproduzir as suas próprias relações de produção, dependente da importação de braços africanos em benefício da acumulação mercantil do capital envolvido no tráfico negreiro. Questionando as teses que concebem a vigência de um modo de produção na economia colonial, indaga Cardoso de Mello: “Que modo de produção é este que não se reproduz e cuja dinâmica depende, quase inteiramente, de contradições que não lhes são próprias?” (MELLO, 2009, p. 37). Para a tese do escravismo colonial a questão fundamental reside na busca pela apreensão das estruturas internas ao espaço colonial, cujo dinamismo não advém de fora para dentro, mas é estabelecido internamente. Estas estruturas internas não são meros reflexos de um dinamismo exterior oriundo da circulação mercantil, já que se movem autonomamente a partir de sua legalidade imanente.

Inevitavelmente a tese do escravismo colonial acaba por incorrer em relativização do preceito segundo o qual o modo de produção guarda em si mesmo o dinamismo que o movimenta e as suas condições de reprodução, afinal, trata-se de um modo de produção marcado pela dependência em relação ao mercado metropolitano, haja vista que o “escravismo colonial só possibilita um mercado interno estreito, pouco elástico, inadequado aos fins da produção mercantil, que tende à especialização”

(GORENDER, 2011, p. 200). Um modo de produção baseado na escravidão cujo produto é quase que inteiramente mercantil apenas tem viabilidade “se estiver conjugado a um mercado *externo* apropriado. A existência prévia do mercado externo constitui, portanto, premissa incondicional” (GORENDER, 2011, p. 201). A realização da produção mercantil do escravismo colonial apenas ocorre por intermédio do capital mercantil, visto que o mercado interno é incapaz de absorvê-la. Diferentemente do modo de produção capitalista, quando o “capital comercial, encarregado da circulação, se subordina ao capital industrial” (GORENDER, 2011, p. 542), nos modos de produção pré-capitalistas o capital mercantil era a forma por excelência do capital, “podendo mesmo chegar a uma posição de sobrançeria com relação à produção, *sem, contudo, modificar ou interferir em sua natureza inerente*” (GORENDER, 2011, p. 542). Valoriza-se flutuando entre formas de produção que não lhes são próprias. Para garantir a sua reprodução, o modo de produção escravista colonial deve necessariamente relacionar-se com esta circulação autonomizada, o que impinge o caráter estruturalmente dependente deste modo de produção, sem que haja, entretanto, interferência na sua natureza interna e no seu dinamismo endógeno advindo de suas leis oriundas das relações escravistas de produção.

Desta *dependência estrutural* do escravismo colonial em relação ao mercado metropolitano e, conseqüentemente, ao capital mercantil responsável por fazer o papel de “intermediário entre extremos”, não tornaria plausível a conclusão de que o modo de produção existente nas colônias americanas fora instaurado pelo capital mercantil e em seu proveito? O capital mercantil autonomizado não teria se desdobrado do “âmbito da circulação que lhe é próprio e invadido a esfera da produção” (MELLO, 2009, p. 36), de maneira a se tornar o *determinante estrutural* do modo de produção erigido? Por tudo isso, a esfera da circulação não adquiriria a identidade substantiva do ponto de vista gnosiológico? Evidentemente que não, pois ainda que o interesse do capital mercantil possa ter deflagrado a colonização, *a esfera da circulação precedente e autonomizada se adequou à estrutura socioeconômica surgida*, cujas leis internas constitutivas eram provenientes das suas relações de produção. O fato do mercado externo se constituir enquanto *premissa incondicional* ao surgimento do escravismo colonial não permite concluir que o modo de produção possa ser explicado por meio da esfera da circulação.

Esta precede o modo de produção e a ele se adequa a partir do momento do seu surgimento, o que explicita a centralidade das estruturas internas em relação às contradições externas. Ainda que a dependência externa seja elemento estrutural do modo de produção escravista colonial, este “não deixa de ser uma totalidade orgânica, conceitualmente definida como tal pela articulação de leis específicas. Por isso, o estatuto de objeto de uma teoria também específica da economia política” (GORENDER, 2011, p. 202).

Como em todo modo de produção, a “produção [escravista] contém em si as demais fases como pressupostos e momentos particulares” (GORENDER, 2011, p. 58), estando a produção, a circulação, a distribuição e o consumo interpenetrados no fluir de um processo único que tem na primeira “a determinação fundamental e o ponto de partida sempre recorrente” (GORENDER, 2011, p. 58). Ainda que a produção escravista colonial não tenha tido que criar uma esfera da circulação própria, visto que já encontrou pronta a circulação mercantilista que lhe serve como premissa incondicional, esta a ela se adequou de modo a se tornar *funcional* à reprodução do modo de produção. A característica fundamental da circulação mercantilista é o estabelecimento dos preços de monopólio, que, por sinal, era condição necessária para a sobrevivência para o escravismo colonial. A circulação mercantilista (mercado fechado) garantia preços de monopólio e, por conseguinte, lucros de monopólio necessários para compensar os elevados falsos gastos de produção do escravismo⁴⁸, além de manter a produção escravista longe da concorrência⁴⁹. *Trata-se de uma*

⁴⁸ Segundo Gorender, “a lei do valor também atuava no processo de circulação dos bens produzidos pelo escravismo, *mas o fazia de maneira limitativa subjacente*, como fixadora de massa de trabalho vivo e morto requerida pela produção de cada unidade de produto” (GORENDER, 2011, p. 543). O escravismo colonial não seria capaz de se reproduzir caso a lei do valor se expressasse na esfera da circulação, como ocorre no modo de produção capitalista. A circulação mercantilista funcional à reprodução do escravismo colonial garantiria dois aspectos fundamentais: por um lado, retirava os produtos coloniais da concorrência, posto que este modo de produção não tinha flexibilidade para concorrer; por outro, garantia preços de mercado muito superiores aos valores dos produtos, o que era necessário para incluir falsos gastos, como: “o gasto da inversão inicial de aquisição de escravo, o gasto do inaproveitamento parcial da mão de obra, em virtude da sua rigidez, e o gasto excepcionalmente elevado da vigilância” (Idem, p. 543).

⁴⁹ “No modo de produção escravista colonial, a concorrência se decide quase imediatamente em favor de um dos concorrentes, que passa a gozar de situação monopolista no mercado em disputa, enquanto os demais se veem condenados à retração ou à eliminação final. (...) a concorrência se resolve por assim dizer num único ato, com a vitória predeterminada da região produtora que gozar de condições naturais

circulação que se adequou à produção escravista e não uma circulação que erigiu uma produção adequada aos seus fins mercantis. Assim como no modo de produção capitalista, o momento predominante segue sendo a produção à qual a circulação se adequa como momento particular. Na circulação mercantilista os preços de monopólio possuíam um piso, “um limite mínimo abaixo do qual cessa de ser preço de monopólio e cai na esfera dos preços determinados pelo valor” (GORENDER, 2011, p. 545), circunstância que inviabilizaria a produção escravista que, bem ou mal, se sustenta “enquanto os preços de mercado de seus produtos oscilarem acima daquele piso” (GORENDER, 2011, p. 545).

Na tese sistêmica a circulação mercantil explica as relações de produção e as forças produtivas instauradas na colônia e o seu movimento subsequente, que se define fundamentalmente a partir “das contradições que não se definem no seu espaço, mas no das economias metropolitanas” (MELLO, 2009, p. 36). Esta carência de dinamismo próprio seria resultado do fato do sobretrabalho produzido internamente pelos escravos ser apropriado quase que inteiramente pela burguesia metropolitana, através da utilização do mecanismo do monopólio comercial, o que contrasta nitidamente com a interpretação de Gorender: o exclusivo metropolitano de causa da desacumulação interna se transforma em modo de circulação adequado à reprodução do escravismo colonial. Por se tratar de uma circulação que se adequou à produção escravista colonial, não é ela a responsável pela desacumulação interna, fenômeno que deve ser explicado através da análise das leis internas do modo de produção. Em relação à repartição do butim entre agentes da produção e da circulação,

(...) é inadmissível que o plantador colonial fosse um pobre coitado, condenado a uma situação de prejuízo incessante e irremediável. *O modo de produção escravista colonial seria simplesmente inviável se não implicasse um processo de circulação ajustado a ele em sua tipicidade e incorporado como pressuposto à sistemática da produção* (GORENDER, 2011, p. 545).

mais favoráveis e/ou localização mais próxima do mercado de consumo” (GORENDER, 2011, p. 544). Ao contrário da produção capitalista que diante da concorrência é capaz de reduzir os custos de produção por intermédio do aumento da produtividade - através do desenvolvimento das forças produtivas - a produção escravista “opera com custos rígidos a curto prazo ou de flexibilidade muito estreita, a longo prazo” (Idem, p. 544), o que a torna muito sensível diante dos concorrentes com algumas vantagens naturais ou na esfera da circulação. Evidentemente que a possibilidade de aumento da produtividade é bloqueada no escravismo colonial, seja em virtude da incompatibilidade relativa do trabalho escravo com a inovação tecnológica ou da desacumulação dos produtores que impossibilita inovações. Conclui-se que a circulação baseada no monopólio é uma necessidade para a reprodução do escravismo colonial.

Como se tratava de uma circulação adequada à produção, não seria ela a responsável pelos problemas de desacumulação vivenciados pela economia colonial. O Pacto Colonial não era apenas benéfico para a metrópole em detrimento da colônia, mas “conveniente a ambas as partes” (GORENDER, 2011, p. 547): “O regime de circulação mercantil baseado no preço de monopólio era o único que convinha, do ponto de vista estrutural, simultaneamente ao modo de produção escravista colonial e ao capital mercantil” (GORENDER, 2011, p. 548). Em virtude da imposição de preços de monopólio no mercado europeu, abria-se terreno de disputa pelo lucro auferido entre os produtores coloniais e os mercadores. Diversamente do que apregoa Novais, “Não havia nenhuma tendência *necessária* à depressão dos preços *ao plantador* até o nível dos custos de produção” (GORENDER, 2011, p. 549), a não ser eventualmente. O interesse em relação ao sistema colonial era recíproco à medida que somente nas condições de monopólio haveria a possibilidade de obtenção de um montante elevado de renda, circunstância que possibilitaria a repartição – se não equânime – conveniente para ambos (plantador e comerciante).

Gorender afasta a impossibilidade de acumulação interna com este argumento de que a circulação – apesar de pressupor a produção colonial – adequou-se às leis internas constitutivas do escravismo colonial, como uma esfera autônoma diante da produção, porém a ela adequada. Nestas condições a circulação (o “antigo sistema colonial”, segundo Novais) deixa de ser um impeditivo à acumulação interna, que, ao se tornar possível, abre a possibilidade de que este sobreproduto seja investido na produção para a sua reprodução ampliada. Segundo Gorender, o fato de que muitos senhores de engenho tenham terminado em bancarrota “não indica que o escravismo colonial, no plano macroeconômico, sofresse de incapacidade estrutural para a acumulação interna” (GORENDER, 2011, p. 586). Durante os momentos favoráveis para os produtos coloniais no mercado europeu, a parcela do lucro de monopólio que ficava na colônia permitia a reprodução ampliada da produção, independentemente de financiamento externo. Tal investimento⁵⁰ tinha, portanto, origem endógena ao modo de

⁵⁰ Enquanto na tese sistêmica a ruptura do Pacto Colonial é encarada como o início do acúmulo de capital mercantil por parte de mercadores nacionais, em Gorender esta figura – que se confunde com os financiadores – tem existência econômica importante ainda na vigência do pacto. Diz ele: “Podemos admitir, de maneira plausível, que parcela considerável [da renda] permanecesse em poder dos senhores

produção escravista colonial⁵¹. Mais à frente buscaremos expor as explicações de Gorender a respeito da natureza desta acumulação, pois apesar de afastar a ideia de que ela fosse impossível em virtude dos mecanismos impostos pela circulação mercantilista, o autor apregoa que o acúmulo proveniente do escravismo colonial era em larga escala “esterilizado” quando da reprodução ampliada da produção. Aqui basta antecipar que para Gorender a desacumulação não é oriunda do sistema colonial, que passa a ser visto como condição necessária para a acumulação interna, mas tem origem nas próprias relações escravistas de produção.

Desta forma, a discrepância entre as interpretações da colônia tem na categoria modo de produção a causa primeira, pois enquanto para uns ela é a chave-explicativa da economia, para outros ela cede lugar à articulação mercantil sistêmica como fundamento heurístico para se compreender a estrutura e dinâmica da economia colonial. A inversão metodológica proposta por Gorender atribui às relações de escravistas de produção a influência decisiva sobre a estrutura e a dinâmica da sociedade colonial, desobstruindo assim o acesso ao conhecimento imposto pela atribuição de centralidade aos nexos mercantis sistêmicos que vinculam a colônia ao espaço metropolitano – no bojo da acumulação primitiva de capital.

de engenho – aos quais não era estranho o entesouramento de rendas poupadas – e também de comerciantes estabelecidos no Brasil, os quais, na verdade, se especializaram na função de retenção e redistribuição, por meio do crédito, de parte da renda gerada no sistema escravista” (GORENDER, 2011, p. 584, grifo nosso). Serviam de intermediários indispensáveis entre o plantador e o mercador metropolitano, tanto para exportação quanto para importação. Não se precisa bem a importância deste segmento no período pré-independência, mas parece reter parcela considerável do lucro de monopólio seja com a intermediação mercantil ou com a renda advindas dos juros. Trata-se de mais um demonstrativo de que o escravismo colonial acumulava internamente, neste caso retendo parcela do excedente nas mãos de mercadores/financiadores internos.

⁵¹ Gorender refuta o argumento de que a necessidade de importação de meios de produção e força de trabalho (escravos) para a reprodução ampliada fosse causa suficiente para concluir que a economia colonial, por não reunir no seu interior os fatores necessários à sua reprodução, não poderia ser caracterizada como um modo de produção. Diz ele: “A procedência externa de fatores de produção – trabalhadores e elementos materiais de produção – não indica, em absoluto, que um modo de produção seja incapaz de reproduzir-se, uma vez que a importação daqueles fatores tenha a contrapartida da renda gerada e poupada no seio do próprio modo de produção. Na medida em que os agentes da organização da produção sejam capazes de pagar a aquisição dos fatores importados de que careçam, nesta medida o modo de produção se revela também capaz de reprodução e o processo de reprodução tem natureza genuinamente *endógena*” (GORENDER, 2011, p. 582, grifos nossos).

2.2 Plantagem: força produtiva que demanda as relações escravistas de produção

Do tipo de trabalho decorrem relações necessárias que se convertem em leis próprias ao modo de produção. No caso do escravismo colonial, da relação social de produção estabelecida entre os escravos e os plantadores é que se determinam as leis específicas que rege este modo de produção *sui generis*. Apesar de partir deste pressuposto fundamental, Gorender acredita que as “relações de produção não constituem uma essência autossuficiente, mas existem sempre em vinculação com forças produtivas determinadas” (GORENDER, 2011, p. 186). A escravidão considerada isoladamente⁵², como elemento suficiente para determinar o modo de produção, conduz ao equívoco de se identificar o escravismo antigo ao escravismo colonial, afinal de contas, ambos são baseados na escravidão na sua forma completa⁵³. Omitindo-se a unidade das relações de produção com as forças produtivas, as “escravidões” tornam-se apenas “escravidão” – os diferentes se identificam. As forças produtivas as distinguem e no caso do escravismo colonial, como afirma Gorender, “*seria impossível compreender a escravidão sem estudá-la em conjunto com as forças produtivas e sua organização fundamental: a plantagem*” (GORENDER, 2011, p. 186).

O modo de produção escravista patriarcal tinha como característica distintiva o fato de que a “exploração do escravo visa[va] à produção de uma renda natural” (GORENDER, 2011, p. 195). As unidades produtivas baseavam-se na autossustentabilidade, ainda que parte do excedente pudesse ser destinado às trocas mercantis. Sem alterar este quadro, o escravismo da Antiguidade conheceu a expansão do comércio que se reverberou no desenvolvimento das forças produtivas, entretanto, as condições do mundo antigo impossibilitaram que este modo de produção se

⁵² Segundo Gorender, deste equívoco padece boa parte das interpretações a respeito da economia colonial, que terminam por caracterizá-la como modo de produção escravista à semelhança da Antiguidade.

⁵³ “Ser propriedade (com o seu correlativo da sujeição pessoal) constitui o atributo *primário* do ser escravo. Deste atributo decorrem dois atributos *derivados*: os da perpetuidade e da hereditariedade. O escravo o é por toda a vida e sua condição social se transmite aos filhos. No direito romano e nos regimes escravistas que nele se inspiraram, a transmissão hereditária da condição servil se dava pela linha materna, segundo o princípio do *partus sequitur ventrem*” (GORENDER, 2011, p. 91).

convertesse no modo de produção escravista mercantil. O escravismo patriarcal impunha limites intransponíveis para a expansão dos mercados à medida que a massa da população se mantinha do autoconsumo. “A fim de que se convertesse em escravismo mercantil *dominante*, seria preciso que a produção escravista se acoplasse a um mercado externo dotado de proporções que as cidades antigas ficaram longíssimo de proporcionar” (GORENDER, 2011, p. 198). Desta forma, a atrofia do mercado abortou o desenvolvimento das forças produtivas que poriam em xeque o escravismo patriarcal, metamorfoseando-o num escravismo mercantil na hipótese da existência de um mercado externo vigoroso. O que sucedeu foi a estagnação tecnológica.

Segundo Gorender, torna-se evidente desta forma que relações de produção semelhantes em unidade com forças produtivas distintas constituem modos de produção diferentes, como é o caso específico da escravidão. A escravidão em geral atrofia demasiadamente o mercado, o que, como vimos, explica a impossibilidade do escravismo patriarcal antigo de se metamorfosear em um escravismo mercantil. Fato semelhante não ocorreu no escravismo da modernidade que teve um mercado externo em crescimento como pressuposto incondicional⁵⁴. Somente a existência prévia deste mercado externo é que pode fazer com que o escravismo mercantil se desenvolvesse com amplitude, caso contrário, a falta de mercado para seus produtos o estancaria numa forma patriarcal da escravidão, com suas forças produtivas particulares que destoam das forças produtivas típicas do escravismo colonial materializadas na plantagem colonial.

O mercado mundial “*desencadeou* o processo de criação desse novo modo de produção, porém *não determinou seu caráter escravista*” (GORENDER, 2011, p. 343). Como mostramos acima, a circulação pressupõe (ou desencadeia) o escravismo colonial e a ele se adequa a partir do seu surgimento. As relações escravistas de produção e as forças produtivas correspondentes encerram em si as leis internas do

⁵⁴ “O escravismo colonial nasce e se desenvolve com o mercado como sua atmosfera vital. A explicação já se contém no exposto acima: um modo de produção baseado na escravidão é compatível com a finalidade mercantil se estiver conjugado a um mercado *externo* apropriado. A existência prévia do mercado externo constitui, portanto, premissa incondicional” (GORENDER, 2011, p. 201).

modo de produção escravista colonial. Passemos agora a abordagem da produção escravista propriamente dita.

Eis as características da organização do trabalho vigente nas plantagens que as tornam adequadas à escravidão:

Graças às suas características de *direção unificada*, de *disciplina rigorosa* e de *integração de todas as tarefas*, a plantagem foi uma forma de organização econômica *adequada* ao emprego do trabalho escravo, em que a iniciativa autônoma do agente direto do trabalho era nula. *Plantagem e trabalho escravo podiam combinar-se e alastrar-se como uma só coisa na América colonial* (GORENDER, 2011, p. 122).

A absoluta falta de iniciativa é uma característica universal do trabalhador escravo já que este “é inimigo visceral do trabalho, uma vez que neste se manifesta totalmente sua condição unilateral de coisa apropriada, de instrumento animado” (GORENDER, 2011, p. 99). Reagir de alguma forma ao trabalho é a maneira encontrada pelo escravo para afirmar sua humanidade diante da coisificação a que é imposto, assim procedendo quando remancha nas suas tarefas, quando foge ou, no caso extremo, quando vem a cometer suicídio. Se a oposição ao trabalho é própria à condição de escravidão, seja ela patriarcal ou mercantil, diante do modo de produção escravista colonial certamente a aversão ao trabalho é ainda maior. Nesta, a “lei de apropriação do sobretrabalho formula-se da seguinte maneira: *a exploração produtiva do escravo resulta no trabalho excedente convertido em renda monetária*” (GORENDER, 2011, p. 193). Quando o sobretrabalho adquire a forma mercadoria, posteriormente convertido em renda monetária, o “Trabalho forçado até a morte é aqui a forma oficial de sobretrabalho” (MARX, 1984, p. 190). Assim, a busca bárbara por sobretrabalho tinha que se materializar numa organização da produção que melhor se adequasse - em termos produtivos – ao fato da força viva de trabalho negar o processo produtivo como em nenhum outro modo de produção. A organização da produção característica à plantagem expressa, portanto, as relações escravistas de produção (luta de classes) e o caráter mercantil do produto do trabalho, o que tende à hipertrofia da direção unificada, à disciplina rigorosa e à maior integração entre as tarefas tendo o fito de obter a maior quantidade possível de produto-mercadoria ao término da

produção. Em outros termos, a escravidão como relação de produção conforma uma força produtiva que lhe é correspondente, ou, em sentido inverso, uma força produtiva que se *adapta* às suas leis específicas formando-se uma unidade indissolúvel particular ao modo de produção escravista colonial. Como se trata de um estudo de economia política deste novo modo de produção, as suas forças produtivas inerentes devem ser explicadas em função das exigências das suas relações de produção. Uma vez organizadas as forças produtivas elas passam a demandar o escravismo e vive-versa.

Como visto acima, na interpretação de Gorender são as forças produtivas que particularizam os escravismos patriarcal (da Antiguidade) e mercantil (colonial). Caberia a pergunta: o que é responsável por particularizar as forças produtivas adotadas na economia colonial? Apesar de ser o mercado mundial o responsável por *desencadear* a criação deste novo modo de produção, que surge para abastecer o mercado externo encarado como *premissa incondicional* para o seu surgimento, Gorender refuta qualquer explicação que vincule as forças produtivas instadas e as relações de produção adotadas ao capital mercantil. Como este é autonomizado em relação às múltiplas formas de produção que intermedeia, não pode ser fator explicativo da estrutura econômica da colônia. Este preceito clássico de caracterização do capital mercantil o conduz a uma visão fetichizada da relação dialética entre relações de produção e forças produtivas, desconsiderando o desdobrar do capital mercantil para a esfera da produção que determinou a forma e as relações de produção adotadas na América. Acaba adentrando numa argumentação pantanosa, movediça, em que a plantagem explica a escravidão e a escravidão a plantagem. Mas o que explica a ambas? O capital mercantil desencadeou a constituição do novo modo de produção e não tem nenhuma determinação na estrutura econômica inovadora que se erige? Por acaso os modos de produção vigentes na América pré-lusitana se desdobraram por “fatores internos” para o escravismo colonial?

O trânsito entre o feudalismo e o capitalismo separa os adeptos da tese do capitalismo mercantil de Gorender à medida que superestimam, segundo este último, a importância do capital mercantil no engendramento da relação capital, ao passo que o mesmo autor apregoa a primazia dos “fatores internos” no surgimento do modo de

produção capitalista. O que os opõem é justamente o privilégio conferido aos “fatores internos” ou aos “fatores externos” na determinação do rumo da sociedade europeia em transformação. O mesmo não ocorre, contudo, com a edificação da sociedade colonial. Nesta última não ocorreu o trânsito de um modo de produção em crise para outro, movimento este que seria explicado em virtude de “fatores internos”. É desnecessário mostrar aqui que entre a organização econômica e social dos ameríndios pré-hispânicos e a estrutura socioeconômica erigida pelos colonizadores não existe elo de continuidade. A estrutura da sociedade colonial somente pode ser explicada pelo desdobramento do capital mercantil para a produção, trazendo consigo relações de produção e forças produtivas que se adequavam ao seu objetivo por valorização mercantil, que, em termos históricos, aceleravam a acumulação primitiva europeia. Contudo, Gorender se recusa a fazer esta relação de causalidade, pois assim procedendo sucumbiria ao “circulacionismo” que tanto critica. À semelhança da interpretação do surgimento do capitalismo, também na análise da estrutura socioeconômica colonial o papel do capital mercantil (esfera da circulação) deve ser secundário, limitando-se a constituir pressupostos necessários à reprodução da esfera da produção, porém sem determiná-la. Desta forma, escravidão e plantagem parecem brotar do nada, sem ter relação de causalidade seja com “fatores internos” ou com “fatores externos”, constituindo-se uma como a explicação da outra e vice-versa. Trata-se, a nosso ver, de uma explicação tautológica necessária a sua argumentação à medida que o rechaço ao “circulacionismo” exclui a dimensão explicativa fundamental para o surgimento e o desenvolvimento subsequente da economia colonial, qual seja, a acumulação primitiva de capitais por intermédio do Antigo Sistema Colonial.

Neste sentido, Gorender rejeita “as explicações que pretendem vincular a origem do escravismo no Brasil à abundância ou à escassez de certos fatores da produção” (GORENDER, 2011, p. 176), como se o excesso de terras e a escassez de mão de obra explicassem a adoção do trabalho escravo. Quanto à primeira hipótese, diz que a “plantagem escravista impôs-se nas ilhas mediterrâneas e atlânticas, apesar de nelas ser a terra escassa em comparação com sua disponibilidade no continente americano” (GORENDER, 2011, p. 177), concluindo daí que não foi o excesso de terras que causou a escravidão como suposto recurso para evitar o acesso dos trabalhadores à

terra e à vida camponesa. Além disso, diz que “por toda parte a plantagem escravista se associou à grande propriedade fundiária. *Não foi esta que determinou a plantagem, mas o contrário*” (GORENDER, 2011, p. 178): a força produtiva organizada na plantagem é que determinou a existência do latifúndio e da escravidão, houvesse terras livres em abundância ou não. Logo, o latifúndio não foi uma saída para se evitar a formação de uma população camponesa, mas sim uma exigência da força produtiva. Por outro lado, Gorender também nega a explicação da escravidão em virtude da escassez de mão de obra nos seguintes termos:

Constituiu fato incontestável a escassez de mão de obra assalariada, porém o emprego do trabalho escravo teve como pressuposto as características da forma plantagem. Era preciso que houvesse uma força produtiva à qual o trabalho escravo se adaptasse em condições de rentabilidade econômica para que os escravos fossem requeridos em tão enorme escala durante séculos (GORENDER, 2011, p. 178, grifo nosso).

Não somente a impossibilidade histórica explica a não adoção do trabalho assalariado, mas principalmente o fato da plantagem ser o pressuposto e, por conseguinte, demandar o emprego do trabalho escravo. É a plantagem que explica a escravidão e não a falta de braços para assalariamento⁵⁵. A dificuldade reside em saber o sentido atribuído a esta pressuposição, pois histórica certamente não é e mesmo que fosse – hipótese absurda para a América, eminentemente analítica – ainda restaria a pergunta: qual a causa desta força produtiva que demanda e, simultânea e dialeticamente, se adapta à escravidão? O autor mostra que as características da forma plantagem haviam existido historicamente antes da sua adequação com o trabalho escravo, na produção açucareira mediterrânea que empregava trabalho assalariado em larga escala. Na nossa interpretação, esta força produtiva que surge com base no assalariamento apenas se explica como um desdobramento do capital mercantil sobre a produção, erigindo uma força produtiva até então desconhecida pela humanidade.

⁵⁵ “A explicação da gênese do escravismo colonial não se consegue na justaposição abstrata e a-histórica entre os fatores de produção, porém somente na dialética entre forças produtivas e relações de produção, tal qual se apresentava no condicionamento recíproco de múltiplos aspectos da situação histórica existente. A força produtiva encarnada na plantagem adequava-se ao trabalho escravo e a ela se associou não só na América, mas antes na própria Europa” (GORENDER, 2011, p. 178, grifos nossos).

Pela plantagem não-escravista anteceder a plantagem escravista depreende-se que esta força produtiva não é específica do dito modo de produção escravista colonial, mas própria de uma produção agrícola cuja mercantilização atingiu níveis altíssimos. Apenas a esfera da circulação pode explicar esta inovação produtiva, mas, para tal, deve-se considerar a positividade do capital mercantil – o que Gorender rejeita categoricamente – no sentido de constituir uma produção que lhe era formalmente⁵⁶ subordinada. É justamente esta subordinação formal do trabalho ao capital na vigência de forças produtivas pré-capitalistas – ainda que progressistas - que explica a posterior adoção do trabalho escravo. São as necessidades do capital mercantil que explicam o encontro da escravidão com a plantagem: primeiro, por estar ávido por deflagrar um ramo do comércio altamente lucrativo (tráfico de escravos) e, segundo, pelo seu interesse de gerar as melhores condições para se apropriar do sobretrabalho apropriado⁵⁷ em primeira instância pelo plantador (espólio comercial). O surgimento da plantagem e o seu posterior encontro com a escravidão ocorreram por motivos oriundos da esfera da circulação, jamais por uma suposta atração que um tinha pelo outro. Não existem “fatores internos” que expliquem o surgimento do escravismo colonial. Apesar de Gorender criticar tanto as explicações taxadas como supra-históricas à medida que partem do resultado final para iluminar todo o processo precedente, imputando um “sentido” teleológico à história, acaba procedendo de maneira equivocada quando praticamente apregoa a inevitabilidade do encontro da plantagem com a escravidão em

⁵⁶ “Não é o fato de a produção ser mercantil e o lucro se constituir no motor da atividade econômica que imprime caráter formalmente capitalista ao regime colonial de produção. Nem, muito menos, o simples fato de participar a economia colonial do mercado mundial. Ao contrário, há, formalmente, capitalismo porque a escravidão é escravidão introduzida pelo capital e a gênese da economia colonial recebe todo o peso que lhe é devido. *Há capitalismo, formalmente, porque o capital comercial invadiu a órbita da produção, estabelecendo a empresa colonial.* Indo muito além do simples domínio direto da produção, o capital subordina o trabalho e esta subordinação é formal, porque seu domínio exige formas de trabalho compulsório. Fica claro, enfim, que o decisivo são as articulações entre capitalismo e colonização, o caráter de instrumento de acumulação primitiva da economia colonial” (MELLO, 2009, p. 38, grifos nossos).

⁵⁷ Referimo-nos aqui do caráter funcional da alta concentração de renda proporcionada pela escravidão, que permitia a retenção de riqueza internamente mesmo após o espólio colonial através do mecanismo do exclusivo metropolitano. Esta retenção permitia que os plantadores tivessem acesso ao consumo de luxo e daí pudessem ostentar um padrão de vida distante por um abismo em relação à população escrava e livre pobre. Este aspecto era fundamental para que sobre a estruturação social de classe – baseada no preceito da renda oriunda do comércio dos produtos coloniais – se somasse aspectos senhoriais.

virtude da exigência da primeira pela segunda. Apagam-se as determinações históricas que explicam o surgimento da plantagem não-escravista e o seu posterior desdobramento na plantagem escravista colonial⁵⁸. Isso acontece porque a produção é pensada em si mesma, isoladamente, na pura dialética entre relações de produção e forças produtivas que termina obnubilando os nexos mercantis que explicam a gênese e o desenvolvimento da produção colonial⁵⁹. O não reconhecimento da dinâmica específica deste momento histórico de transição – capitalismo mercantil - tem efeitos negativos para o conhecimento da sociedade colonial.

Numa visão de conjunto, Gorender avalia que a força produtiva da plantagem escravista retrocede em alguns pontos em relação à produção camponesa, mas progride da sua forma peculiar em outros aspectos, antecipando características da produção capitalista. O uso sistemático da adubação orgânica na produção camponesa é abandonado na plantagem escravista, haja vista a extensão das terras agricultáveis, assim como a policultura camponesa é sucedida pela forte tendência à monocultura. Ao mesmo tempo, “A plantagem escravista antecipou a agricultura capitalista moderna e o fez associando o cultivo em grande escala à enxada” (GORENDER, 2011, p. 129). Ainda que o escravismo tenha bloqueado o revolucionamento dos meios de produção, as equipes coletivas sob comando unificado no campo e a divisão qualitativa do trabalho na parte fabril demonstravam vantagens comparativas com a produção familiar. Ademais, este último aspecto de progresso da plantagem escravista antecipava a moderna fábrica capitalista, como nos diz Gorender:

⁵⁸ “Ao se propor a tarefa de elaborar a categoria Modo de Produção Escravista Colonial, Gorender pretendeu situar a escravidão como elemento central que estrutura toda a vida colonial. Mais do que isso, pretendeu mostrar que a escravidão não é introduzida por ‘fatores externos’ à economia colonial. É a própria forma de produção típica da colônia – a plantagem ou *plantation* – que exige a escravidão, sob a ótica da correspondência entre o nível de desenvolvimento de forças produtivas e relações de produção. (...) Em suma, são as próprias condições de produção que exigem a introdução do escravo e não ‘fatores externos’ à produção colonial” (GREMAUD, 2008, p.18).

⁵⁹ “Que modo de produção é este que não parece reter em si qualquer especificidade quanto ao tipo e ao nível das forças produtivas e correspondentes relações sociais de produção?” (MELLO, 2009, p.37). O “novo” modo de produção articula uma força produtiva (plantagem) já proveniente da etapa pré-colonial do capitalismo mercantil e para potencializar a acumulação mercantil duplamente – com o tráfico de escravos e com o espólio colonial - “reinventa-se” o trabalho escravo.

Se o engenho ainda não possuía os dois elementos básicos da fábrica moderna – o trabalho assalariado e mecanização -, antecipava já o *arcabouço* dela, na medida em que obedecia, embora em nível rudimentar, aos mesmos princípios organizacionais de transformação da matéria-prima em grande escala, divisão do trabalho setorial (não apenas por tarefas) e técnica não artesanal. Na Europa do século XVI, afora uns poucos ramos industriais, como a mineração e a fundição de metais, prevaleciam a oficina artesanal e a indústria a domicílio, inferiores à empresa de tipo fabril. No século XVII, difundir-se-ia a manufatura, que desenvolveria enormemente a divisão interna do trabalho e prepararia o advento da fábrica sem, contudo, ultrapassar as fronteiras da técnica artesanal (2011, p. 134).

Teria havido, portanto, uma antecipação de aspectos progressistas inerentes à divisão manufatureira do trabalho que apenas se desenvolveriam na Europa durante o século XVII à medida que a produção capitalista em *status nascendi* ia brotando no interior de uma produção ainda hegemônica pela oficina artesanal⁶⁰. Evidentemente, este vanguardismo estava intrinsecamente associado à utilização perdulária dos recursos naturais e ao extensivismo, haja vista a disponibilidade de terras e às benesses naturais. “As condições naturais favoráveis, se incrementam a produtividade, podem trazer consigo, simultaneamente, o desestímulo ao progresso das forças produtivas” (GORENDER, 2011, p. 131). Se a abundância de terras aliada à alta fertilidade desestimulava incrementos tecnológicos na atividade agrícola, o que explica a rotinização⁶¹ desta atividade - mesmo diante de quedas na produtividade por esgotamento do solo - é a escravidão.

⁶⁰ Este vanguardismo do engenho colonial se explica em virtude da não necessidade histórica de se separar os trabalhadores de seus meios de produção na América colonial. Os escravos como estão incluídos nas condições objetivas do trabalho e estão numa relação de dependência pessoal eram coagidos pela força à produção de acordo com a livre disposição de seus senhores; estes, por sua vez, eram animados pelo anseio mercantil de produzir a maior quantidade possível de mercadorias e, conseqüentemente, utilizaram-se da coerção extra-econômica sobre os escravos para organizá-los numa produção bastante decomposta. Os senhores estavam, portanto, livres dos embaraços à organização coletiva do trabalho que apenas paulatinamente foram sendo dissipados em solo europeu, com a separação dos produtores em relação aos meios de produção – fundamento da relação capital.

⁶¹ A não utilização do arado, a não adubação da terra (com exceção da cultura fumageira) e a prolongada utilização da lenha para alimentar as fornalhas explicitam bem a rotinização da plantagem escravista. Gorender defende que os progressos existentes nas Antilhas (adubação, irrigação e utilização do bagaço nas fornalhas) não negam a característica geral do modo de produção escravista colonial de impor fortes limites ao progresso técnico. Tais avanços localizados se explicam em virtude de condições naturais pouco favoráveis à plantagem escravista e que estimularam (forçaram) incrementos produtivos, o que era negligenciado quando da existência de condições naturais favoráveis à produção mais rústica possível.

Segundo Gorender há uma incompatibilidade entre o progresso técnico e o trabalho escravo, ainda que não seja de forma absoluta. Diz:

Se nos situarmos de um ponto de vista de conjunto e isento de anacronismo, devemos concluir que *o escravismo colonial não partiu, na era moderna, de uma técnica retrógrada*. Os aspectos negativos derivados do trabalho escravo foram compensados pelas vantagens organizativas da forma plantagem. Por sua vez, esta vingou porque se adequava ao trabalho escravo. Ademais, *a plantagem absorveu inovações tecnológicas, o que afasta a ideia da incompatibilidade absoluta entre progresso técnico e trabalho escravo* (GORENDER, 2011, p. 135, grifos nossos).

Além das vantagens organizativas que proporcionaram ganhos de produtividade no escravismo colonial, contornando a natureza pouco produtiva do trabalho escravo, Gorender defende que este modo de produção também foi capaz de absorver novos meios de produção, demonstrando a relativa compatibilidade da escravidão com inovações tecnológicas. Seja em relação à organização da produção ou à inovação tecnológica, em ambos os aspectos as relações escravistas de produção impuseram limites estreitos para o progresso. Assim, às inovações tecnológicas compatíveis com a escravidão ocorridas no início do século XVII se sucederam uma profunda estagnação tecnológica apenas superada a partir de meados do século XIX, quando do surgimento do capitalismo na Europa e a revolução dos maquinismos para a fabricação do açúcar. A partir do “processo de inovação, que então se verifica, permite-se avaliar o grau em que o trabalho escravo constitui uma barreira ao progresso técnico” (GORENDER, 2011, p. 136). A partir dos fatos ocorridos em Cuba durante o século XIX, Gorender conclui que as relações de produção escravistas eram incompatíveis com as forças produtivas surgidas durante o capitalismo, pois os maquinismos modernos eram trabalhados por trabalhadores assalariados simultaneamente à manutenção da escravidão na parte agrícola. Fato semelhante ocorreu no Brasil quando os primeiros editais lançados para a construção de Engenhos Centrais subvencionados pelo Império exigiam a adoção de mão de obra assalariada, não ocorrendo a mesma exigência para o trabalho agrícola que alimentaria os Engenhos Centrais⁶².

⁶² A respeito do subsídio governamental do Império e da nascente República à instalação de Engenhos Centrais, conferir: *Modernização sem Mudança: A Indústria Açucareira de Pernambuco (1840-1910)* de

Sintetizando, podemos concluir que - segundo Gorender – o escravismo de maneira geral torna o mercado consumidor excessivamente estreito, fato este que explica a necessidade de um crescente mercado externo para que o escravismo colonial possa surgir. A dependência do mercado externo é condição para o surgimento e para a reprodução do escravismo mercantil, pois diante da inexistência de mercado externo o escravismo mantém-se patriarcal ou, na hipótese de já ter se tornado escravismo colonial, o ocaso do mercado externo que lhe impulsionara tende-o a retroagir à sua forma patriarcal. O caráter *colonial* tem significado econômico e não político, expressando a dependência estrutural diante de um mercado externo que surge na época do mercantilismo, mas que se mantém mesmo após a emancipação política e o fim do mercantilismo. Diz Gorender:

A esta altura, devo precisar que *o conceito de colonial é aqui puramente econômico*. Por isso, tanto pode referir-se a um país colonial também sob o aspecto político, como um país organizado em Estado independente. O significado *econômico* de colonial, próprio à era iniciada com o mercantilismo, explicita-se, a meu ver, nos seguintes traços principais: 1º - economia voltada principalmente para o mercado exterior, dependendo deste o estímulo originário ao crescimento das forças produtivas; 2º - troca de gêneros agropecuários e/ou matérias-primas minerais por produtos manufaturados estrangeiros, com forte participação de bens de consumo na pauta de importações; 3º - fraco ou nenhum controle sobre a comercialização no mercado externo (GORENDER, 2011, p. 201).

O escravismo colonial tem na dependência do mercado externo a sua característica principal, fato este que não é superado com a quebra do Pacto Colonial, pois a manutenção das relações escravistas de produção continua produzido os seus efeitos negativos sobre a economia. Além de reproduzir a restrição ao crescimento do mercado interno – e, conseqüentemente, a dependência estrutural do mercado externo e o caráter *colonial* do escravismo - , a manutenção da escravidão dá continuidade à inevitável *desacumulação* que lhe é inerente. Como vimos acima, Gorender rejeita a abordagem “circulacionista” que enxerga na dependência política – e no monopólio comercial metropolitano – a causa da *desacumulação* interna, e, por conseguinte, considera a independência política um fator positivo à medida que “cria as primeiras

Peter Eisenberg, Unicamp, 1977; e *O Processo Histórico da Usina em Pernambuco* de Gileno De Carli, Pongetti, 1942.

condições para a tendência à internalização da acumulação” (NOVAIS, 2005, p. 151). Diversamente, a continuidade da escravidão pós-emancipação política mantém a verdadeira causa da desacumulação intocada, qual seja, as próprias relações escravistas de produção. O modo de produção escravista colonial possui sim acumulação interna antes e depois de 1822, entretanto, a natureza escravista desta acumulação é que causa e explica a inevitável desacumulação subsequente.

No tópico seguinte buscaremos expor este mecanismo interno de acumulação e o corolário da desacumulação, característica inevitável da acumulação escravista que a distingue da acumulação capitalista. A possibilidade ou não da acumulação bem como as causas da desacumulação opõem significativamente a tese sistêmica e a tese do escravismo colonial. O fulcro desta divergência reside no privilegiamento da categoria modo de produção por parte de Gorender e, inversamente, ao privilégio dado por Novais e outros autores à dinâmica específica vigente na época de transição ao capitalismo, momento em que se insere a colonização americana. A centralidade dos nexos mercantis e da necessária coerção extra-econômica levada a cabo pelo Estado Absolutista contrasta com a centralidade das relações escravistas de produção para se explicar quais são os mecanismos que causavam o parco desenvolvimento das forças produtivas na colônia.

2.3 Acumulação escravista e conseqüente esterilização de capital

Na produção capitalista o proprietário dos meios de produção não compra a capacidade *in totum* de trabalho de um ser humano, mas apenas a sua força de trabalho para um determinado período de tempo via negociação contratual. Na produção escravista, diversamente, o proprietário dos meios de produção deve adquirir aquela capacidade *in totum* de trabalho do escravo, o que se confunde com a própria vida do ser humano. No primeiro caso o trabalhador vende a sua mercadoria força de trabalho, ao passo que na segunda hipótese o trabalhador é ele mesmo uma mercadoria negociada por traficantes e comprada pelos plantadores. Para iniciar a

produção não basta ao escravista possuir capital-dinheiro e metamorfoseá-lo em meios de produção, sendo necessário possuir também dinheiro para investir – antecipadamente - na compra de escravos. Segundo Gorender, “Esta inversão prévia – a *inversão inicial de aquisição do escravo* – constitui categoria econômica absolutamente específica do escravismo” (GORENDER, 2011, p. 203).

Os traficantes de escravos se movem na esfera da circulação, investindo dinheiro na “armação dos navios, no pagamento às tripulações e na compra dos produtos com os quais iam adquirir os escravos a serem vendidos nos portos das Américas” (GORENDER, 2011, p. 169). Fechado o ciclo de aquisição dos escravos⁶³, transporte transoceânico e venda das *peças* aos plantadores escravistas, o lucro obtido pelos traficantes era em regra excepcional haja vista a diferença entre os preços no mercado vendedor (africano) e os preços no mercado comprador – que oscilavam fundamentalmente em virtude da demanda por parte dos plantadores. Como esta se trata de uma valorização de dinheiro na esfera da circulação (D-M-D’), diz Gorender que para se apreender o significado econômico da inversão inicial para a aquisição de escravos, “teremos de deixar de lado a esfera da circulação e focalizar a esfera da produção, na qual atuam o plantador e o escravo por ele comprado” (GORENDER, 2011, p. 205). Diferentemente da valorização do dinheiro obtida pelos traficantes, que se restringe à circulação, o plantador adianta capital-dinheiro para a aquisição dos escravos e o *plus* almejado para o final do processo advém da utilização *produtiva* dos escravos adquiridos. Neste caso, o dinheiro deve se converter em valores de uso inseridos na produção – meios de trabalho e escravos – para que do trabalho vivo resulte um *quantum* de valor maior do que aquele adiantado para o início da produção. “Cumpra indagar o que ocorre definidamente à soma de dinheiro antecipada, o que ela significa para o modo de produção escravista colonial” (GORENDER, 2011, p. 205).

Ao realizar a inversão inicial para a aquisição do escravo o plantador torna-se proprietário da totalidade da sua força de trabalho, que deve ser usada para que se

⁶³ “O tráfico de africanos apresentava dupla face: do lado dos vendedores africanos, não passava de *escambo* com vistas à obtenção de valores de uso; do lado dos traficantes europeus, era genuíno comércio, intercâmbio de valores de troca, circulação mercantil com o objetivo de lucro. Graças justamente a essa dupla face é que o tráfico negreiro se tornou um dos negócios mais lucrativos da época do mercantilismo” (GORENDER, 2011, p. 168).

torne produtiva, para que crie riqueza e, por conseguinte, valorize o capital adiantado. Ainda que as relações sociais coisifiquem o escravo, biologicamente este ainda é um ser humano, o que implica – do ponto de vista do plantador - em gastos imprescindíveis para a reprodução de sua propriedade, caso contrário, esta perecerá (morrerá) prematuramente e isso prejudicaria o investimento feito inicialmente. “É evidente que o sustento do escravo não representa dispêndio análogo à inversão inicial, uma vez que não resulta de um adiantamento, mas do próprio trabalho do escravo” (GORENDER, 2011, p. 205). O gasto com o sustento do escravo nada mais é do que a parcela de sua produção total que é absorvida por ele para a sua reprodução, ou seja, o tempo de trabalho necessário para a reprodução de sua força de trabalho. Ainda que a compra do escravo se reverbere na consciência do seu proprietário como a sua mais absoluta coisificação, fazendo-o acreditar que tudo – absolutamente tudo – que é produzido por sua propriedade como *instrumentum vocale*⁶⁴ lhe pertence, é ele obrigado a ceder uma parte da riqueza produzida pelo escravo em seu benefício, para além do qual tudo lhe pertence como sobretrabalho. A relação social escravista apenas se justifica caso o escravo produza um excedente que é apropriado privadamente por seu senhor, condição esta que por sinal é universal a todos os modos de produção alicerçados na exploração do homem pelo homem. É o trabalho excedente além do trabalho necessário que reproduz a relação senhor-escravo e o modo de produção escravista colonial como um todo, cuja riqueza apropriada apenas se consoma com a sua reconversão em dinheiro (D-M-D') – o que exige a relação dos plantadores com o capital mercantil.

Temos, assim, dois dispêndios do escravista *inteiramente distintos*: o do preço de compra do escravo e do seu sustento. (...) O comprador do escravo diminui sua fortuna em dinheiro no montante correspondente ao preço de compra e se

⁶⁴ “É certo que também o operário livre, o trabalhador parcial, é uma peça, uma *coisa*, para o industrial. Mas, neste caso, o salário denuncia à consciência do operário e do capitalista a possibilidade real de a peça transformar-se em homem: o operário contrata e reivindica. Na escravidão o senhor também remunera o escravo, mantendo-o e alojando-o. Mas essa relação bilateral se oculta inteiramente à consciência graças à própria operação de compra onde o resgate é pago não ao escravo, mas ao traficante de escravo. Assim, o senhor julga que nada paga e nada deve ao escravo e este fica privado de qualquer instrumento que lhe permita perceber, imediatamente, o tipo de transação em que foi envolvido. Nestas circunstâncias, o escravo assemelha-se, de fato, às condições inanimadas de trabalho. Por isso é percebido socialmente pelo senhor tal qual aparece, na realidade, de maneira imediata: como incapaz de volição e de reciprocidade, *res, instrumentum vocale*”. (CARDOSO, 2011, p. 179).

vê face a face com o escravo que se tornou sua propriedade. De direito, é proprietário também de toda a produção que o escravo venha a realizar. Na prática, o uso da força de trabalho do escravo implica a cessão em favor dele de uma parte da sua produção. Enquanto, porém, o primeiro dispêndio – o do preço de compra – se deu *fora* do processo de produção, o segundo – o do sustento do escravo – se dá *dentro* dele (GORENDER, 2011, p. 206).

Segundo Gorender, o dispêndio com a reprodução da força de trabalho é uma lei universal dos modos de produção, não sendo diferente no escravismo colonial, ao passo que o dispêndio para a aquisição do escravo é uma lei específica deste modo de produção. Trata-se, segundo nosso autor, de *falso gasto de produção* imposto pelas relações escravistas de produção, gasto este que ocorre na esfera da circulação e que “nada tem a ver com o processo de produção como tal” (GORENDER, 2011, p. 208). Ao contrário da produção capitalista, na qual o adiantamento é feito pelo trabalhador e não pelo proprietário à medida que aquele produz riqueza e apenas ao término de um certo período recebe o seu salário, no escravismo colonial o senhor deve possuir uma soma significativa de dinheiro para comprar a escravaria e iniciar a produção. Certamente este gasto vultoso com escravos antes de se iniciar a produção necessita ser recuperado pelo plantador. Segundo Gorender, a dificuldade para se apreender o significado desta inversão inicial na operação da economia escravista reside no fato de que muitos buscam obter sucesso aplicando categorias próprias à economia capitalista, o que levaria a um anacronismo histórico. À luz da economia capitalista este gasto para a compra de escravos é absolutamente irracional, afinal, aquele modo de produção apenas conhece a compra e a venda da força de trabalho. Apesar disso, os autores que assim procedem “coincidem na imputação simultânea do preço de compra do escravo a duas categorias *diferentes e inassimiláveis*: o trabalho e o capital fixo” (GORENDER, 2011, p. 209).

À medida que a economia colonial fosse estudada por intermédio da categoria modo de produção, desvendar-se-iam suas leis específicas oriundas das relações escravistas de produção. A centralidade da circulação em detrimento da centralidade da produção conduzia diversos autores a caracterizar a economia colonial como capitalista, ainda que incompleta ou atrasada. Consequentemente, estes autores buscariam transpor as categorias da economia política capitalista – legadas por Marx

em *O Capital* - para a análise da economia colonial, incorrendo inevitavelmente em contradições formais – lógicas – insolúveis. A contradição lógica fundamental reside na dupla conceituação do escravo como força de trabalho e capital fixo, o que é impossível de ocorrer na economia política marxista⁶⁵.

Para suprimir este equívoco de identificar os trabalhadores – ainda que na condição de escravos – aos meios de produção, Gorender recorre ao processo de trabalho em si mesmo, da forma que Marx o considera universalmente, independentemente das formas particulares que assuma no decorrer da história. Neste plano investigativo, “O homem atua (...) como agente subjetivo que domina os elementos materiais de que se serve no processo de trabalho, e, como tal agente subjetivo, nenhuma diferença faz que se manifeste na condição de escravo, produtor independente ou assalariado” (GORENDER, 2011, p. 214). Todo modo de produção baseado na exploração implica em determinado grau de coisificação deste agente subjetivo do processo de trabalho, entretanto, *jamais a força viva de trabalho se identifica com as condições objetivas do processo de produção*. Indaga Gorender:

Que restaria da teoria do valor e da mais-valia se o operário não se distinguísse dos meios materiais de produção por ser pessoa humana? A que título poderíamos considerar a força humana de trabalho o *único* componente do processo de trabalho capaz de criar valor e, por conseguinte, mais-valia? Se os trabalhadores *criam* produtos úteis – que adquirem a forma-valor em determinadas condições sociais –, isto se dá porque são eles, os trabalhadores, os executores subjetivos do processo objetivo de trabalho (GORENDER, 2011, p. 216).

Torna-se, segundo Gorender, inadmissível partir-se do materialismo histórico para daí identificar os escravos com o capital fixo. Esta categoria na economia política marxista se refere aos investimentos de capital-dinheiro que se transformam em meios de produção cujos valores são recuperados paulatinamente pelo capitalista, visto que o

⁶⁵ Gorender se refere especificamente a FHC quando critica a identificação entre trabalho e capital fixo. Nas palavras deste último: “(...) na economia capitalista o capital variável é circulante, enquanto, na economia ‘capitalista’ à base de mão de obra escrava, o ‘capital variável’ é ‘fixo’. (...) Assim, parte maior do resultado da produção do trabalho escravo, quando comparada com a dos trabalhadores livres, destinava-se ao trabalho necessário, ou a ressarcir o empate inicial de capital, donde haver maior necessidade ainda de aumentar o segmento da jornada correspondente ao trabalho excedente, para garantir o aumento de ‘mais produto relativo’” (CARDOSO, 2011, p. 226).

seu valor é transferido apenas gradualmente para os produtos. “Neste sentido e tão somente nele, a inversão inicial de compra do escravo manifesta *analogia* com o capital-dinheiro aplicado na compra de capital fixo” (GORENDER, 2011, p. 218). Trata-se, entretanto, de apenas uma analogia visto que Marx jamais identificara o escravo ao capital fixo. Não é o “escravo como tal, como ser humano concreto, com sua força de trabalho concreta, no processo de trabalho concreto, que desempenha o papel de capital fixo, mas o *dinheiro* aplicado em sua compra se comporta à maneira da forma dinheiro do capital fixo” (GORENDER, 2011, p. 218). O dinheiro invertido para a compra do escravo se recompõe à semelhança dos meios de produção (capital fixo), paulatinamente, à medida que o seu valor total é reapropriado pelo plantador de forma gradual. Porém, a força viva de trabalho do escravo em nada se assemelha aos meios de produção, visto que estes apenas mantêm constantes os seus valores (capital constante), ao passo que o escravo produz novo valor para além do necessário à sua reprodução (capital variável).

O montante despendido para a compra do escravo também não pode ser identificado como capital variável visto ser este capital circulante, ou seja, imediatamente transferido para o produto final, o que não acontece com o preço de compra do escravo. Apenas o gasto com o sustento do escravo é que poderia ser identificável como capital variável, mas ainda assim Gorender acha equivocada esta identificação. Em suma, “o preço de compra do escravo não é imputável ao capital fixo, tampouco é imputável ao capital variável” (GORENDER, 2011, p. 218). Já que não faz parte do processo de produção, de que maneira o proprietário recuperaria o montante despendido para a aquisição do escravo?

Embora ‘empatada’ como capital-dinheiro, a *inversão inicial de compra do escravo não se encarna em nenhum elemento concreto do fundo produtivo do escravista*. Dito em outras palavras, a inversão inicial de compra do escravo não funciona como capital. No processo real da produção escravista, *essa inversão se converte em não-capital. (...) O correto é concluir que o capital-dinheiro aplicado na compra do escravo se transforma em capital esterilizado, em capital que não concorre para a produção e deixa de ser capital*. Por conseguinte, cabe-nos concluir também que a *inversão inicial de compra do escravo somente pode ser recuperada pelo escravista à custa do sobretrabalho do escravo, do seu produto excedente*. Ela constitui um desconto inevitável da renda ou do que se chamaria de lucro do escravista. (...) Do ponto de vista da teoria econômica, a única solução correta consiste em incluí-la no produto excedente e considerar

a renda efetiva do escravista na proporção da amortização do investimento feito na aquisição do plantel de escravos (GORENDER, 2011, p. 219).

As inversões produtivas do escravista (os fundos) são aquelas que se materializam em meios de produção (capital constante fixo ou circulante), que são valorizados pela força viva de trabalho do escravo. O dispêndio para a aquisição do escravo⁶⁶, entretanto, não possui caráter produtivo, pois o que conta do ponto de vista produtivo é o efetivo dispêndio da força de trabalho, única capaz de gerar nova riqueza. Trata-se de um custo imanente à produção escravista, mas de um *falso custo de produção* já que não faz parte da composição do valor dos produtos. Ao contrário, o capital-dinheiro despendido para a compra do escravo é recomposto pelo senhor a despeito de parcelas do excedente apropriado do escravo. A amortização do montante gasto com a compra do escravo apenas por analogia se assemelha à amortização dos meios de produção (capital fixo): este último figura como capital constante fixo que paulatinamente transfere seu valor integral aos produtos do trabalho; o gasto com a compra do escravo, diversamente, não compõe o processo de produção nem como capital fixo nem como circulante, simplesmente lhe é estranho. À luz da produção capitalista se trata de um custo improdutivo absurdo, mero consumo do produto líquido da produção, mas que é perfeitamente racional ao modo de produção escravista colonial que ainda assim era lucrativo para os fazendeiros.

Dito isto, cabe agora algumas palavras a respeito dos efeitos que esta esterilização de capital inerente ao escravismo provoca na acumulação interna de capitais, o que nos retornará aos apontamentos que fizemos acima sobre a acumulação.

⁶⁶ “O que se evidencia é que o preço de compra dos escravos representou sempre forte proporção no conjunto das inversões do plantador, chegando a assumir, nas fazendas cafeeiras do Brasil pós-1850, um valor acima de dois terços da inversão total. *Na mesma proporção, o preço do plantel representava uma esterilização do capital-dinheiro*” (GORENDER, 2011, p. 234, grifo nosso). O autor nos traz dados de outras épocas calculados a partir de relatos contemporâneos. No Engenho Sergipe do Conde, em 1635, o plantel representaria cerca de 18% da inversão total; num engenho baiano de 1781, o percentual subiria para 28%; um engenho pernambucano de primeira linha teria 30% do capital investido transformado em escravos. Nos cafezais do século XIX este percentual se elevou significativamente com a alta do preço das peças até chegar à casa dos 70% da inversão total.

Em relação à amortização do preço despendido para a aquisição do escravo, Gorender diz que o período necessário para tal variava em função das circunstâncias conjunturais que determinavam o preço do escravo e o preço dos produtos coloniais. No período de trinta anos entre a última década do século XVIII e as duas primeiras do século XIX, por exemplo, a amortização do preço invertido para a compra do escravo ocorria em média entre dois e três anos; admitindo-se a vida útil média do escravo entre dez e doze anos, conclui-se que “o preço de compra de cada peça representava (...) entre 20% e 25% da renda total que o escravo viesse a produzir” (GORENDER, 2011, p. 237). Contudo, “Na prática a amortização (...) não ocorria num período concentrado (...) porém fracionadamente ao longo da vida útil do escravo” (GORENDER, 2011, p. 237). À medida que houvesse a amortização, sem dúvidas o plantador buscava adquirir um novo escravo que consumiria durante determinado período uma parcela maior ou menor do sobreproduto apropriado pelo senhor.

Em termos macroeconômicos,

Não é difícil concluir que a importação de escravos constituía uma *desacumulação*, um corte nas possibilidades de acumulação de fundos produtivos, uma redução sempre substancial dos recursos poupados para investimento. Nem é preciso mais do que isto a fim de demonstrar o caráter não somente pré-capitalista, mas também anticapitalista, do regime escravista colonial (GORENDER, 2011, p. 240).

Ainda que o escravismo colonial não significasse a impossibilidade de acumulação interna, como exposto em tópico anterior, esta era substancialmente reduzida com a necessidade de inversão para a aquisição de escravos imprescindível para a reprodução ampliada e mesmo simples da produção. Parte importante da riqueza produzida pelo escravismo colonial era esterilizada no momento exato do investimento produtivo, haja vista o caráter improdutivo da inversão que se materializava na escravaria. Parcela importante da poupança interna era consumida com a aquisição dos escravos ao invés de ser convertida numa quantidade maior de meios de produção – ou em meios de produção mais modernos. Esta esterilização de parcela do sobreproduto é considerada uma característica pré-capitalista e até anticapitalista do escravismo colonial. A acumulação originária escravista constituiu-se como um entrave

ao desenvolvimento industrial brasileiro em virtude da débil poupança interna que proporcionou, mesmo depois da queda do Pacto Colonial que, como vimos, não altera o modo de produção vigente.

A débil acumulação interna se explica em virtude das relações de produção estabelecidas, ao contrário das abordagens “circulacionistas” que veem no espólio comercial imposto pela Metrópole a causa principal para a perpetuação da estrutura produtiva arcaica. A colônia é explorada pela Metrópole, que absorve quase que a totalidade do excedente interno que serve de acelerador da acumulação primitiva. Na tese do escravismo colonial não inexistem possibilidades de acumulação, mas sim obstáculos *intrínsecos* ao modo de produção que a atrofiam significativamente. A retirada do entulho colonial não reduz em nada este obstáculo. Como vimos, é a plantagem que explica e demanda a escravidão e não as necessidades de acumulação do capital mercantil, que, segundo visão divergente, exige a produção “organizada de modo a possibilitar aos empresários metropolitanos uma ampla margem de lucratividade” (NOVAIS, 2005, p. 57). Na tese sistêmica são as necessidades do capital mercantil que explicam a adoção do trabalho compulsório, visto que este garante altíssimos lucros comerciais via compressão dos preços dos produtos coloniais e, ainda assim, possibilita a reprodução da produção e o consumo de luxo dos senhores – maior concentração de renda possível. Além disso, o trabalho escravo africano – como uma das duas modalidades possíveis de escravidão – também só se explica em virtude das determinações do sistema colonial, como melhor forma para garantir a continuidade da produção e, principalmente, de maximizar a acumulação mercantil tornando-se ramo excepcionalmente lucrativo. Não é à toa que Novais conclui que “é a partir do *tráfico negreiro* que se pode entender a *escravidão africana colonial*, e não o contrário” (NOVAIS, Apud GREMAUD, 2008, p. 17).

Nada mais contrastante com Gorender, que apesar de reconhecer que a escravidão africana substituiu a indígena por proporcionar lucros fabulosos, critica esta interpretação desde o seu início à medida que torna o sistema colonial a “identidade substantiva” para a compreensão da estrutura e da dinâmica da economia colonial. Diz ele, contrariamente, que o “tráfico negreiro existiu por causa da escravidão, por causa

do modo de produção escravista colonial, e não o inverso” (GORENDER, 2011, p. 562). Ademais, “a demanda induziu e comandou a oferta no mercado de escravos”, pois, como modo de produção que era, o escravismo colonial tinha na produção a “determinação fundamental e o ponto de partida sempre recorrente” (GORENDER, 2011, p. 58), não tendo fundamento explicações que põem a circulação como o eixo determinativo da produção.

À medida que o objeto da presente dissertação é a captura da particularidade da manufatura açucareira, cujos principais fatores desta particularização são de natureza socioeconômica, ainda que não somente, optamos por fazer a exposição dos principais pontos das duas teses de interpretação da economia colonial por nós escolhidas. Como se tornou nítido para o leitor, tomamos partido pela interpretação sistêmica da economia colonial, contrapondo-a com a tese do escravismo colonial, entretanto, tal filiação no que tange à teoria geral da colonização não tem implicação imediata para o nosso estudo microscópico da dialética entre relações de produção e forças produtivas no engenho colonial. Em outros termos, para capturar particularidades da manufatura açucareira nos valem de uma gama variada de autores, mesmo aqueles por nós refutados acima – como é o caso de Gorender - , pois cada qual nos proporcionou conhecimentos importantíssimos para o nosso objeto, ainda que possamos não aceitar a teoria geral da colonização por eles proposta.

3 A MANUFATURA AÇUCAREIRA - ENGENHO DE AÇÚCAR COMO UMA MANUFATURA ORGÂNICA COLONIAL: AS MARCAS DAS RELAÇÕES ESCRAVISTAS DE PRODUÇÃO E DA PARTICULARIDADE DA MATÉRIA-PRIMA

Após a exposição dos aspectos fundamentais de duas teses clássicas existentes no interior do marxismo a respeito da economia colonial, buscaremos a partir de agora tecer considerações sobre o efetivo processo produtivo existente na parte fabril dos engenhos. Apesar de suas profundas diferenças, as teses que expusemos identificam-se quanto à pretensão de formular uma teoria geral a respeito da economia colonial, uns privilegiando o sistema colonial e outros privilegiando as relações escravistas. Da nossa parte, utilizaremos aqueles autores como suporte teórico necessário para a compreensão microscópica do conjunto das forças produtivas do engenho, os efeitos particularizadores que as relações escravistas imprimem na dialética com as forças produtivas e mesmo as marcas deixadas pela matéria-prima cana-de-açúcar sobre a unidade fabril. Como os processos históricos não são estanques, trataremos da gênese e do desenvolvimento dos engenhos coloniais dando ênfase aos efeitos proporcionados pelas inovações nos meios de trabalho na organização da força de trabalho e nos impactos sobre a produtividade. À medida que detectarmos possíveis conflitos analíticos entre as duas linhas interpretativas no decorrer da nossa exposição, buscaremos evidenciar tal divergência, ainda que todos os autores que mencionamos até aqui contribuam para o resultado final. Em geral estas oposições dizem mais respeito às consequências teóricas de fundo, o que não impossibilita a contribuição que os autores podem dar para a análise aqui empreendida.

Com o objetivo de colonizar as novas terras para evitar a sua perda para outras nações ultramarinas e de engendrar uma produção colonial que satisfizesse o capital mercantil, a Coroa Portuguesa deu início em meados do século XVI ao estímulo à edificação de engenhos de açúcar na costa do Brasil. O grande impulso à colonização se deu mediante a distribuição de terras àqueles que tivessem a capacidade de trabalhá-las. O princípio que regia a adoção das sesmarias era o aproveitamento, que

estava, por sua vez, diretamente relacionado à capacidade do indivíduo em possuir escravos. Vastas extensões de terras destinadas a um plantio específico e trabalhadas por escravos: eis a concepção inicial da colonização que foi efetivada com êxito⁶⁷. Os principais focos dessa colonização em torno do açúcar eram o Recôncavo baiano, a faixa litorânea da capitania de Pernambuco, e, secundariamente, a região atual do Rio de Janeiro. Já que os metais preciosos não apareceram de início – como ocorrera na América espanhola –, a produção dessa especiaria, a ser comercializada na Europa e que garantia grandes lucros aos comerciantes e divisas à Coroa, passou a ser o cerne da colonização, comungando o necessário povoamento com a exploração econômica exitosa.

A escolha do açúcar não foi fortuita: o mesmo já era no século XVI uma especiaria muito lucrativa, sendo desde o século XIV explorado pelos capitais genoveses e venezianos em Chipre, Creta e na Sicília⁶⁸. Portugal, por sua vez, adquiriu experiência na produção açucareira a partir das ilhas de Cabo Verde e Açores. Estes antecedentes históricos indicam que os meios de produção e a organização do trabalho, trazidos pelos portugueses através dos primeiros engenhos, não constituíram de imediato uma inovação produtiva, mas apenas uma transferência de tecnologia e de método de organização da força de trabalho já universalizadas e imprescindíveis para se instaurar a produção e comercialização em massa deste produto. As próprias relações escravistas de produção advieram dessas experiências anteriores, que estão diretamente relacionadas com o capital mercantil em plena expansão. Como vimos anteriormente na interpretação de Novais, o surgimento do escravismo moderno está umbilicalmente relacionado às necessidades do capital mercantil tanto por instaurar uma produção com possibilidade de obter altíssimos lucros, como por criar um comércio igualmente lucrativo de escravos africanos. O Brasil, portanto, maximiza ao extremo as

⁶⁷ FERLINI, Vera Lúcia Amaral; *Terra, Trabalho e Poder*, 1988, ed. Brasiliense. Ver pg. 22.

⁶⁸ Como havíamos mencionado anteriormente, tais investimentos italianos na produção de açúcar a princípio não se baseavam em relações de produção escravistas, chegando alguns investidores a possuir cerca de quatrocentos trabalhadores assalariados por engenho. No decorrer do século XV essas germinais relações assalariadas de produção foram substituídas pelo braço escravo, alimentando-se do tráfico de escravos português a partir da costa da África. Tais experiências foram estendidas para as ilhas atlânticas portuguesas no decorrer do século XV, configurando-se o prelúdio do modelo produtivo que seria estabelecido no Brasil do século XVI. Cf. GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*, p. 173.

experiências já possuídas pelos portugueses em suas colônias insulares, recebendo a tecnologia, o modelo de organização do trabalho e o escravismo como bases para a produção do açúcar.

A empresa açucareira na *Terra Brasilis* traz consigo um legado histórico já existente na produção com fins eminentemente comerciais, materializando por aqui uma técnica de fabrico do açúcar e uma organização do trabalho que até então satisfazia aos anseios dos investidores. Buscaremos dissertar a respeito do engenho erigido no início da colonização, bem como refletir acerca das principais inovações produtivas ocorridas no decorrer dos séculos seguintes, marcados pelo aprimoramento manufatureiro resultado na maior decomposição do trabalho. Utilizaremos para tal de recursos iconográficos, de descrições de época do *modus operandi* do engenho e de análises semelhantes levadas a cabo por historiadores e sociólogos. Por fim, utilizaremos o trajeto da matéria-prima no interior do engenho para refletir passo a passo sobre o processo de produção do açúcar, pois acreditamos que assim a exposição se torne mais didática para o leitor.

3.1 Dos primeiros engenhos de açúcar até as transformações de meados do século XVII

Como dissemos acima, os primeiros engenhos edificadas no Brasil baseavam-se nas experiências portuguesas com o cultivo e o beneficiamento da cana-de-açúcar em ilhas atlânticas, o que significa dizer que houve transferência de tecnologia da metrópole para a nascente colônia, condição indispensável para se erigir o comércio do açúcar. Segundo Ruy Gama, provavelmente o fabrico do açúcar se desenvolvia por aqui de forma semelhante à produção siciliana, retratada por Stradanus a seguir.



Ilustração 1 – Ilustração de Stradanus que retrata a fabricação de açúcar na Sicília durante o século XVI. (Fonte: GAMA, 1983, p. 90).

Através desta ilustração podemos perceber que a produção brasileira de açúcar já surge com um caráter manufatureiro, que seria aprimorado no decorrer do século XVII em virtude de inovações na maquinaria de extração de caldo. Por sinal, Marx afirma em *O Capital* que o período histórico da manufatura é compreendido entre meados do século XVI até o último terço do século XVIII, estando, portanto, inserida a produção de açúcar colonial neste histórico de mais de duzentos anos.

O que caracteriza a produção manufatureira é a decomposição do trabalho artesanal e a conseqüente unilateralização dos trabalhadores envolvidos no processo de trabalho; as forças produtivas individuais tornam-se partes componentes de um órgão ou mecanismo: o *trabalhador coletivo combinado*. No caso europeu estudado por Marx, tais forças produtivas individuais perdem o saber-fazer pleno que caracteriza um artesão, capaz de executar todas as operações necessárias à fabricação de um dado valor de uso. No nosso caso, os escravos negros que são obrigados⁶⁹ a se inserir na

⁶⁹ Para Marx, todas as relações de produção baseadas na exploração do trabalho alheio transformam a atividade fundamental do desenvolvimento social dos homens num estorvo para eles mesmos, condição em que trabalhar se torna uma *obrigação*. Todavia, a principal diferença existente entre o trabalho assalariado e as demais formas de trabalho explorado reside na natureza da coação: no escravismo e na servidão a força de trabalho é inserida como condição objetiva da produção, estando o trabalhador juridicamente obrigado ao trabalho; diferentemente, no capitalismo não há qualquer obrigação jurídica que relacione o trabalhador diretamente à produção; trata-se de um homem livre à medida que dispõe da mercadoria força de trabalho, podendo vendê-la ou não. A coação neste caso é de ordem econômica e

produção manufatureira do engenho não dispunham do saber-fazer pleno à produção do açúcar, como fora o caso do artesão europeu estudado por Marx; foram eles introjetados sob a coerção do látigo na engrenagem do trabalhador coletivo combinado, para a produção de um produto que sequer era conhecido por eles. Trata-se de uma peculiaridade própria à nossa formação colonial, onde não há o processo histórico de acumulação primitiva de capital enquanto pressuposto necessário à constituição da relação capital. Enquanto na Europa o surgimento da manufatura é resultado do processo de separação dos trabalhadores dos seus meios de produção, opondo-se-lhes como capital, na manufatura açucareira americana a relação de produção constituída tem na coerção extra-econômica o fundamento do processo produtivo. Como vimos na primeira seção, o trabalho escravo é uma necessidade em virtude dos desígnios que presidem a colonização dos trópicos americanos, erigindo-se relações de produção pré-capitalistas que satisfaziam o capital mercantil. Ainda assim, isto não invalida para nós o estudo marxiano a respeito das consequências da divisão manufatureira do trabalho sobre os trabalhadores, afinal, tal como os assalariados europeus, os escravos também sofrem com o processo de unilateralização e atrofia característico desta forma de organização do trabalho. Ambos tornam-se uma anomalia apta à execução célere de operações parciais, reprimidos em desenvolver suas plenas capacidades produtivas.

Enquanto os assalariados europeus perdem a condição de artesãos que possuíam outrora, atrofiando-se, os escravos dos engenhos - que já haviam perdido a própria propriedade sobre si mesmos - integram o trabalhador coletivo na condição precedente de despossuídos de tudo, inclusive de conhecimentos básicos necessários ao fabrico do açúcar. Nesta condição de trabalhadores escravos desqualificados, semibárbaros, segundo Caio Prado, eles apenas poderiam se inserir na produção fabril caso suas operações fossem as mais simples possíveis, eminentemente manuais e

não político-jurídica: como despossuído de meios de produção e de subsistência, resta ao trabalhador vender sua força de trabalho para algum capitalista, caso contrário perecerá. No nosso caso, a grande maioria dos trabalhadores do engenho lá estava por coação jurídica, por serem propriedades dos seus senhores; a pequena minoria que recebia soldo estava inserida numa sociedade cujas possibilidades de emprego eram reduzidíssimas, realidade muito distinta do período manufatureiro europeu quando a imaturidade da subordinação do capital sobre o trabalho ainda o tornava incapaz de universalizar a condição proletária dos trabalhadores.

carentes de maiores complexidades. “A ignorância, a incapacidade, a falta de atenção e cuidado com que se maneja a fabricação do açúcar são de pasmar” (PRADO JR. 2012, p. 146). *Neste sentido, a manufatura pode ser considerada como uma condição indispensável para a utilização produtiva da força de trabalho escrava na parte fabril do engenho, já que se trata de uma força de trabalho que não dispõe de qualquer qualificação e predisposição necessária para adquiri-la.* A decomposição do processo produtivo artesanal do açúcar numa série de funções parciais, simples e *eminentemente manuais* era imprescindível para a inserção dos escravos na produção. As profissões do engenho que exigiam qualificação eram quase sempre destinadas aos poucos trabalhadores livres existentes, tais como os mestres do açúcar e os purgadores. No decorrer da nossa análise utilizaremos o estudo de Marx sobre as consequências universais da manufatura, evidenciando, no entanto, peculiaridades próprias à manufatura baseada no trabalho escravo e aquelas oriundas da matéria-prima beneficiada.

Seguindo o raciocínio de Marx, a manufatura põe fim ao artesão sem, contudo, superar a artesanidade:

(...) antes de mais nada, a análise do processo de produção em suas fases particulares coincide inteiramente com a decomposição de uma atividade artesanal em suas diversas operações parciais. Composto ou simples, a *execução continua artesanal* e portanto dependente da força, habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual no manejo do seu instrumento. *O ofício permanece a base.* (MARX, 1983, p. 269)

Observando a ilustração de Stradanus, verificamos um contingente significativo de trabalhadores envolvidos na execução de operações parciais do fabrico do açúcar. Trata-se de um forte indício do caráter manufatureiro dos primeiros engenhos coloniais, afinal, “(...) a divisão manufatureira do trabalho desenvolve o crescimento do número de trabalhadores empregados numa necessidade técnica” (MARX, 1983, p. 282). Como podemos constatar na ilustração, três deles executam atividades relacionadas à limpeza e ao corte da matéria-prima, utilizando-se de duas ferramentas distintas: uma apropriada para o corte da cana-de-açúcar e outra para a sua arrumação em cestas. Dois dos três trabalhadores da limpeza se especializam no corte da cana, ao passo que

apenas um fica encarregado de arrumar as cestas com as canas em pequenos pedaços. Some-se a esses três trabalhadores um responsável apenas por transportar as cestas de cana para a moenda hidráulica⁷⁰. Trata-se de operações simples capaz de serem executadas por qualquer pessoa e a qualquer tempo, entretanto, o objetivo do plantador quando impõe a divisão do trabalho no interior do engenho é que tais operações sejam realizadas por “trabalhadores detalhistas” (MARX, 1983, p. 269). Isso porque “A repetição contínua da mesma ação limitada e a concentração da atenção nela ensinam, conforme indica a experiência, a atingir o efeito útil desejado com um mínimo de gasto de força” (MARX, 1983, p. 269). A virtuosidade dos trabalhadores detalhistas advém justamente desta execução repetitiva de operações simples, acrescida no caso do engenho da ameaça constante do açoite do feitor de moenda a exigir a intensidade desejada pela engrenagem produtiva.

Gorender diz que uma característica da “plantagem escravista” era a *intercambialidade de funções*, tanto internamente às partes agrícola e fabril como entre elas, o que contrasta com o detalhismo que afirmamos acima⁷¹. Nas descrições de Antonil e Koster não conseguimos nada que aponte nesta direção. Mesmo na hipótese de relativizarmos o detalhismo em atividades tão simples como as descritas até aqui (arrumação da cana), duvidamos que este intercâmbio fosse tão corriqueiro assim no interior das funções que compõem a parte fabril, principalmente na etapa de cozimento. Certamente a repetição cotidiana, mesmo das funções mais simples, era a regra na parte fabril. A intercambialidade talvez seja válida para as épocas de entressafra, sendo

⁷⁰ Ferlini contabiliza a quantidade de trabalhadores escravos envolvidos na extração de caldo antes e depois da adoção do sistema de entrosas, que veremos mais a frente. Segundo ela, este contingente de três escravos de limpeza da cana mais um de condução para a moenda não se modificou com a inovação do maquinário. (Cf. FERLINI, 1988, p. 112 e 113). Modificações na limpeza e arrumação da cana para moagem provavelmente só sofreram alterações com a adoção das esteiras automáticas, surgidas no processo de industrialização do final do século XIX.

⁷¹ “Por fim, dado o tipo de mão de obra, a divisão qualitativa do trabalho no interior da plantagem escravista implicava escassa especialização individual. Afóra uns poucos ofícios, entregues ou não a assalariados, a regra geral para os escravos consistia na *intercambialidade* de funções. De acordo com as exigências momentâneas do estabelecimento, o mesmo escravo estaria empenhado nas tarefas agrícolas, no beneficiamento, no transporte ou em qualquer outro setor carente de trabalho de baixa qualificação” (GORENDER, 2011, p. 125, grifo nosso).

os escravos fabris deslocados para tarefas agrícolas as mais diversas⁷². Por mais simples que sejam algumas funções que compõem o engenho, as mudanças desnecessárias de operadores com certeza fragilizariam a continuidade obtida pela engrenagem em um dado momento. Ademais, possíveis atuações de escravos da parte fabril em atividades agrícolas, mesmo na época da safra, poderiam ocorrer como fruto de exações características da escravidão⁷³: após a troca de turnos no engenho, poderiam tais escravos cumprir outras funções numa clara utilização perdulária e dilapidatória de sua força de trabalho. Tal fato, entretanto, ainda não negaria a existência de trabalhadores detalhistas (especialistas) no interior do engenho, contando-se com a hipótese deste escravo retornar diariamente às suas específicas atividades fabris.

A manufatura enquanto força produtiva cuja positividade advém justamente da decomposição do trabalho artesanal, modificando, portanto, o método ou a organização do trabalho, impõe necessariamente a unilateralização do trabalhador a uma função parcial bem como “a transformação do trabalho parcial na profissão por toda a vida de um ser humano” (MARX, 1983, p. 269). As relações escravistas de produção certamente constituem uma particularidade com possíveis efeitos relativizadores sobre tal exigência da manufatura, sem que haja, todavia, uma negação absoluta deste preceito a ponto de afirmarmos tão-somente a existência de uma intercambialidade de funções; a maior flexibilidade para a utilização da força de trabalho proporcionada pela escravidão não pode negar uma exigência imperiosa da força produtiva representada pela manufatura. O intercâmbio constante de funções macularia inevitavelmente a força produtiva do trabalho engendrada pelo trabalhador coletivo combinado.

⁷² “Não é possível, até o presente, saber se os escravos com ocupações especializadas era empregados no plantio e na mondadura quando a moenda não estava em funcionamento. Ao que parece, o esquema temporal de atividades da safra utilizava os cativos diretamente na produção do gênero principal por boa parte do ano, usava essa mão de obra durante um dia de trabalho extremamente longo e integrava seus trabalhadores o mais completamente a todos os aspectos da produção” (SCHWARTZ, 2011, p. 138).

⁷³ A título de exemplo dessas exações pós-jornada, diz Koster: “Alguns senhores seguem o sistema de terminar certas espécies de trabalho durante as primeiras horas da noite, depois de um dia inteiro de labor, destinando-se a fazer farinha de mandioca, amassar barro com os pés para fazer tijolos e telhas, muros, barreiras, carregar tijolos, lenha e mais cousas, duma para outra parte. (...) Soube mesmo que em certas ocasiões o serviço do campo é continuado até meia-noite, à luz de grandes fogueiras acesas em vários pontos do terreno”. Cf. KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, p. 643.

Como a base da manufatura ainda é a artesanidade, os limites ao aumento da produtividade do trabalho são de natureza antropomórfica: a força, a habilidade e a rapidez dos trabalhadores manuais. A parcelização do trabalho – que inclui desde aquelas operações demasiadamente simples até aquelas que requerem habilidades especiais ou conhecimento - busca explorar até o limite o aumento da produtividade de base antropomórfica⁷⁴, limites estes que apenas serão superados com o surgimento da maquinaria (revolução industrial). “A unilateralidade e mesmo a imperfeição do trabalhador parcial tornam-se sua perfeição como membro do trabalhador coletivo” (MARX, 1983, p. 276), diz Marx, afinal, a perda do pleno saber-fazer e a conseqüente estreiteza do trabalhador o torna mais produtivo, produtividade esta inimaginável à luz de uma produção artesanal. Seja em operações parciais mais simples ou mais complexas, a chave para a manufatura aumentar a produtividade do trabalho reside na especialização⁷⁵ da execução de suas diversas operações, dado que a repetição produz um sujeito autômato no seu fazer cotidiano.

As relações escravistas de produção tendiam a restringir a especialização dos trabalhadores caso comparemos com as manufaturas baseadas no trabalho livre, mas tal restrição era apenas parcial. No caso do engenho, os senhores poderiam obrigar os escravos da parte fabril a executar atividades da parte agrícola ou mesmo outras atividades auxiliares. Internamente à parte fabril, ainda que seja possível vislumbrar intercâmbio de funções naquelas mais simples, que não requeriam habilidades especiais no manuseio dos instrumentos, a generalização da intercambialidade de funções tornaria inviável a própria manufatura, o que nos leva a crer que os escravos se especializavam na execução das operações parciais a que eram obrigados a realizar. Podemos concluir que havia sim especialização, ainda que *parcial*, visto que não era

⁷⁴ “Precisamente por continuar sendo a habilidade manual a base do processo de produção é que cada trabalhador é apropriado exclusivamente para uma função parcial e sua força de trabalho é transformada por toda vida em órgão dessa função parcial” (MARX, 1983, p. 269). Quanto maior for a familiaridade do trabalhador com a sua operação parcial, tanto maior será a celeridade com que executa as suas ações. Isto é válido tanto para as operações mais complexas quanto àquelas as mais simples.

⁷⁵ O sentido de especialização neste caso se refere ao detalhismo a que é imposto o trabalhador, seja sua tarefa parcial mais ou menos complexa em termos de habilidade ou conhecimento. Entretanto, o mesmo termo especialização por vezes é utilizado também para designar trabalho parcial complexo, seja por requerer habilidade especial ou determinado grau de conhecimento.

possível ultrapassar os limites *aquém* dos quais inviabilizaria as forças produtivas da manufatura, que exige impreterivelmente execução de operações manuais com grau elevado de destreza e automatismo, apenas atendido com certo grau de especialização do seu executor.

Segundo Cardoso, o baixo grau de especialização era uma marca do escravismo e que traria consequências negativas para a produtividade do trabalho, expressando a atrofia da divisão do trabalho no interior da manufatura trabalhada por escravos⁷⁶. O sentido de especialização levantado aqui pelo sociólogo paulista quer dizer a execução, ainda que continuamente, de um conjunto de tarefas por um mesmo escravo. Ao invés de uma tarefa por escravo, haveria a execução de um conjunto de tarefas por escravos, o que limitaria a produtividade em relação a uma produção manufatureira mais decomposta, onde um trabalhador se especializasse em apenas uma tarefa. A natureza do processo produtivo do açúcar é significativamente distinto do processo produtivo do charque: neste último, um mesmo escravo acumulava um conjunto de tarefas à medida que a sua relação com o objeto de trabalho era imediata, não exigia deslocamentos para que este conjunto de tarefas fosse realizado. Na produção manufatureira do açúcar, diversamente, o objeto de trabalho percorre um processo produtivo complexo que exigiria excessivo deslocamento por parte do escravo, caso este tivesse que executar várias tarefas simultaneamente. Dado a inviabilidade desta hipótese, o acúmulo de diversas tarefas expressaria uma manufatura pouco desenvolvida – como a que ocorreu até meados do século XVII – ou mesmo uma produção artesanal. Nos engenhos baseados numa produção manufatureira bem desenvolvida – surgidos em meados do século XVII e que analisaremos à frente – o grau de divisão do trabalho foi acentuado e, por conseguinte, também o foi a especialização dos trabalhadores parciais, ainda que o escravismo permita a flexibilização do uso da força de trabalho no sentido que vimos acima, tornando a especialização sempre parcial à medida que pode haver rotatividade do escravo responsável pela execução de uma tarefa específica.

⁷⁶ “Com efeito, em Pelotas o controle da produção do escravo era feito de molde a impedir o seccionamento do trabalho. Cada escravo era obrigado a executar um conjunto de tarefas diversas capazes de serem reagrupadas e medidas. Por esse motivo, o mesmo escravo dedicava-se, num mesmo dia, a muitas tarefas diferentes” (CARDOSO, 2011, p. 224).

Ainda que pudesse haver esta rotatividade (intercambialidade de funções), os escravos eram obrigados a executar operações parciais unitárias e não um conjunto de operações, como ocorria na charqueada rio-grandense. Veremos adiante que a concomitância de operações executadas por um mesmo sujeito foi superada com o aprimoramento manufatureiro ocorrido no século XVII, superando a manufatura pouco desenvolvida existente até então.

Ainda segundo Cardoso, a decomposição da produção artesanal *além* de determinados limites seria inviável à produção escravista, pois demandaria um contingente muito grande de escravos e, em se considerando uma produção safrista, os altos índices de produtividade alcançados terminariam pondo este enorme contingente na ociosidade durante a entressafra⁷⁷. A escravidão, portanto, restringia a decomposição da produção de modo a evitar o dispêndio excessivo com a aquisição dos escravos e para evitar o término antecipado da safra, prolongando-a ao máximo. A busca é por economizar mão de obra ao invés de economizar tempo como acontece no capitalismo, cujo objetivo primordial é aumentar a produtividade para restringir o trabalho necessário e baratear as mercadorias. Para chegar a tais conclusões, Cardoso teve como base para comparação a produção dos *saladeros* argentinos cuja produção era baseada no trabalho livre, apreendendo os impactos econômicos negativos em termos de competitividade que o escravismo impunha à charqueada rio-grandense.

Cardoso considera que esses dois aspectos detectados no seu estudo tinham validade para o regime escravocrata de maneira geral, o que impunha limites intransponíveis ao desenvolvimento do capitalismo nas sociedades baseadas no trabalho escravo. No estudo que realizamos a respeito dos engenhos verificamos grau acentuado de divisão do trabalho e de especialização, ainda que sempre parcial à

⁷⁷ “(...) não se podia intensificar o processo de divisão do trabalho, nem tender para a especialização, exatamente porque as condições sociais do trabalho escravo formavam um obstáculo insuperável a esses processos. O empresário capitalista podia organizar a produção de forma a seccionar as operações no processo produtivo, mas isso era impossível no RG. A razão é simples: sendo a preparação do charque uma atividade sazonal, obrigava o charqueador a organizar o processo produtivo de tal forma que se estendesse por todo o ano, para ocupar o escravo permanentemente. Não estimulava, pois, nenhuma forma de organização mais racional do trabalho. Se numa produção sazonal fossem introduzidas técnicas de produção, como o melhor seccionamento das operações requeridas para o fabrico do charque e demais subprodutos, que garantissem maior rapidez na produção, o escravo permaneceria ocioso a maior parte do tempo” (CARDOSO, 2011, p. 223).

medida que intercâmbios poderiam ocorrer na execução das operações parciais. Historicamente o que se verificou foi a intensificação da decomposição do trabalho e o estabelecimento de tarefas simples a serem executadas por trabalhadores que tendiam à especialização, ao detalhismo. O próprio aprimoramento manufatureiro do engenho foi na contramão do acúmulo de tarefas, pois o *layout* dessas unidades fabris exigiria excessivos deslocamentos para o cumprimento de várias tarefas por parte de um mesmo trabalhador, o que surtiria efeitos negativos sobre a produtividade do trabalho. A não existência de engenhos de açúcar baseados em mão de obra assalariada não nos legava base de comparação que permita comprovar empiricamente a sua atrofia em relação à manufatura capitalista, ainda que o cálculo econômico dos plantadores seguisse a mesma lógica dos charqueadores: evitar um plantel excessivo de escravos na safra que ficaria ocioso na entressafra, ainda que a despeito da intensificação da divisão do trabalho. Esta tendência geral da produção mercantil manufatureira baseada no trabalho escravo de restringir a divisão do trabalho e, por conseguinte, a especialização certamente se estende aos engenhos açucareiros, ainda que a particularidade do processo produtivo imponha seus efeitos relativizadores. Nada indica que a “polivalência” restritiva da divisão do trabalho e da especialização ocorresse na planta fabril do engenho, cujas operações parciais eram executadas por trabalhadores específicos, com forte tendência à especialização. A natureza do processo de transformação da matéria-prima é que parece relativizar aquela tendência à restrição da divisão do trabalho e da especialização existente no sistema escravocrata, caso comparado com uma produção semelhante baseada no trabalho assalariado. No decorrer da seção mostraremos o quanto decomposto foi a produção do açúcar com o aprimoramento dos engenhos em meados do século XVII. Mesmo que a produção açucareira relativizasse aquelas tendências apontadas por Cardoso, isso não invalida as suas importantes conclusões sobre as consequências negativas das relações escravistas sobre o desenvolvimento da produtividade no sentido da produção capitalista.

Dando prosseguimento à nossa análise da ilustração (página 4), foquemos agora nossa atenção sobre a extração propriamente dita do caldo da cana-de-açúcar. Apenas em meados do século XVII é que surge um maquinário de extração de caldo criado

especificamente para a cana-de-açúcar. Até então se utilizavam nos engenhos de “máquinas tomadas de empréstimos de outras oficinas rurais, como eram os moinhos de cereais e as prensas” (GAMA, 1979, p. 91). No caso da ilustração de Stradanus verifica-se justamente a utilização de dois tipos de máquinas: um moinho romano (atafona) movido à água e uma prensa de largar-tórculo de tração humana^{78 79}. Mesmo que tais máquinas adaptadas à moagem da cana-de-açúcar na Sicília não tivessem sido utilizadas largamente no Brasil, uma característica geral de todas as adaptações utilizadas era a parca eficiência na extração do caldo, reduzindo bastante a produtividade nesta etapa da produção, pois estas não conseguiam impor suficiente pressão à cana-de-açúcar – incapazes, portanto, de aumentar o índice de extração de caldo por tonelada e proporcionar maior regularidade na operação dessas máquinas. Além disso, a utilização de duas máquinas impunha a necessidade de muita mão-de-obra escrava, tanto para a operação de ambas as máquinas quanto para o deslocamento da matéria-prima de uma para outra, o que aumentava significativamente os custos de produção. Segundo Ferlini, cinco trabalhadores eram envolvidos na etapa de moagem nos primeiros engenhos coloniais: dois no manuseio da moenda de dois rolos horizontais, um para condução do bagaço à prensa, um para operação desta prensa e, por fim, um responsável por retirar o bagaço do recinto. Havia, portanto, uma complementariedade entre as duas máquinas utilizadas para a extração do caldo: a cana que passa pelos rolos horizontais tinha o bagaço prensado nas alçapremas – segue ilustrações abaixo.

⁷⁸ Ver ilustração em GAMA, 1979, p. 95 e 97.

⁷⁹ Segundo Ruy Gama, é mais provável que a extração de caldo nas Américas tenha ocorrido com a utilização de duas outras máquinas tomadas de empréstimos de outros ramos. Tais máquinas seriam a moenda de dois rolos na horizontal, movida à água, e as prensas (alçapremas) de propulsão animal. Em meados do século XVII tais máquinas foram substituídas pela moenda de entrosas (ou palitos), surgidas especificamente para a extração do caldo da cana-de-açúcar.

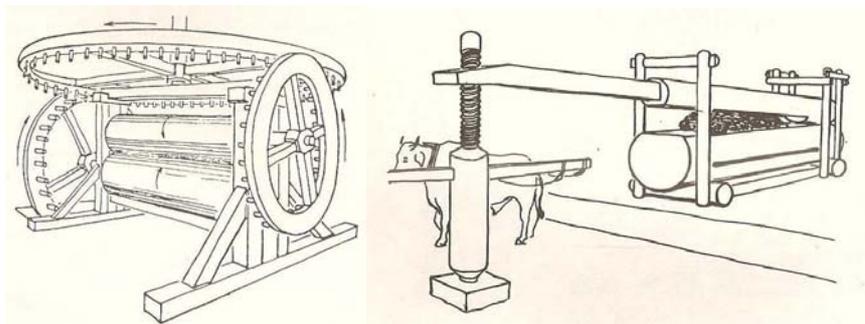


Ilustração 2 – Duplo maquinário para extração de caldo nos primeiros engenhos brasileiros: a cana inicialmente era passada por diversas vezes entre os rolos horizontais da moenda hidráulica, sendo em seguida o seu bagaço prensado na prensa (alçaprema) de tração animal. (Fonte: FERLINI, 1988, p. 110)

A divisão manufatureira do trabalho busca superar ao máximo os poros improdutivos característicos da produção artesanal, onde um mesmo trabalhador executa diversas funções, o que ocasiona perdas com mudanças de ferramentas e mesmo com deslocamentos necessários no interior da oficina. Na manufatura o objetivo precípua é a superação de tais fissuras na produção, vislumbrando tornar o cotidiano do trabalhador o mais contínuo possível, de forma a evitar interrupções no seu fluxo de trabalho. Para que isto seja atingido, busca-se impor ao trabalhador um certo sedentarismo que ponha fim aos descolamentos no ambiente laborativo, de maneira que se mantenha fixo e concentrado na execução de sua operação parcial. O consumo da força de trabalho deve ser constante e contínuo, evitando interrupções que para o capital significa um dispêndio improdutivo da força de trabalho. Como dissemos acima no diálogo com Cardoso, a natureza do processo produtivo de extração de caldo inviabilizava que um mesmo escravo exercesse mais de uma operação, pois isto prejudicaria ainda mais a produtividade da extração de caldo nos primeiros engenhos. Logo, era necessário que cada uma das operações parciais desta etapa de produção fosse desempenhada por um único escravo, evitando desta forma o acúmulo de operações.

Tal continuidade na produção do trabalhador individual deve ser igualmente verificada no trabalhador coletivo combinado, caso contrário, pelo menos alguns órgãos do mecanismo terão suas atividades interrompidas em virtude do rompimento da continuidade na engrenagem geral. Consideremos, portanto, a continuidade do ponto

de vista do indivíduo isolado e a continuidade do ponto de vista trabalhador coletivo combinado. Neste último caso, o conjunto das operações parciais justapostas no espaço da oficina deve ser executado de forma a evitar interrupções na produção como um todo, o que pode ocorrer caso algum membro da engrenagem produza além ou aquém do estabelecido pela experiência em uma dada unidade de tempo⁸⁰; tal descompasso também pode advir do encurtamento acentuado do tempo exigido para o deslocamento do objeto de trabalho, hipótese em que o mecanismo global necessita ser revisado. Portanto, o mecanismo do trabalhador coletivo combinado é maculado sempre que o tempo de trabalho necessário – seja para a execução de alguma operação parcial ou para a passagem do objeto de trabalho de um trabalhador para o outro - em algum ponto do mecanismo global não corresponder às expectativas vigentes num dado momento. Nas palavras de Marx:

Estabelecer e manter a conexão entre as funções isoladas requer transporte ininterrupto do artigo de uma mão para outra e de um processo para outro. Do ponto de vista da grande indústria, isso se apresenta como uma limitação característica, custosa e imanente ao princípio da manufatura. (...) O tempo de trabalho necessário para alcançar o efeito útil ambicionado em cada processo parcial é fixado de acordo com a experiência e o mecanismo global da manufatura baseia-se no pressuposto de que em dado tempo de trabalho um resultado dado é obtido. (1983, p. 273)

O caso dos primeiros engenhos não é diferente: a articulação precisa entre as diversas operações parciais é fundamental para a continuidade da produção do açúcar. Entretanto, segundo Ferlini, especificamente na etapa de extração de caldo, esta continuidade era bastante prejudicada em função da necessidade de utilização de duas máquinas. Isso ocorria pelo fato da matéria-prima ter que ser deslocada da moenda horizontal para as alçapremas, ao invés da extração ocorrer em uma única máquina. Além do transporte ferir bastante o fluxo contínuo almejado, a própria operação das máquinas não contribuía neste sentido: o sistema de rolos horizontais apenas era alimentado de um lado, exigindo a transferência do bagaço de trás para frente, o que

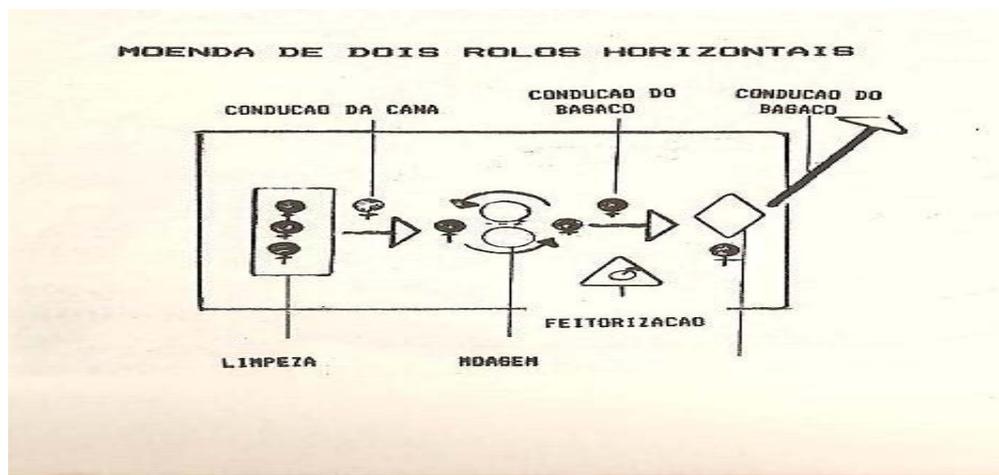
⁸⁰ Veremos mais à frente que o rigor na determinação do *quantum* de produtos em função do tempo é relativizado na manufatureira açucareira, mesmo nas suas formas mais aperfeiçoadas. Isto se reflete diretamente na continuidade do processo produtivo, sempre marcado pela contingência – logo, descontinuidade.

prejudicava bastante a produção num ritmo contínuo e aumentava excessivamente os custos de produção, afinal de contas, duas forças de trabalho tinham que ser direcionadas para a operação de uma única máquina cuja a eficiência era bastante reduzida; o próprio controle coercitivo por parte dos feitores de moenda era dificultado nestas condições técnicas, já que deslocamentos excessivos de trabalhadores sempre implica na possibilidade dos mesmos remançarem na execução de suas atribuições, exigindo, portanto, maior atenção por parte daqueles cuja responsabilidade é exigir intensidade e continuidade ao trabalho alienado⁸¹. As alçapremas, por sua vez, eram movidas por uma dupla de bois e sua operação final era bastante morosa, contribuindo também para tornar a continuidade bastante sofrível. Somente com o advento das moendas de três rolos na vertical durante o século XVII é que a moenda adquiriu maior continuidade e produtividade, como veremos mais à frente.

Em síntese, do ponto de vista dos indivíduos escravos que compunham as primeiras moendas, a execução de suas operações parciais era comumente interrompida por descompasso no fornecimento de matéria-prima entre os pontos que compõem o mecanismo completo de moagem, seja por efeito de atraso na produção em si (lentidão e ineficiência das máquinas adaptadas) ou pelos lapsos ocorridos em virtude do excesso de deslocamentos necessários. Já do ponto de vista do mecanismo como um todo – recortando analiticamente a etapa de moenda –, o pré-estabelecimento rígido do tempo necessário à execução de todas as operações parciais, assim como do tempo necessário aos deslocamentos, era bastante frouxo, flexível; por mais que a coerção do feitor necessariamente impusesse um certo grau de continuidade, a débil eficiência das máquinas empregadas e a excessiva necessidade de deslocamentos possivelmente ocasionavam oscilações significativas no tempo de trabalho necessário a toda etapa da moagem⁸². Nesse sentido, por tudo o que foi dito acerca da etapa de moagem, pode-se concluir que esta nascente manufatura é pouco desenvolvida.

⁸¹ “A fim de obter dos escravos o esperado rendimento no trabalho, era preciso dispor de feitores e capatazes que os vigiassem e castigassem imediatamente, no caso de negligência. Esses feitores e capatazes não eram agentes da produção, mas representavam uma despesa, fossem escravos ou assalariados” (GORENDER, 2011, p. 103).

⁸² Partimos aqui da anatomia do homem para se compreender a anatomia do macaco, parafraseando Marx. Em outros termos, a continuidade mais rígida existente na casa de moenda dos engenhos



Como na ilustração, a alimentação da moenda de dois rolos horizontais requeria o deslocamento do bagaço de trás para frente da máquina, o que proporcionava quebra na continuidade do processo de trabalho almejado pelo capital. Além disso, o deslocamento do bagaço para a prensa (alçaprema) representa um outro gargalo ao fluxo contínuo da manufatura. Ilustração 3 – (Fonte: FERLINI, 1988, p. 112).

Finalmente chegamos à etapa de cozimento do caldo. Nesta, evidencia-se mais uma vez o quanto a manufatura açucareira ainda estava imatura, possuindo apenas duas caldeiras para a purificação, evaporação e cozimento do caldo. Apesar desta parca multiplicação de recipientes - que demonstra uma divisão do trabalho ainda pequena, em *status nascendi* -, a existência de duas caldeiras - e não de apenas uma - já evidencia a multiplicação de recipientes tendo em vista proporcionar maior continuidade ao processo. Com duas caldeiras o fluxo (ou vazão) de caldo já é maior à medida que a purificação/evaporação na primeira caldeira conduz o mel para o cozimento na segunda, liberando a primeira, por conseguinte, para o recebimento de mais caldo a ser purificado e evaporado. Nas palavras de Ruy Gama:

A multiplicação das tachas parece ser a primeira solução técnica adequada à passagem da produção artesanal - ainda existente em nossos pequenos engenhos rapadureiros - para a produção manufatureira. Operando com uma única tacha, o engenho libera uma partida de massa a cada três ou quatro

aprimorados do final do século XVII - que estudaremos mais à frente - são as "lentes" que utilizamos para a compreensão destes primeiros engenhos. Não se trata de julgá-los à luz do mais desenvolvido, mas sim de desvendar suas características marcantes a partir da comparação com aquele.

horas. Com o uso de duas ou mais esse tempo de espera pode diminuir e a produção vai tendendo para um fluxo contínuo (GAMA, 1983, p. 91).

A duplicação das caldeiras já proporciona ganho na produtividade pelo fato de que o tempo ocioso nas demais etapas é reduzido: com uma só caldeira o tempo total de cozimento (de 3 a 4 horas) seria quase sinônimo de interrupção dos trabalhos antecedentes (limpeza e moagem da cana). Com a duplicação das caldeiras, diferentemente, pode-se supor que a matéria-prima permaneça a metade do tempo (1:30 a 2 horas) em cada uma delas, fato que permite a liberação da primeira caldeira para o recebimento de mais caldo de forma antecipada – mantendo-se, por conseguinte, a moagem ininterruptamente, mesmo que numa intensidade controlada para evitar excesso de caldo. Em outros termos: a baldeação de uma caldeira para outra permite que o objeto de trabalho legado pela moenda seja despejado na primeira caldeira, o que aciona novamente a produção de caldo que alimentará a cozinha cerca de duas horas depois. Surge a simultaneidade⁸³ das operações que contrasta com a interrupção temporária da moagem durante boa parte do tempo em que o caldo permanecia nas caldeiras, aspecto característico de uma produção artesanal onde o fator tempo não joga peso decisivo sobre a fabricação.

Na produção artesanal das engenhocas de rapadura, a existência de uma única caldeira permite que o mesmo trabalhador acumule diversas funções, pois enquanto o caldo coze por três ou quatro horas, pode ele limpar a cana ou mesmo ajudar na moagem. Neste caso a divisão do trabalho inexistente ou é bastante flexível (na hipótese de uma produção familiar), não havendo a unilateralização do trabalhador detalhista que proporciona o aumento da produtividade do trabalho. Ademais, a descontinuidade da produção é a regra: não há a simultaneidade na execução das operações parciais nem o fluxo contínuo do objeto de trabalho por suas etapas sucessivas, espacial e temporalmente distintas. A chegada do objeto de trabalho a uma certa etapa do

⁸³ “A observação de determinado *quantum* de matéria-prima (...) mostra que ela percorre, nas mãos de diferentes trabalhadores parciais, uma seqüência cronológica de fases de produção até chegar a sua figura final. Mas se observarmos pelo contrário a oficina como um mecanismo global, vemos que a matéria-prima se encontra simultaneamente em todas as suas fases de produção de uma vez. (...) De uma sucessão no tempo, os diversos processos graduais transformam-se em uma justaposição no espaço. Daí o fornecimento de mais mercadorias no mesmo período de tempo”. (MARX, 1983, p. 273)

processo produtivo interrompe as atividades antecedentes por determinado tempo, a ponto de permitir que o “cozinheiro” execute outras operações nesta grande paralisação da produção. Temos aqui a figura clássica de um artesão, participando integralmente do processo produtivo de um valor de uso.

Nestes primeiros engenhos - representados pela figura de Stradanus - podemos afirmar que já havia proporcionalidade entre o conjunto de operações parciais desempenhados na moenda e na cozinha, mesmo que ainda significativamente prejudicada pela descontinuidade. Em regra, o tempo necessário para a produção de caldo suficiente para o abastecimento das caldeiras estava em simetria à capacidade da cozinha beneficiar completamente a matéria-prima. Em outros termos: o *quantum* de caldo produzido em uma dada fração de tempo era suficiente para manter as duas caldeiras cheias, mantendo-se o trabalho na moenda numa intensidade suficiente para atender à cozinha de acordo com suas reais necessidades – evitando a falta de caldo ou o seu excesso, o que é prejudicial em função de sua alta perecibilidade. Moagem e cozimento são duas “Operações diferentes [que] necessitam, entretanto, de períodos desiguais de tempo e fornecem, por isso, em períodos iguais, quantidades desiguais de produtos parciais” (MARX, 1983, p. 273). Apesar de existente, a proporcionalidade quantitativa entre as operações qualitativamente distintas era rompida principalmente em virtude da etapa de moagem, que, como vimos, tinha neste momento maior dificuldade em garantir o fluxo contínuo da produção. Na moagem residia o gargalo destes primeiros engenhos, o que decorria do maquinário adaptado com baixa eficiência e elemento proporcionador de descontinuidades excessivas.

Vale dizer também que nestes primeiros engenhos o mestre do açúcar ainda executava as operações manuais componentes do cozimento do caldo, contando com o auxílio de um ajudante – provavelmente um trabalhador livre. O saber-fazer acumulado pelo mestre ainda não havia sido materializado numa seqüência produtiva de propriedade do plantador, seqüência esta que o despojará do trabalho manual que será dividido em operações parciais e entregues aos escravos, restando-lhe a observação e a atuação em todas as etapas do processo de cozimento como trabalhador qualificado – dotado de conhecimentos aos quais os escravos eram alijados. Neste momento o

cozimento do caldo ainda está muito próximo da produção artesanal, desempenhando o mestre o conjunto de operações parciais ainda unificado.

A divisão do trabalho existente neste período pode ser considerada ainda como pouco desenvolvida, caso comparemos com os engenhos existentes da segunda metade do século XVII em diante. O simples fato de todo o processo produtivo ser realizado em um mesmo espaço físico demonstra arquitetonicamente a imaturidade da manufatura, ainda incapaz de separar as etapas da produção em espaços físicos diferenciados. Todavia, alguns pontos já existentes nos primeiros engenhos devem ser frisados:

1. a divisão manufatureira do trabalho especializou – ainda que parcialmente – os trabalhadores, unilateralizando-os como órgãos do trabalhador coletivo combinado. Em se tratando de mão-de-obra escrava, significa dizer que os escravos já se inseriram na produção como membros daquele mecanismo;
2. o contingente relativamente alto de trabalhadores expressa significativa divisão do trabalho tendo em vista a maximização da produtividade do engenho, pois quanto maior o desmembramento do trabalho tanto maior será a sua produção diária;
3. a existência de duas caldeiras indica que a divisão do trabalho no cozimento garante maior continuidade ao mecanismo, evitando as paralisações da etapa antecedente tal como numa produção artesanal. Maior continuidade está diretamente relacionada à simultaneidade na execução das operações parciais, produzindo-se continuamente objeto de trabalho suficiente e necessário para o trabalhador seguinte do mecanismo global;
4. há uma relativa simetria entre a capacidade de extração de caldo pelas máquinas adaptadas à cana-de-açúcar e a capacidade de beneficiamento nas caldeiras, *evitando descontinuidades estruturais* entre esses dois momentos da produção do açúcar.

Tais pontos dão relevo ao caráter manufatureiro dos primeiros engenhos. Serão eles novamente e melhor desenvolvidos a seguir, inclusive expondo-se aspectos que demonstram a imperfeição mesmo da mais aperfeiçoada manufatura açucareira. A análise da forma mais desenvolvida certamente proporciona uma riqueza de detalhes que nas formas mais primitivas apenas podem ser tateadas.

3.2 Inovação tecnológica e aprimoramento manufatureiro no século XVII

Diz Marx em O Capital que o período manufatureiro logra êxito na busca por reduzir o tempo de trabalho necessário à produção da mercadoria fundamentalmente em função da divisão do trabalho, mas que esporadicamente também chegou a “desenvolver a utilização de máquinas, sobretudo para certos processos iniciais simples que têm de ser executados massivamente e com grande emprego de força” (MARX, 1983, p. 275). Como vimos acima, o emprego de máquinas rústicas adaptadas de outras oficinas para a extração de caldo data desde os primeiros engenhos brasileiros surgidos ainda no século XVI. Tais adaptações, entretanto, não extraíam de forma satisfatória o caldo da cana, além do duplo procedimento quebrar significativamente a continuidade da manufatura, exigindo deslocamentos excessivos e uma quantidade exagerada de trabalhadores escravos. A própria complexificação da divisão do trabalho na etapa de cozimento do caldo estava presa às limitações da etapa de moagem, impossibilitando a intensificação da decomposição das operações de cozimento em uma circunstância de carência de matéria-prima proporcionada por seu antecedente temporal – moagem. Neste sentido, Ruy Gama conclui que “a *atividade crítica*, naqueles engenhos, era a moagem” (GAMA, 1983, p. 91), marcada por baixa eficiência, descontinuidade e excesso de custos de produção com força de trabalho escrava utilizada em deslocamentos.

Essas dificuldades são superadas no decurso do século XVII quando surge o sistema de entrosas – também conhecido como moenda “palitos”⁸⁴. Trata-se de uma moenda criada especificamente para a cana-de-açúcar, pondo fim aos problemas até então existentes nesta etapa da fabricação. O êxito deste novo maquinário para a manufatura açucareira se expressa no longo período quando sua utilização foi absoluta, desde o século XVII adentrando pelo século XIX. Discorrendo sobre essa inovação tecnológica, diz Gorender:

Diante da demanda crescente de açúcar no mercado europeu, configurava-se um gargalo tecnológico, rompido, afinal, por volta de 1610, pela introdução da moenda de três cilindros verticais de madeira com ‘entrosas’ (...) A moagem se tornou mais rápida e se podia espremer a cana duas vezes, por ambos os lados, com pouco gasto de trabalho. (...) A nova moenda prevaleceu e difundiu-se por exigir menor investimento e ser mais produtiva (GORENDER, 2011, p. 136).

Importante atentar para o momento histórico em que tal moenda surge e se dissemina, momento este marcado pelo monopólio português da comercialização do açúcar no mercado europeu, o que garantia lucros exorbitantes para os comerciantes e muitos dividendos para a Coroa lusitana⁸⁵.

⁸⁴ “Sua invenção é atribuída a Gonzales de Velosa, senhor de engenho em Hispanhola no século XVI, mas teria chegado ao Brasil procedente do Peru, trazida por um padre espanhol, no início do século XVII”. (GAMA, 1983, p. 125)

⁸⁵ O primeiro século foi de prosperidade para o açúcar brasileiro e durou até meados da segunda metade do século XVII, sendo seguido por um período de forte decadência intensificado pelo fluxo de capitais e trabalhadores para as recém descobertas Gerais. Sobre as causas desta decadência, diz Ferlini: “Mas à continuidade ininterrupta de desenvolvimento que caracterizou o século XVI, seguiu-se um século de ritmos desiguais. Para Eric Hobsbawn, o século XVII teria gerado um novo colonialismo, marcado acentadamente pela expansão da produção, objetivando o aumento do consumo de açúcar na Europa (pela baixa de preços) e do mercado colonial (as colônias transformavam-se em compradores dos produtos metropolitanos). Essa fórmula teria sido magistralmente executada pela Inglaterra. As outras potências teriam persistido no velho sistema mercantil e não teriam auferido as vantagens do colonialismo” (FERLINI, 1988, p. 62). O açúcar brasileiro passa a encontrar dificuldade de inserção no mercado europeu cada vez mais fechado em decorrência dos monopólios coloniais dos ingleses e franceses. Além desta restrição à circulação característica da política mercantilista, nos demais mercados não monopolizados da Europa o açúcar brasileiro encontra dificuldade de inserção por motivos econômicos: os preços praticados pelas nações comerciais concorrentes eram mais baixos, o que decorria de custos de produção e circulação menores. Desde então a posição do açúcar brasileiro se tornou marginal no mercado europeu, tendo que praticar preços que tornavam o negócio do açúcar pouco atrativo. As exceções desta regra existiam quando do desmantelamento parcial da produção ou circulação do açúcar antilhano, seja por guerras de independência, revoltas escravas ou conflitos internos ao espaço europeu.

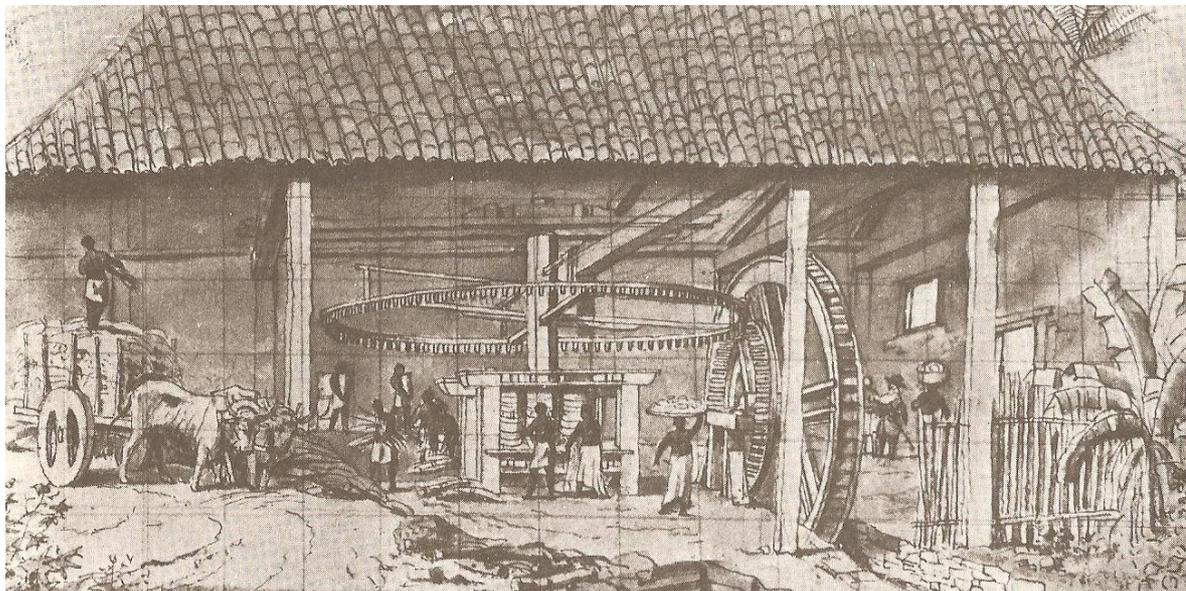


Ilustração 4 – Moenda de entrosas movidas à força hidráulica. A altura dos rolos verticais estava diretamente relacionada à estatura dos operadores escravos (Fonte: GAMA, 1983, p. 124).

A positividade desta moenda advinha do aumento da produtividade somada à diminuição do contingente de trabalhadores envolvidos nesta etapa. Suprimiu-se a necessidade de mão-de-obra para a condução do bagaço de uma máquina para outra, bem como do operador da prensa (alçaprema), pois esta segunda máquina deixou de ser necessária. Como mostramos anteriormente, cinco trabalhadores eram envolvidos com a moagem no antigo processo, sendo dois desses suprimidos com a moenda vertical, restando, portanto, três trabalhadores escravos⁸⁶. Ademais, como veremos à frente, a dupla de escravos envolvida com a passagem da cana nos antigos rolos horizontais sofrerá uma modificação importantíssima: neste antigo sistema, o primeiro escravo que colocava os roletes entre os rolos horizontais da moenda se mantinha num

⁸⁶ Vale comentar que na descrição feita por Antonil apenas se menciona o trabalho de escravas na casa de moenda. Segue abaixo uma citação sua que explicita bem quantas eram e quais eram as suas funções: “As escravas de que necessita a moenda, ao menos, são *sete* ou *oito*, a saber: três para trazer [limpar] a cana, uma para a meter, outra para passar o bagaço, outra para consertar e acender as candeias, que na moenda são cinco (...) e outra, finalmente, para botar fora o bagaço, ou no rio, ou na bagaceira, para se queimar a seu tempo” (ANTONIL, 1997, p. 112). Além dessas sete mulheres, somemos a figura do feitor de moenda (homem livre), totalizando oito pessoas envolvidas com a atividade de moagem. As mulheres também tinham participação massiva no processo de purgação do açúcar. A respeito da divisão sexual do trabalho imposto pelos senhores à parte fabril do engenho, diz Schwartz: “A divisão sexual do trabalho refletia as variações nas necessidades de força e precisão, com os homens designados para as tarefas que demandavam a primeira dessas exigências e as mulheres, a segunda. Fica evidente, porém, que as mulheres eram parte essencial da força de trabalho cativa e exerciam ocupações cruciais para o processo” (SCHWARTZ, 2011, p. 138).

precário ritmo contínuo de utilização de sua força de trabalho, sempre a espera do bagaço a ser trazido por seu parceiro de engrenagem; o segundo escravo, por sua vez, executava uma operação que exigia constantes deslocamentos do bagaço para a sua re-introdução na moenda⁸⁷.

Antes de diferenciar o processo de trabalho relacionado à moenda de entrosas, vale a pena pensar com maior profundidade o processo de trabalho nas moendas horizontais. Nestas últimas, com o intuito de evitar que o primeiro escravo tivesse a necessidade de despender sua força de trabalho com deslocamento, o que prejudicaria ainda mais a continuidade de sua operação, o segundo escravo especializa-se no transporte (baldeação) do bagaço; com isso, o poro improdutivo existente na extração de caldo de modo artesanal é superado, surgindo uma divisão do trabalho capaz de realizar o seguinte aspecto atentado por Marx: “O aumento da produtividade se deve aqui ao dispêndio crescente de força de trabalho em dado espaço de tempo, portanto crescente intensidade de trabalho *ou decréscimo do dispêndio improdutivo da força de trabalho*” (MARX, 1983, p. 270). O primeiro escravo deixa de se deslocar – dispêndio improdutivo de força de trabalho – e se torna fixo na sua tarefa de alimentar a moenda com roletes e bagaço, agora constantemente trazido por seu companheiro de turno. O segundo escravo, por sua vez, não produz matéria-prima (caldo) a partir do manuseio do seu objeto de trabalho (bagaço), porém é igualmente produtivo à medida que participa do mecanismo do trabalhador coletivo, tornando a produtividade do trabalho muito maior do que na hipótese artesanal – onde aquele que põe o rolete entre os rolos é o mesmo que se desloca para trás a fim de trazer o bagaço para frente, para ser re-introduzido. Apesar deste ganho caso comparado com a extração artesanal, o sistema das primeiras moendas ainda padecia de exígua produtividade, alto custo de produção e falhas na continuidade do processo de trabalho.

O sistema de entrosas proporcionou o aumento da produtividade do trabalho tanto pela maior eficiência do maquinário⁸⁸ quanto pelo ganho em termos de

⁸⁷ Cf. ilustração da página 11 deste trabalho.

⁸⁸ As informações a respeito da quantidade de vezes que a cana passava entre os rolos do sistema de entrosas são bastante desconstruídas entre os autores que utilizamos para este texto. No entanto, é consenso entre todos eles o ganho de eficiência representado por esta nova moenda em relação às

continuidade do processo de trabalho. À positividade da máquina-ferramenta somou-se o benefício advindo de mudanças na organização do trabalho, que apenas se fizeram possíveis em virtude daquele aperfeiçoamento técnico-produtivo. Significa dizer que a força produtiva social do trabalho deve sempre ser pensada em conjunto, mesmo que analítica e temporariamente possamos decompor o meio de trabalho do seu método de trabalho concomitante. Atenhamo-nos à organização do trabalho aperfeiçoada pela moenda de entrosas. O novo maquinário altera profundamente o cotidiano de trabalho do segundo escravo, antes responsável por apenas baldear o bagaço. Agora, este escravo torna-se igualmente fixo diante da moenda, com a atribuição de repassar o bagaço entre os rolos. Não se restringe a baldear o objeto de trabalho para o escravo da frente introduzi-lo entre os rolos, pois agora ele mesmo produz alterações no objeto de trabalho a ponto de produzir matéria-prima (caldo). Antes sua participação para a produção do caldo era indireta, figurando como um trabalhador produtivo por ser partícipe de um mecanismo de produção; agora, sua participação neste mecanismo se dar de forma diretamente produtiva, como um órgão que produz matéria-prima na execução de sua operação parcial. Em termos de conjunto, a supressão da necessidade de meramente baldear o bagaço torna o trabalho mais contínuo e intenso à medida que o mecanismo da nova moenda coage por si só os operadores à execução de suas operações, um *pari passu* ao outro sob pena de interromper o processo⁸⁹. Esta maior continuidade sedentária, por conseguinte, destrói “a tensão e o impulso dos espíritos vitais, que encontram sua recreação e seu estímulo na própria mudança de atividade” (MARX, 1983, p. 270).

anteriores. Ademais, a eficiência do sistema de entrosas variava em virtude da força motriz utilizada: hidráulica ou animal. Sobre esta diferença, diz Ruy Gama: “(...) um engenho de almanjarras, trabalhando 24 horas, produzia 30 arrobas de açúcar, e que, no mesmo tempo, um engenho d’água produzia de 40 a 70 arrobas. (...) As moendas tracionadas por bois, animais fortes mas morosos, girava lentamente. (...) Com a roda d’água o problema era exatamente o oposto. Era preciso reduzir sua velocidade” (GAMA, 1983, p. 133).

⁸⁹ Como visto na nota anterior, a intensidade do trabalho dos escravos “metedeiros” também estava diretamente relacionada à força motriz utilizada para acionar a moenda. Na hipótese de uma moenda d’água, a maior velocidade desta exigia ações muito mais rápidas dos escravos, num processo de trabalho repetitivo e enfadonho que conduzia os escravos à exaustão mais rapidamente.

Em síntese, o aumento da produtividade advém da maior eficiência do meio de produção e do processo de trabalho a ele associado, ocasionando uma força produtiva inovadora em relação àquela anteriormente existente. Vejamos na ilustração abaixo:

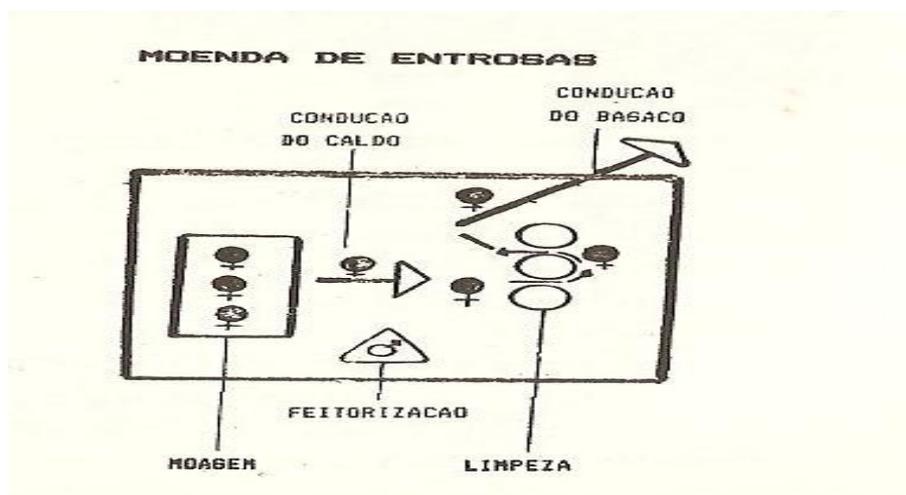


Ilustração 5 – Escravo que repassa o bagaço torna-se tão fixo quanto o escravo da frente, o que proporciona ganhos de produtividade em virtude da maior continuidade imprimida ao processo de trabalho (Fonte: FERLINI, 1988, p. 112).

O novo maquinário traz consigo esta capacidade inovadora de coagir por si só os escravos ao trabalho num ritmo contínuo, sem que haja, contudo, a supressão da necessidade de feitorização. Como ficará claro mais à frente, a determinação da intensidade de alimentação da moenda com roletes de cana era uma responsabilidade do feitor de moenda, sempre atento às reais necessidades de matéria-prima por parte da casa de caldeiras (cozinha). À coação mecânica e impessoal da máquina-ferramenta se somava, portanto, a coerção física do feitor, sempre atento às possíveis quebras de intensidade desejada para a produção. A figura do feitor é um clássico exemplo de *trabalhador improdutivo* cuja existência não é intrínseca ao trabalhador coletivo combinado, mas sim à sua forma histórica baseada em relações de produção antagônicas; sua existência não se justifica como uma necessidade da organização coletiva do trabalho, mas sim porque “o motivo que impulsiona e o objetivo que determina o processo de produção (...) é a maior autovalorização do capital, (...) a maior exploração possível da força de trabalho” (MARX, 1983, p. 263) pelo escravista. “Com a massa dos trabalhadores ocupados ao mesmo tempo cresce também sua resistência e

com isso necessariamente a pressão do capital para superar essa resistência” (MARX, 1983, p. 263).

Nas relações escravistas de produção os custos existentes com vigilância da força de trabalho são maiores do que em qualquer modo de produção que não se utilize de mão de obra servil, pois, em tais relações, “a oposição do trabalhador ao explorador se manifesta (...) sob o aspecto de *oposição ao próprio trabalho*” (GORENDER, 2011, p. 104). Para os escravos que executavam funções baseadas em força bruta e não na habilidade ou saber, como era o caso de todas as funções desempenhadas na casa de moenda, o rendimento estava diretamente relacionado aos castigos que lhes eram aplicados pelos feitores, já que “O alto grau de ansiedade não prejudica o rendimento, antes o favorecia” (GORENDER, 2011, p. 104). Para atividades que requeressem maior habilidade ou saber⁹⁰, esta ansiedade provocada pelo feitor não surtia efeitos positivos para a produtividade, sendo necessário se estabelecer “prêmios à produtividade e promessa de manumissão” (GORENDER, 2011, p. 104). Apesar da manufatura orgânica açucareira ter usurpado intencionalmente dos escravos da cozinha sua dimensão cognitiva acerca da matéria-prima por eles trabalhada, como veremos mais à frente, as operações por eles executadas ainda exigiam habilidade no manuseio das ferramentas, o que impelia os senhores a se utilizarem *também* da estratégia do estímulo à produtividade. Uma destas estratégias era o estabelecimento de tarefas ou cotas diárias para cada escravo, a partir das quais estaria liberado para o cultivo de bens de subsistência. Antonil menciona, por exemplo, que cada caldeireiro deveria escumar três caldeiras de caldo e cada tacheiro deveria “cozer e bater tanto açúcar quanto é necessário para encher uma venda de formas, que vem a ser quatro ou cinco formas” (ANTONIL, 1997, p. 119). Ainda que estas cotas diárias servissem de estímulo à produção, o tempo efetivo de trabalho era muito mais determinado pelo próprio processo de produção do que pela celeridade do escravo. A tecnologia utilizada no

⁹⁰ “Para obter maior rendimento do trabalho escravo nas cidades (onde a estrutura econômica exigia a especialização de artífices), a sociedade escravista transformou em artesão o escravo que antes era força bruta em geral, apto apenas para o trabalho indiferenciado. (...) Assim os senhores, ainda que tivessem exclusivamente o intuito de explorar o escravo, revalorizavam, socialmente, de fato, a condição do escravo-artesão. A realização pelo escravo de um tipo mais complexo de trabalho criava, portanto, a possibilidade do reconhecimento social da existência humana do escravo” (CARDOSO, 2011, p. 181).

fabrico limitava a velocidade do escravo e estendia a jornada por mais de nove horas, independentemente da sua disposição para cumprir as tarefas o mais rápido possível.

A distribuição de resíduos reaproveitáveis do fabrico do açúcar também era uma forma dos senhores estimularem os escravos, buscando-lhes a cooperação. Vejamos abaixo uma citação de Antonil que explica como se dava a distribuição dos “claros”, última espuma das meladuras, que pode ser considerada uma forma de prestigiar os escravos da cozinha e outros cuja vigilância direta era difícil. Diz Antonil:

Os claros, ou última espuma das meladuras, que, como temos dito, servem para a garapa dos negros, se lhes repartem alternadamente por esta ordem. No final de uma tarefa, se dão aos que assistem na casa das caldeiras e nas fornalhas; no fim de outra tarefa, se dão às escravas que trabalham na casa da moenda; e depois desta, se dão aos que buscam caranguejos e marisco, para se repartirem, e aos barqueiros que trazem a cana e a lenha ao engenho. E sempre se repete a distribuição com a mesma ordem, para que todos os que sentem o peso do trabalho cheguem a ter o seu pote, que é a medida com que se reparte este seu desejado néctar e ambrósia. (ANTONIL, 1997, p. 124)

Os primeiros a receber as claras eram justamente os escravos envolvidos na fabricação do açúcar, cujas operações exigiam habilidade no manuseio das ferramentas, sendo seguidos por outros trabalhadores da parte fabril – moenda e fornalhas – cujos trabalhos não requeriam maiores habilidades. Supomos daí que havia um interesse em diferenciar os escravos do engenho (parte fabril) dos escravos de partido, aqueles envolvidos na parte agrícola. O *status* diferenciado certamente surtia efeito ideológico positivo para o plantador, restringindo o uso do látigo entre os escravos da parte fabril diferentemente do tratamento dispensado aos trabalhadores agrícolas⁹¹. Quanto aos demais escravos que recebiam as claras, observemos que todos eles executavam suas funções em locais de difícil vigilância, como nos mangues ou nos rios; Koster também menciona tais benesses para os escravos que conduziam as canas dos partidos para o

⁹¹ Vale apenas acrescentar que as claras recebidas por aqueles escravos eram muito utilizadas como moeda de troca junto aos escravos agrícolas: “(...) e desta espuma tomam os negros para fazerem sua garapa, que é a bebida de que mais gostam e com que resgatam de outros seus parceiros farinha, bananas, aipins e feijões (...)” (ANTONIL, 1997, p. 121).

engenho nos carros de boi, trabalho bastante difícil e que seria inviável economicamente se manter um feitor para vigiá-lo⁹².

Voltemos às modificações provocadas pelas moendas verticais. Como ambos operadores “permaneciam fixos em frente à moenda, um de cada lado, repetindo milhares de vezes ao dia os mesmos movimentos” (FERLINI, 1988, p. 118), o trabalho deles adquiria maior continuidade à medida que os poros (descontinuidades) então existentes são dissipados, aumentando, por conseguinte, a produtividade do trabalho com a supressão do desperdício de tempo. “O resultado do trabalho de um constitui o ponto de partida para o outro”, logo, “Um trabalhador ocupa, portanto, diretamente o outro” (MARX, 1983, p. 273); um constrange o outro ao trabalho na mesma intensidade para se evitar o descompasso. A constância das operações repetitivas em alta intensidade aliada às longas jornadas de trabalho ocasionava sonolência entre os escravos, tal como relata Antonil:

O lugar de maior perigo que há no engenho é o da moenda, porque, se por desgraça a escrava que mete a cana entre os eixos, *ou por força do sono, ou por cansada*, ou por qualquer outro descuido, meteu desatentamente a mão mais adiante do que devia, arrisca-se a passar moída entre os eixos, se lhe não cortarem logo a mão ou o braço apanhado, tendo para isso junto da moenda um facão (...) *E este perigo é ainda maior no tempo da noite, em que se mói igualmente como de dia*, posto que se revezem as que metem cana por suas esquipações, particularmente se as que andam nesta ocupação forem boçais ou acostumadas a se emborracharem (1997, p. 112, grifos nossos).

À medida que o novo maquinário gera uma maior continuidade e intensidade do trabalho – satisfazendo o anseio do capital mercantil por aumento da produtividade – ele se torna concomitantemente mais enfadonho e cansativo para os trabalhadores escravos. Reduzem-se as possibilidades de tempo “recreativo” durante a longa jornada de trabalho, já que aqueles poros – descontinuidades – existentes no antigo mecanismo dão lugar a uma utilização contínua e intensa da força de trabalho em benefício da acumulação de capital. A nova engrenagem facilita o controle dos feitores sobre os

⁹² “Os negros que conduzem os carros gozam de certas indulgências de que não são favorecidos seus companheiros, pelo grande trabalho que a profissão exige e pelas contínuas dificuldades e perigosa que se expõem quando os carros viram ou os bois se enfurecem. Em todos os trabalhos atinentes a um engenho, a falta do auxílio mecânico para atenuar o esforço do homem deve ferir a observação de toda pessoa que tenha hábito de vê-los e prestar-lhes a necessária atenção” (KOSTER, 2002, p. 548).

escravos, afinal, para estes últimos torna-se muito mais difícil remanchar em suas operações – o que era muito mais factível de ocorrer no mecanismo anterior marcado por deslocamentos sucessivos.

A subordinação do trabalho pelo capital é intensificada, mesmo que dentro dos limites próprios da manufatura: a capacidade humana de produção. Assim, a nova maquinaria permite que o capital se imponha sobre os escravos exigindo ritmos até então impensáveis de trabalho, entretanto, sua base antropomórfica fica evidente quando o próprio trabalhador é sugado pelo meio de trabalho. Demonstra-se ao capital nesses casos absurdos que diante da moenda ainda existem seres humanos, que por mais autômatos que se tornem não podem superar os limites do trabalho manual. A estafa resultante da intensidade do trabalho e do prolongamento da jornada configura-se como uma barreira trágica para o capital, sempre ávido por intensificar o trabalho e prolongar a jornada. Não havia ainda, portanto, condições técnicas para que o capital superasse tais limitações, emancipando a produtividade do trabalho de sua barreira humana – manual. Ruy Gama menciona outro limite antropomórfico ao aumento da produtividade na moenda de entosas. Diz ele:

(...) *barreira antropométrica*. É que a moenda vertical só permitia a alimentação numa faixa de 1,00 a 1,60m de altura, vinculada à *altura* média do operador. De nada adiantaria agigantar a moenda com rolos de 2 ou 3m de altura, mas inaproveitáveis acima da altura acessível a um escravo (GAMA, 1983, p. 183).

A nova maquinaria estava estreitamente vinculada ao trabalho manual que colocava empecilhos para seu crescimento⁹³, pois seu tamanho vertical (área de alimentação) era determinado pela estatura média do escravo; para além disso, tornar-se-ia um investimento de capital inócuo, sem retorno econômico. Não obstante o recrudescimento da subsunção do trabalho ao capital, este último se deparou com

⁹³ Além dos limites determinados pela capacidade humana, subjetiva, a própria máquina-ferramenta possuía limites característico do período manufatureiro. As moendas de entosas eram fabricadas com madeira, que por vezes recebiam revestimento metálico para aumentar a vida útil. Ainda assim, a pressão aplicada à cana-de-açúcar era muito limitada caso se compare com as moendas de aço do século XIX. Por fim, a força-motriz que acionava tais moendas eram típicas do período manufatureiro: força hidráulica ou tração animal.

barreiras antropomórficas que apenas seriam ultrapassadas no século XIX com a moenda de três rolos horizontais⁹⁴.

A importância secundária que a maquinaria desempenha no período manufatureiro também se aplica aos engenhos⁹⁵, mas é interessante ressaltar que *a inovação na máquina de extração de caldo criou as condições indispensáveis para que esta manufatura se aprimorasse*. Aprimoramento manufatureiro significa intensificação na decomposição das atividades, tendo em vista o surgimento de trabalhadores detalhistas - ainda que parcialmente no caso da produção escravista colonial - que se tornam mais produtivos à medida que se unilateralizam, aumentando-se, por conseguinte, a produtividade do trabalhador coletivo combinado. Justamente o sistema de entrosas permitiu este recrudescimento da divisão do trabalho na etapa de cozimento do caldo, afinal, à maior vazão gerada de matéria-prima fez-se necessário o aumento da produtividade na etapa subsequente. Como a inovação tecnológica no engenho se restringiu à casa de moenda, a resposta a ser dada para o volume crescente de caldo de cana se deu, exclusivamente, em torno do aprimoramento manufatureiro – não havendo, portanto, inovações tecnológicas na etapa de cozimento.

A complexificação da etapa do cozimento se exemplifica bem na reestruturação arquitetônica vivenciada pelos engenhos, pois à medida que a quantidade de caldeiras foi aumentando tornou-se impreterível o surgimento de uma “casa de caldeiras”, separada – porém contígua – da “casa de moenda” e da própria fornalha. Os engenhos do início do século XVIII – tal como o engenho Sergipe do Conde descrito por Antonil – não guardam muita semelhança com aquele espaço uniforme dos engenhos precursores; a intensificação da divisão do trabalho não permitia mais aquela uniformidade, tanto em decorrência do aumento do número de recipientes,

⁹⁴ Tais moendas - filhas da revolução industrial européia - sobrepujaram a limitação antropométrica ao crescimento de sua área de alimentação, agigantando-se horizontalmente à medida que vários trabalhadores poderiam alimentá-la concomitantemente. Ademais, “a grande vantagem dessas moendas foi a de permitir a automatização (...) A alimentação automática através de esteiras transportadoras” (GAMA, 1983, p. 183), permitindo ao capital a redução de custos com força de trabalho e a imposição do ritmo de moagem que bem lhe interessasse.

⁹⁵ Partindo da conceituação de maquinaria dada por Marx em *O Capital*, Ruy Gama chega à conclusão de que “A única máquina empregada no engenho era a *moenda*” (1983, p.338). Somente esta possuía as três partes constituintes de uma maquinaria: força motriz (podendo ser hidráulica ou animal), mecanismo de transmissão e a máquina de trabalho.

trabalhadores e da própria produção, quanto em função da necessidade do capital em controlar o trabalho em cada uma das etapas da fabricação.

O espaço construído se subdivide para atender à divisão, à hierarquia e à disciplina do trabalho. A seqüência e a continuidade das operações determina a contigüidade dos locais de trabalho, tendo em vista o tempo, ou seja, o fornecimento de maior quantidade de produto acabado no menor tempo possível. (GAMA, 1983, p. 248)

A racionalidade estritamente funcional e disciplinar que presidia a planta arquitetônica dos engenhos determinou a justaposição espacial das “casas” para atender ao necessário aprimoramento manufatureiro, mas de maneira que não houvesse perda de tempo com o deslocamento da matéria-prima – por isso a contigüidade das partes constituintes. A “autarquia”⁹⁶ das “casas” justifica-se pela necessidade do controle coercitivo permanente da força de trabalho, tanto em virtude de sua base artesanal – logo, dependente da agilidade aplicada pelos sujeitos dotados de mãos, impondo-se-lhes o ritmo desejado pelo mecanismo total – quanto por seu caráter escravista, onde o desinteresse ao trabalho atinge níveis inimagináveis à luz na manufatura assalariada – afinal, o escravo não passa de uma “coisa” propriedade do seu senhor.

O aumento da vazão de caldo quebrou a proporcionalidade consolidada até então entre a moenda e a cozinha, abrindo-se a necessidade de se edificar uma nova proporção entre as distintas etapas da fabricação. Os senhores de engenho se viram apossados a aumentar os investimentos em capital constante materializado em caldeiras (feitas de cobres), ferramentas variadas - apropriadas a cada uma das etapas do cozimento do caldo - e mesmo na edificação autárquica da cozinha. *As soluções tomadas foram eminentemente quantitativas, sem que tenha havido inovações*

⁹⁶ Numa interessante leitura das plantas arquitetônicas dos engenhos e das usinas, Ruy Gama explica a alteração significativa do *layout* em virtude do grau distinto de subsunção do trabalho pelo capital. Diz: “As repercussões dessa alteração da tecnologia na arquitetura do engenho são importantes. Em primeiro lugar, as novas máquinas, com suas dimensões aumentadas e com a inversão do papel do trabalhador que dela passa a ser dependente, definem um novo espaço. O espaço manufatureiro do homem com suas ferramentas e utensílios é substituído pelo espaço tecnológico, com as máquinas e seus operadores. A divisão e fragmentação funcional e disciplinar do espaço do engenho não é mais necessária, pois as próprias máquinas é que determinam a sua disciplina e seu ritmo, têm sua relação prossêmica peculiar. O grande galpão das usinas (...) é o novo espaço tecnológico. A substituição do governo dos homens pelo governo das coisas (máquinas) de certa forma se concretiza, pois as coisas governam os homens. E o galpão industrial exige grandes áreas cobertas e contínuas” (GAMA, 1983, p. 255).

tecnológicas tanto no cozimento quanto na purgação do açúcar. A multiplicação das caldeiras foi uma resposta positiva ao aumento da vazão de caldo, proporcionando maior continuidade à fabricação como um todo, *sem que tenha havido, entretanto, transformações qualitativas na técnica de fabrico do açúcar.* Apenas no final do século XIX é que as máquinas e aparelhos industriais chegam à cozinha do engenho.

Diz Antonil que “têm os engenhos reais⁹⁷ dois ternos [de cobres] sempre em obra, porque de outra parte não poderiam dar vazão ao caldo que vem da moenda” (1997, p. 117); tais engenhos reais eram todos movidos a água, o que proporcionava maior velocidade na rotação dos rolos e, por conseguinte, maior rendimento diário na extração de caldo em relação aos engenhos de tração animal (ou almanjarras). Estes últimos além de morosos ainda eram prejudicados na continuidade da produção, já que tinham que substituir a cada duas ou três horas (no máximo) a dupla de bois de tração – sob pena de matá-los de estafa⁹⁸.

⁹⁷ “A ‘realeza’ dos engenhos não decorria da grandiosidade das máquinas e instalações dos engenhos d’água (...). É no uso das águas – que por serem do patrimônio Real, como estabeleciam as Ordenações – ou pela caracterização de um *direito real* (direito sobre coisa), inerente ao usufruto dos rios e riachos. (...) Não era real por ser grande mas podia ser grande e vantajoso se fosse real. A roda d’água era o mais potente dos motores de engenho” (GAMA, 1983, p. 130).

⁹⁸ Koster também demonstrou que os engenhos hidráulicos eram melhores, deixando claro, todavia, que eram para poucos. Diz ele: “A despesa para construir a represa e outras alterações é, sem dúvida, vultosa e poucas pessoas podem iniciar as obras com o dinheiro que esse serviço exige, mas as conveniências de mover o engenho pela água são várias. O número de animais necessários para o canal é reduzido a menos da metade. Poucos campos de pastagem são precisos e o grupo de pessoas que deve ser utilizado é diminuído” (KOSTER, 2002, p. 535). A desacumulação interna é fator explicativo para o fato da força hidráulica ter tido participação diminuta no conjunto dos engenhos coloniais, principalmente quando se considera o século XVIII em diante. Contudo, outros fatores restringiam a maior participação da força hidráulica: 1) ainda que alguns senhores pudessem ter capitais necessários para edificar um engenho d’água, assim não procediam em virtude de conjunturas não atrativas no preço no açúcar. A dependência do mercado externo marcado pelo monopólio e por preços ditados pelo açúcar antilhano desestimulava tal investimento, com exceção de momentos atípicos; 2) outro fator seria a interiorização da produção, que ao se distanciar do litoral sentiu dificuldades para encontrar quedas d’água significativas. (cf. FERLINI, *Terra, Trabalho e Poder*, Ed. Brasiliense, 1988).

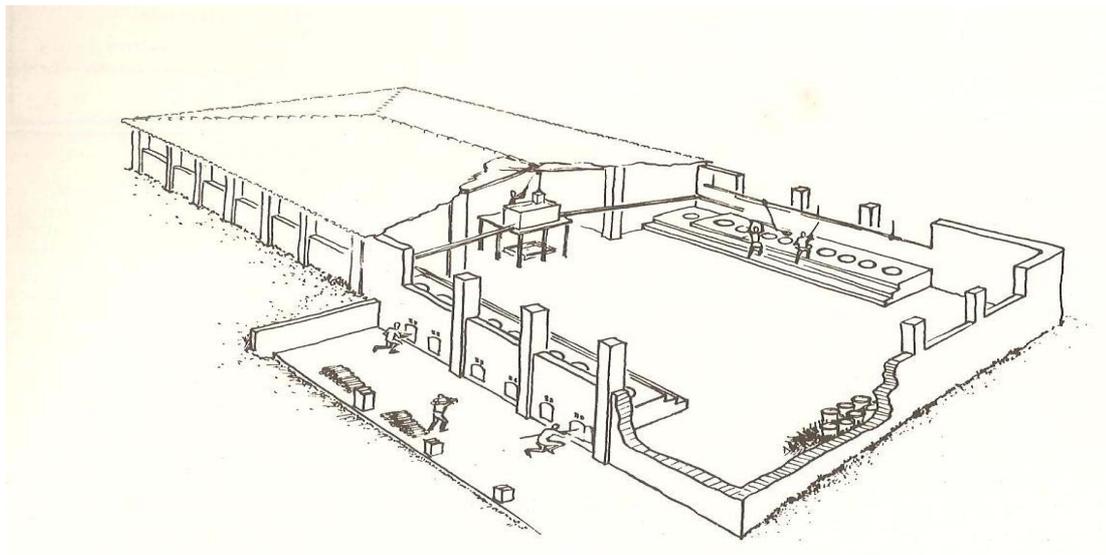


Ilustração 6 – Casa de caldeiras (cozinha) de um engenho real com dois ternos de cobre. Arquitetonicamente, na parte de cima encontra-se a casa de moenda, separada por paredes da casa de caldeiras. Fora desta última vê-se também a casa de fornalhas (Fonte: GAMA, 1983, p. 257).

Voltando ao engenho real descrito por Antonil, observa-se que a sua moenda hidráulica exigiu o investimento em dois ternos de cobre, cada qual com oito recipientes, totalizando, portanto, dezesseis cobres⁹⁹. As duas caldeiras verificadas no engenho representado por Stradanus dão lugar a dois ternos com oito recipientes cada um, passando a matéria-prima legada pela moenda por todos eles, o que proporcionava continuidade ao processo produtivo. Todas as operações da moagem e da cozinha eram executadas simultaneamente, cada qual legando o objeto de trabalho ao trabalhador subsequente, numa seqüência temporal de operações justapostas no espaço. A experiência fixou uma nova proporção entre a moenda e a cozinha: na hipótese da primeira ser hidráulica, dois ternos de cobre eram necessários para manter o fluxo contínuo da manufatura, caso contrário a etapa de extração de caldo sofreria bastante com as paralisações à espera de reais necessidades da cozinha. Esta proporção não era válida, porém, para os engenhos de almanjarras, onde a vazão de

⁹⁹ Antonil mostra que cada um dos ternos exigia 165 arrobas de cobre, totalizando 330 arrobas de cobre para satisfazer os dois ternos (1997, p. 118). Tais gastos correspondiam a 11% do total de gastos do engenho, cuja cozinha representava 40% dos custos totais (GAMA, 1983, p. 77). Antonil mostra também que os recipientes de cobre deveriam ser ao final de cada safra averiguados pelo mestre do açúcar, recomendando reparos nos fundos que eram consumidos pelo fogo durante sete ou oito meses.

caldo era menor, exigindo-se uma cozinha de menor porte com um único terno de cobres.

A decomposição do trabalho artesanal é imposta pelo capital pelo fato de aumentar a produtividade do trabalho, tanto das forças produtivas individuais quanto do trabalhador coletivo combinado como um todo. Em um dado espaço de tempo maior quantidade de mercadorias será produzida na hipótese da produção ser baseada na divisão do trabalho, sendo esta produtividade acrescida à medida que a divisão do trabalho é intensificada. *Daí resulta que o aprimoramento manufatureiro da cozinha do engenho não se configurou como um mero aumento da capacidade de produção: o que ocorreu não foi simplesmente o crescimento da quantidade de meios de produção (capital constante) e de trabalhadores (capital variável), repetindo-se o estágio manufatureiro então vigente* (vide Stradanus). Caso tivesse havido tão-somente aumento da capacidade de produção na etapa de cozimento – sem haver, portanto, modificações para aprimorar o método manufatureiro de trabalho e a produtividade - , os senhores de engenho teriam apenas feito investimentos para edificar uma *cooperação simples*: várias duplas de trabalhadores (cozinheiros) num mesmo espaço executando cada qual as mesmas funções e de forma desconexa. Teríamos uma multiplicação do método de trabalho dos primeiros engenhos, com várias duplas de caldeiras e trabalhadores operando lado a lado, autarquicamente, tal como numa *cooperação simples*. À imatura divisão manufatureira do trabalho dos primeiros engenhos não teria ocorrido um aprimoramento manufatureiro, mas, ao contrário, uma mera estagnação organizativa que representaria, conseqüentemente, uma estagnação produtiva.

Ao contrário, o aumento da capacidade de produção resultou da intensificação do método manufatureiro de trabalho, percorrendo o objeto de trabalho paulatinamente os oito recipientes que eram trabalhados cada qual por um trabalhador parcial. Portanto, o aumento da produção foi consequência de um aumento da força produtiva do trabalho¹⁰⁰; a acentuada divisão manufatureira do trabalho se expressa na execução

¹⁰⁰ “Entendemos aqui por aumento da força produtiva do trabalho em geral uma alteração no processo de trabalho, pela qual se reduz o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria,

de atividades parciais qualitativamente distintas em tempos menores, proporcionando operações mais céleres e uma produtividade acentuada, que se fez refletir em uma produção maior. Não ocorreu, portanto, uma estagnação na produtividade da manufatura açucareira, mas sim o seu progresso.

Cada um dos oito recipientes era destinado a operações específicas e parciais; após a conclusão em cada uma destas, era o objeto de trabalho trasladado para o recipiente seguinte. Deste fluxo contínuo resultava o aumento da produtividade dos trabalhadores escravos parciais, que se materializava numa maior produção diária de açúcar – isto do ponto de vista do produto, do valor de uso. Do ponto de vista do capital, a massa de mais-valia foi expandida através da ampliação da produtividade de cada trabalhador parcial, que na manufatura orgânica está diretamente relacionada ao aumento do número de trabalhadores parciais trabalhando de forma coletiva¹⁰¹. O aprimoramento manufatureiro do engenho potencializou a taxa de mais-valia de cada escravo, obtendo, por conseguinte, altíssimas massas de mais-valia ao final de cada dia de trabalho, assim como a maior produtividade de cada trabalhador se materializava numa produção maior de açúcar. A citação abaixo de Florestan Fernandes sintetiza bem os ganhos de produtividade obtidos pela produção manufatureira escravista colonial. Diz ele:

Boa parte da análise de sua formação [excedente colonial] se funda na ideia de que ele resultava, pura e simplesmente, da extensão da jornada de trabalho associada ao controle coercitivo do trabalho escravo. No entanto, o que é específico da formação da mais-valia absoluta da produção escravista não são esses dois elementos, quase sempre típicos das fases de implantação ou de escassez da força de trabalho escrava. *O elemento específico consiste no*

que um menor quantum de trabalho adquira portanto a força para produzir um maior quantum de valor de uso” (MARX, 1983, p. 251).

¹⁰¹ “(...) a divisão manufatureira do trabalho desenvolve o crescimento do número de trabalhadores empregados numa necessidade técnica. (...) Com a parte variável tem de crescer também a parte constante do capital, além do volume das condições comuns de produção, como construções, fornos etc., nomeadamente também e com muito mais rapidez que o número de trabalhadores, a matéria-prima” (MARX, 1983, p. 282). Como vimos acima, a necessidade de inversão inicial para a compra dos escravos e a própria condição escravista da força de trabalho - excedendo às necessidades da produção - são fatores que tendem a restringir a intensificação da divisão do trabalho e da especialização e, por conseguinte, o aumento da produtividade. Tal como dissemos na primeira seção, a não existência de manufatura açucareira trabalhada por assalariados não permite que comprovemos este lei tendencial da produção escravista mercantil no interior da parte fabril dos engenhos, nosso objeto de estudo. A escassez de divisão do trabalho ficava mais evidente em outras atividades integrantes na parte agrícola ou em atividades acessórios da unidade socioeconômica.

trabalho combinado, que sem criar exigências de intervenção no nível técnico permitia aumentar a produtividade. O próprio uso do controle coercitivo da violência não se prendia somente à necessidade de intensificar a jornada de trabalho. Ele procedia do fato que o trabalho combinado acarretava uma disciplina que tirava da violência e da força bruta o caráter de fim em si (FERNANDES, 2010, p. 50, grifo nosso).

A partir desta reflexão podemos concluir que “os aspectos negativos derivados do trabalho escravo foram compensados pelas vantagens organizativas (...)” (GORENDER, 2011, p. 135) do engenho. O problema congênito da “ignorância, [d]a incapacidade, [d]a falta de atenção e cuidado com que se maneja a fabricação do açúcar” (PRADO Jr., 2011, p. 146), próprios à mão de obra servil, foram contornados pela organização manufatureira, demonstrando que as relações escravistas de produção eram compatíveis com o progresso técnico (vide moendas de entrosas) e organizativo característico da fase do capitalismo mercantil – do qual a economia colonial figurava como peça importantíssima. Além de compatível, defendemos a hipótese de que a divisão do trabalho no interior da parte fabril pode ser considerada como uma condição *sine qua non* para a utilização da mão de obra escrava, pois somente desta forma a fabricação do açúcar perde o seu caráter artesanal, reduzindo cada escravo à condição de trabalhador parcial desprovido de potências intelectuais¹⁰². Escravidão e artesanato são duas categorias que, a rigor, se repelem, sendo exceção a existência de escravos artesãos durante a escravidão moderna, baseada na utilização intensiva de mão de obra servil. Para satisfazer o anseio de produzir açúcar em larga escala com trabalhadores desqualificados e que têm ojeriza ao trabalho – em virtude de sua condição servil, não por preguiça como a ideologia escravocrata apregoava -, o capital mercantil tinha que dissociar dos trabalhadores “Os conhecimentos, a compreensão e a vontade”, opondo-lhes “as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade alheia e poder que os domina” (MARX, 1983, p. 283).

¹⁰² Com isso não pretendemos absolutizar a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, caso contrário estaríamos acreditando na completa “robotização” dos sujeitos, o que teria consequência inclusive sobre a história – tornando-a desprovida de resistência e possibilidades de vir-a-ser. Apenas queremos mostrar que o objetivo deliberado da classe escravista era excluir a subjetividade dos escravos do processo produtivo, aspirando torná-los verdadeiras máquinas. Algo, inclusive, muito mais intenso do que o processo europeu mostrado por Marx. Como isso é impossível, além da resistência, os escravos findavam assimilando conhecimentos no dia-a-dia da produção, mesmo que a formação e ascensão técnica nunca fosse o interesse dos senhores.

Como veremos mais à frente, este processo intrínseco ao desenvolvimento manufatureiro da via clássica ao capitalismo atinge o paroxismo na manufatura escravocrata.

Como vimos, a produção mercantil em larga escala baseada na escravidão surge como uma demanda do capital mercantil na modernidade, que impõe um “sentido à colonização” que contrasta em absoluto com outras formas de produção – como a produção camponesa, por exemplo. A exigência pela produção em larga escala se materializou em grandes propriedades e na utilização intensiva de força de trabalho. No que tange ao beneficiamento da cana-de-açúcar, apenas a cooperação baseada na divisão do trabalho estaria em consonância com aquela exigência, visto que maximizava a capacidade de beneficiamento por unidade produtiva¹⁰³. Ademais, como a escravidão foi também uma exigência imperiosa do “sentido da colonização”, este tipo de relações de produção apenas produziria os efeitos esperados caso fosse inserido numa força produtiva adaptável à condição servil e ignorante do escravo. *O processo de dissociação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual é marcante na manufatura e, no caso do escravismo, esta separação entre o conhecimento do fabrico do açúcar e as operações manuais parciais era uma condição para que o trabalho escravo fosse viável economicamente.*

O encontro da manufatura com a escravidão apenas é explicado caso se leve em conta o sentido que presidia a colonização, todavia, devem-se considerar também as exigências emanadas das relações escravistas de produção, sem que com isto estejamos apregoando a centralidade da categoria modo de produção para o entendimento da economia colonial. A escravidão apenas responderia às necessidades do capital mercantil na hipótese de se articular a uma força produtiva que a tornasse produtora, capaz de contornar seus aspectos contraproducentes, como ignorância *estrutural*¹⁰⁴ e a aversão ao trabalho inerente à condição servil. A desqualificação e o

¹⁰³ A pequena produção agrícola de cana-de-açúcar era beneficiada na produção artesanal das chamadas engenhocas. Definitivamente, esta forma de produção – artesanal e familiar - contrasta com o sentido desenvolvido pela colonização.

¹⁰⁴ Entendemos por ignorância estrutural o aviltamento sistemático do desenvolvimento humano do escravo imposto pela sociedade escravocrata, que figurava como necessária à sua reprodução,

desestímulo dos escravos ao trabalho, resultante de sua condição social, também foi um fator que impulsionou a busca por uma força produtiva apta a contornar esta tendência à baixa produtividade do trabalho forçado; a divisão do trabalho foi a resposta positiva dada para driblar aquele problema, permitindo o aumento da produtividade no interior da produção fabril. Tal adaptação entre a escravidão e a manufatura é que tornou a produção colonial apta a cumprir os desígnios do capital mercantil com o sistema colonial, produzindo um excedente econômico cuja maior parte era apropriada pelos grandes comerciantes, metropolitanos ou não. Afinal, “O capital mercantil tecia as redes que não deixavam escapar os peixes grandes e o seu apetite era insaciável” (FERNANDES, 2010, p. 51).

Como dissemos acima, Ferlini constatou que as operações parciais dos caldeireiros de escumar e melar eram desempenhadas por trabalhadores livres até meados do século XVII, ao passo que na descrição de Antonil – início do século XVIII – ambas eram executadas por escravos. Diante da desqualificação e da aversão dos escravos ao trabalho, uma das causas para que tenham assumido tais postos reside no aprimoramento manufatureiro, que tornou tais atividades mais simples e repetitivas, eminentemente manuais, aptas a serem ocupadas por mão de obra servil. À medida que o caráter de arte de algumas funções foi se deteriorando, a remuneração do trabalho seguiu o mesmo caminho, originando desinteresse por parte dos homens livres em assumir tais postos e abrindo a possibilidade para os senhores inserirem seus escravos¹⁰⁵. Apesar deste processo de simplificação das funções suprimir em larga escala a dimensão cognitiva do trabalho – apartada dos trabalhadores manuais e concentradas no mestre do açúcar, como veremos à frente –, elas continuaram exigindo

justificando a escravidão entre os brancos livres e buscando introduzir a consciência reificada e reificante entre os próprios escravos. “A ‘socialização parcial’ do escravo fazia com que, em geral, seu adestramento fosse incompleto, limitado como era à transmissão de técnicas e à inculcação de normas e valores que motivavam o *negro* apenas para o trabalho rude das fazendas e do charque” (CARDOSO, 2011, p. 179).

¹⁰⁵ “A desqualificação social do trabalho na sociedade escravista está na raiz da deterioração dos ofícios do açúcar, mas é preciso considerar também o papel da divisão manufatureira do trabalho nesse processo. Na medida em que as técnicas foram sendo apropriadas pela manufatura, subdivididas em tarefas executadas por trabalhadores menos hábeis, os requisitos do artesão diminuíram, pois sua função foi simplificada. Caíram o valor dessa força de trabalho e sua remuneração” (FERLINI, 1988, p. 139).

certo grau de destreza e habilidade no manuseio das ferramentas. Tanto o é que na citação abaixo do inglês Henry Koster – início do século XIX –, uma das razões apontadas para a utilização de mão de obra livre na operação de escumar reside precisamente na falta de destreza dos escravos para execução desta função. Diz ele:

O trabalho de escumar é feito usualmente por pessoas livres e é devido a duas razões: demanda grande destreza, raramente possuída pelos escravos, e o esforço que tal operação exige induz o agricultor a pagar a um homem livre em lugar de esgotar um seu negro (KOSTER, 2002, p. 536).

As forças produtivas engendradas tiveram como fundamento a adequação à mão de obra servil, buscando usurpar ao máximo a dimensão cognitiva existente em qualquer trabalho e a necessidade de habilidades manuais mais complexas; obteve-se tanto êxito nesta operação que as profissões de caldeireiros de escumar e melar tornaram-se próprias de escravos, haja vista a simplicidade adquirida com o aprimoramento manufatureiro. Entretanto, esta descrição de Koster do início do século XIX demonstra que por vezes os senhores não encontravam escravos aptos a realizar tais operações simples, incapazes de serem inseridos numa força produtiva do trabalho moldada para eles, delegando tais funções a homens livres. Tal fato longe de negar a tese de que as forças produtivas se adequaram às relações de produção – sempre numa perspectiva de reciprocidade dialética -, usurpando ao máximo o trabalho com o objetivo de torná-lo o mais simples possível, adaptado ao trabalho escravo, longe de negá-la, a reforça: significa que uma sociedade baseada no trabalho escravo despreza tanto a qualificação de sua força de trabalho a ponto de, por vezes, faltarem escravos aptos a assumir os “seus” postos de trabalho. A degradação a que está sujeita a força de trabalho é tamanha a ponto de inviabilizar a sua inserção na produção manufatureira, sendo apta apenas às atividades agrícolas onde, como vimos, a dor do látigo se materializa mais facilmente em riquezas para o escravista¹⁰⁶.

¹⁰⁶ A segunda razão dada por Koster evidencia uma escolha econômica dos senhores, que preferem utilizar seus escravos na lavoura ao invés de “esgotá-los” no calor da casa de caldeiras. Diante da desqualificação dos escravos, a saída existente para o senhor era estimular e coagir alguns deles ao aprendizado das operações simples e repetitivas, formá-los mesmo que precariamente. O látigo e as premiações faziam parte desta formação esdrúxula. Todavia, a segunda razão dada por Koster sugere

Voltemos à planta fabril do engenho padrão a partir de finais do século XVII. Apesar do ganho de produtividade, a existência de dois ternos de cobre, e não de apenas um, demonstra que o incremento da força produtiva do trabalho proporcionado pela intensificação da divisão do trabalho na cozinha não fora suficiente para beneficiar o *quantum* de caldo produzido pela moenda. Aqui, mais uma vez, os limites da produção manufatureira se explicitam: as condições técnicas do cozimento do caldo e os limites do trabalho manual restringiam a capacidade produtiva, tornando-se imprescindível a duplicação dos meios de produção e de sua força de trabalho associada. A multiplicação dos cobres, a diversificação das ferramentas e a especialização dos trabalhadores foram elementos que aumentaram a produtividade e a produção, mas dentro de limites estreitos impostos pelas condições técnicas pré-industriais. Diante de tais entraves a saída para o capital foi investir na duplicação das condições de produção, aumentando-se a capacidade de beneficiamento como saída para uma produtividade que chegara aos limites possíveis determinados por sua base técnica artesanal. Atingindo-se o limite manufatureiro para o aumento da produtividade, o aumento da produção apenas pode resultar de um maior esforço produtivo, de um investimento maior de capital capaz de se materializar em condições de produção já universalizadas – ou seja, incapazes de proporcionar saltos qualitativos na produtividade do trabalho. Em contextos de preços atrativos do açúcar no mercado internacional, essa era uma medida corriqueira tomada pelos senhores de engenho mais abastados e com acesso a crédito. Diz Ruy Gama:

Pode-se dizer, portanto, que a estagnação evidenciada pelos fracos progressos da técnica da cozinha e da sua parceira moenda, eram compensadas, ainda que custosamente, por soluções não menos importantes do ponto de vista técnico, como era essa justaposição de engenhos paralelos. Isso se fazia a

que havia possibilidade de uma escolha diferente por parte do senhor: contratar homens livres. Ora, se há essa possibilidade de escolha é porque o contingente de desocupados na sociedade escravista era grande, preferindo o senhor contratar uma mão de obra barata para o engenho a ter que retirar um escravo da lavoura. Koster descreve os engenhos do litoral e zona da mata de Pernambuco, área que constantemente absorvia as mazelas das secas do semi-árido, ainda mais neste momento histórico específico onde a pecuária definhava diante da charque rio-grandense; a existência de uma superpopulação na área canavieira é apenas uma hipótese para se explicar essa re-absorção de tais profissões por trabalhadores livres. Muito provavelmente esta opção não estivesse posta em outras regiões produtivas da colônia, dada a rala e dispersa população livre e pobre, que encontrava o seu sustento na mendicância ou na produção agrícola de subsistência existente na hinterlândia da grande lavoura. A sociedade escravista excluía tais homens livres e pobres do processo produtivo e não criava mecanismos que os coagissem ao trabalho, visto que não tinha interesse de constituir a relação capital.

grandes custos e a duras penas. Multiplicavam-se os investimentos em cobres, em edifícios e equipamentos, sacrificavam-se mais seres humanos no tormento da escravidão e depredavam-se inexoravelmente as matas para consumi-las no fogo dos engenhos. Não se resolviam os problemas técnicos da cozinha e nem os do rendimento da moagem, já que a depredação do homem escravizado e dos recursos naturais não parecia ter limites... (1983, p. 79).

Neste tópico buscamos capturar alguns reflexos ocasionados pela inovação no meio de produção de caldo, seja no interior da própria moagem ou na etapa subsequente de cozimento do caldo. O aumento da vazão de caldo resultou no aprimoramento manufatureiro do engenho, incrementando-se a produtividade e a produção do trabalhador coletivo combinado da cozinha, evidentemente que dentro dos estreitos limites impostos por uma base técnica ainda artesanal. Buscaremos agora desenvolver, pormenorizadamente, a respeito da divisão do trabalho no interior da cozinha do engenho, buscando evidenciar as limitações estruturais que a tornavam “o gargalo da seqüência de atividades do engenho” (GAMA, 1983, p. 74).

3.3 Cozinha: *locus* da imperfeição da manufatura açucareira

A “estreita base técnica” da manufatura “exclui uma análise verdadeiramente científica do processo de produção” (MARX, 1983, p. 269), não havendo, portanto, um conhecimento científico sobre a composição da *Saccharum Officinarum* que se refletisse em tecnologia aperfeiçoada para a sua transformação em açúcar. O saber-fazer artesanal é apenas decomposto em operações parciais e sucessivas, mantendo-se estagnada a técnica de produção desde o século XVI - nos engenhos das ilhas africanas - até finais do século XIX – quando do surgimento dos engenhos centrais e usinas. A estagnação técnica é característica universal à produção manufatureira e se estende perfeitamente aos engenhos de açúcar. Entretanto, *neste ramo o peso da materialidade cana-de-açúcar se reflete muito negativamente sobre a produção baseada na divisão do trabalho. A particularidade desta gramínea impõe à manufatura do açúcar limitações em relação à manufatura em geral, dificuldades estas que apenas*

serão mitigadas progressivamente com o advento da industrialização. Buscaremos desenvolver esta linha de raciocínio à medida que vamos esmiuçando a divisão do trabalho na etapa de cozimento do caldo.

Pensemos a princípio a respeito da diversificação e especialização dos meios de trabalho, característica universal da produção manufatureira e que ocorreu na cozinha do engenho. No engenho Sergipe do Conde, descrito por Antonil, cada terno de cobre possuía oito recipientes, sendo estes denominados diferentemente de acordo com suas respectivas funções parciais. Podiam ser chamados de caldeiras, paróis ou tachas. Além de realizarem funções distintas no processo produtivo, que se coadunam em denominações diferenciadas, tais recipientes também possuíam formas e tamanhos próprios que os capacitavam a realizar as suas respectivas funções da maneira mais eficiente possível. O preceito inerente à manufatura de especialização das ferramentas e dos meios de trabalho em geral se aplica, portanto, perfeitamente à produção manufatureira do açúcar.

Como verificado nas descrições de época, os dois primeiros eram de maior porte já que recebiam o caldo cru advindo da moenda, cheio de impurezas insolúveis e água¹⁰⁷; são chamados de caldeiras e contêm 30 arrobas de cobre cada um, mais que o triplo do peso dos quatro últimos recipientes – chamados de tachas (9 arrobas cada uma). O caldo é evaporado e purificado nas duas caldeiras, perdendo o seu volume inicial com a evaporação; ao final desta etapa o caldo passa a ser denominado de mel (ou melado), pois adquire consistência com a extração da água. O mel é então baldeado para um parol de melar, que possui este nome à medida que está fora do fogo. Possuía 15 arrobas de cobre o que equivale à metade do peso das caldeiras, demonstrando que seu tamanho era menor, pois já recebia um caldo quase que totalmente evaporado. Após esfriar no parol de melar, o mel é passado para o parol de coar que possui “panos coadores estendidos sobre uma grade” (ANTONIL, 1997, p.

¹⁰⁷ Segundo Sebastião Beltrão de Castro, “Pode-se considerar que um colmo normal de cana madura contenha 12% de fibra e 88% de caldo” (2007, p. 33). Desses 88% de caldo que *pode ser* extraído na moagem, entre 75% e 82% é o percentual correspondente à água, oscilando os sólidos entre 18% e 25%. Desses últimos, por sua vez, entre 15% a 24% corresponde ao percentual de açúcares (sacarose, glicose e levulose) e entre 1% e 2,5% oscila os não açúcares (substâncias orgânicas e inorgânicas). Por fim, frisemos que o único dos açúcares constante no caldo que é cristalizável é a sacarose, sendo os outros dois apenas utilizáveis para a fabricação de destilados (cachaça e álcool).

121), provavelmente para retirar as impurezas insolúveis que não foram extraídas nos primeiros recipientes. Até aqui se contabilizam quatro recipientes, sendo duas caldeiras e dois paróis, que compõem a etapa de purificação e evaporação do caldo.

A etapa subsequente era a do cozimento propriamente dito, “o lugar em que [o mestre do açúcar] obra como mestre inteligente e aonde é necessário todo o cuidado e artifício” (ANTONIL, 1997, p. 122). As quatro tachas possuíam tamanhos idênticos, o que demonstra que não havia mais mudança significativa no volume do melado, entretanto, Antonil mostra que ainda assim possuíam denominações e funções distintas. O melado “corre por cada uma delas, ordenadamente, e *pára em cada uma quanto for necessário*, e não mais, para o fim que em cada qual se pretende” (ANTONIL, 1997, p. 122). A quantidade avantajada de tachas apenas se justifica pela busca por *continuidade* da produção, liberando o recipiente para o recebimento de mais melado sempre que este tem o seu conteúdo baldeado para a tacha subsequente. Contudo, para manter esta continuidade faz-se necessário pré-estabelecer as funções para cada uma delas, caso contrário o mecanismo do trabalhador coletivo combinado não vem a ser bem utilizado. *Vale frisar que não há tempo pré-determinado para a permanência do melado em cada uma das tachas, o que significa que a execução de cada função parcial não pode ser determinada pelo tempo. O tempo é incerto, parando o mel nas tachas pelo tempo que o mestre do açúcar achar necessário*¹⁰⁸. Segue citação abaixo em que Antonil explica as funções de cada uma das tachas:

Na primeira tacha, que se chama a de *receber*, ferve e começa a cozer-se, e se *lhe tiram as escumas mais finas*, que chamam netas (...) para a segunda tacha, que chamam da *porta*, e aqui, continuando a ferver e engrossar (...) nesta tacha se deixa estar mais tempo, até ficar já meio cozido. Daqui, com a mesma passadeira, se bota na terceira tacha, que chamam de *cozer*, porque ainda que nas outras também coza, contudo, aqui acaba de se cozer e de se condensar perfeitamente, até estar em seu ponto de se bater, e *isto o há de julgar o mestre*, ou em seu lugar o banqueiro, pelo corpo e grossura que tem. E estando

¹⁰⁸ “Para os que dirigiam o processo, o segredo estava em manter as várias atividades em progresso uniforme e em saber distinguir, *pela experiência*, através das proporções entre vários elementos, se qualquer uma das partes estava andando devagar ou depressa demais. *Não se regulava o trabalho com relógios*. Estes raramente aparecem nos inventários de engenhos e só começam a ser mencionados em meados do século XVIII. O Engenho Santana adquiriu seu primeiro relógio em 1745, e o engenho dos beneditinos em Camorim, no Rio de Janeiro, só começou a usar um por volta de 1770” (SCHWARTZ, 2011, p. 139, grifos nossos).

desta sorte, chama-se *mel em ponto*, grosso suficientemente e compacto, e já disposto para passar à quarta tacha, que chama *tacha de bater*, aonde se mexe com uma batedeira, que é semelhante à escumadeira, mas com seu beijo e sem furos; e bate-se, para se não queimar, e quando o tem bem batido, e com bastante cozimento, o levantam com a mesma batedeira sobre a tacha ao alto, que pode ser; e a isso chamam desafogar, no que os *tacheiros mostram destreza singular*, e continuam assim, mais ou menos, conforme pedem as três têmperas que se hão de fazer do açúcar, que há de ir para as formas (...) (ANTONIL, 1997, p. 122, grifos nossos).

Como podemos ver na citação, a determinação precisa das funções parciais de cada uma das tachas não é algo tão tangível quanto em outros ramos manufatureiros – a exemplo do setor têxtil. Apenas o conhecimento prático-intuitivo do mestre do açúcar é capaz de determinar o momento exato para as baldeações, pois as distintas funções de cada uma das tachas não é algo que seja de fácil assimilação e determinação. Em regra, os senhores não ousariam deixar a determinação de cada uma destas funções imprecisas sob a responsabilidade dos escravos. Além da possibilidade de sofrer boicote por parte dos escravos, exigia-se um profundo conhecimento acumulado através da experiência, o que contrasta com a unilateralização a que são submetidos os trabalhadores parciais do trabalhador coletivo combinado. Tanto os “tacheiros” quanto os “caldeireiros” são especializados em suas atividades parciais, manuseiam com destreza e celeridade as suas ferramentas diversificadas¹⁰⁹, *mas não detêm o saber necessário para determinar com exatidão o momento preciso da conclusão de cada uma das operações parciais que executam*. Mesmo que com a experiência acumulada possam adquirir a capacidade de determinar a conclusão de suas operações com exatidão, não possuem a autoridade para tal, o que expressa claramente a hierarquização existente entre os trabalhadores do engenho. Mais à frente

¹⁰⁹ Segundo Antonil, os caldeireiros se utilizavam de gama de ferramentas de trabalho: pombas (bombas) grandes, escumadeiras grandes e reminhóis; os tacheiros se utilizavam de reminhóis, escumadeiras pequenas, batedeiras, passadeiras, picadeiras e vasculhos. Ver *Cultura e Opulência do Brasil*, 1997, p. 119. Esta diversidade de instrumentos de mesma espécie segue uma exigência universal da força produtiva social do trabalho representada pela manufatura. No dizer de Marx: “A diferenciação dos instrumentos de trabalho, que atribui aos instrumentos da mesma espécie formas fixas particulares para cada emprego útil particular, e sua especialização, que faz com que cada um desses instrumentos particulares só atue com total plenitude na mão de trabalhadores parciais específicos, caracterizam a manufatura” (MARX, 1983, p. 270).

desenvolveremos mais essa questão quando nos debruçarmos sobre a figura do mestre do açúcar.

Há uma nítida separação na cozinha entre a etapa de evaporação/purificação do caldo e a etapa de cozimento do melado. Diante da multiplicação dos recipientes, cada um deles passou a desenvolver uma operação parcial componente de uma dessas duas etapas, diferentemente do que ocorria no engenho ilustrado por Stradanus, onde cada uma das etapas se materializava em um único recipiente – havendo apenas dois. Contudo, as condições técnicas da produção impossibilitavam uma determinação mais precisa das etapas, havendo ainda purificação e mesmo evaporação nas primeiras tachas: “Na primeira tacha, que se chama a de *receber*, ferve e começa a cozer-se, e se *lhe tiram as escumas mais finas*, que chamam netas (...)”. *A etapa inicial de purificação/evaporação imiscui-se à etapa seguinte de cozimento; a inexistência de uma separação mais precisa e rigorosa das etapas demonstra que a decomposição manufatureira do trabalho artesanal é mais complexa no caso do engenho do que em outros ramos.* Esta debilidade fica mais evidente quando partimos do ponto de vista da usina de açúcar para observar o engenho; naquela, há uma nítida e “perfeita”¹¹⁰ separação entre as etapas de purificação, evaporação e cozimento; a industrialização do fabrico do açúcar supera a concomitância entre purificação e evaporação existente no engenho, obtendo ganhos de produtividade com a utilização de aparelhos distintos para operações distintas¹¹¹; a mesma separação rigorosa também ocorre com o cozimento realizado à vácuo e no vapor. Pode-se concluir que esta dificuldade em se separar com maior rigor as distintas etapas da fabricação constitui uma característica

¹¹⁰ Perfeição aqui apenas se aplica nesta hipótese de comparação da grande indústria com a manufatura, haja vista o salto de qualidade proporcionado pelo maquinário moderno capaz de obter maior controle sobre os processos físico-químicos. Para relativizar esta afirmação, o exemplo maior existente nas usinas reside no aparelho de filtração, responsável por filtrar as impurezas separadas do caldo no processo de decantação, mas que conduz consigo percentual significativo de açúcares. Este aparelho complementar evidencia que a purificação do caldo não é assim tão perfeita, afinal descarta matéria-prima a ser utilizada pela usina. A incessante inovação tecnológica no interior das usinas visa sempre reduzir o percentual de perda de açúcares, aprimorando o percentual de aproveitamento efetivo de açúcares que adentram no parque fabril.

¹¹¹ A purificação do caldo numa usina contemporânea é, grosso modo, realizada pelo aquecimento do caldo, sulfitação, caleação e, por fim, decantação. Dos aparelhos responsáveis por tais processos parciais da purificação, o caldo segue para os evaporadores (múltiplos efeitos) cujo produto é o xarope – caldo isento de água. Por fim o xarope chega às tachas à vácuo e no vapor para o cozimento e cristalização (Cf. *Tecnologia do Açúcar*, 2007).

que particulariza o engenho de açúcar, caso o comparemos com outras manufaturas orgânicas menos vitimadas por uma matéria-prima volúvel e de difícil controle diante das condições técnicas ainda artesanais.

A estreita base técnica artesanal, diante de um processo produtivo eminentemente físico-químico, se reflete num certo casuísmo que contrasta com a precisão rigorosa das operações parciais almejada pela manufatura. O *Logus* concebe uma seqüência temporal rigorosa de operações parciais e distintas, mas que na prática efetiva não logra o êxito esperado, o que é evidenciado na dificuldade em se determinar a consecução das operações parciais e na imiscuição existente entre elas. A regra universal se vê, portanto, sempre maculada pelo relativo casuísmo de cada uma das operações. A volubilidade intrínseca à cana-de-açúcar dificulta demasiadamente este processo. Antonil nos proporciona uma série de exemplos relacionados à imprevisibilidade do processo produtivo na cozinha, problema este que prejudicava bastante a continuidade e previsibilidade da produção, tornando-se impreterível o constante diálogo entre o mestre do açúcar e o feitor de moenda. Diz ele, em uma dessas passagens, sobre a responsabilidade do feitor de moenda e do mestre do açúcar: “Pergunta quanto caldo há mister nas caldeiras, para que saiba com este aviso se há de *moer mais cana ou parar até que se dê vazão*, para que não azede o que já está no parol” (ANTONIL, 1997, p. 84).

Os sucessivos alertas para tais diálogos entre a cozinha e a moenda – no sentido de evitar excesso de caldo – “mostra que o gargalo da seqüência de atividades da manufatura estava na cozinha” (GAMA, 1983, p. 339). Suas interrupções e remanchadas freqüentes impediam que o trabalho na moenda fosse realizado numa intensidade padrão, regular, depreendendo-se que as oscilações no ritmo de trabalho eram corriqueiras – o que prejudicava a produtividade da moenda com o sistema de entrosas. Sem o trabalho no seu ritmo mais intenso, este meio de produção findava sendo subutilizado em suas potencialidades, sempre à espreita da lenta cozinha¹¹².

¹¹² Tal fato é inimaginável na grande indústria açucareira, onde os meios de produção requerem intenso investimento de capital e são obrigados a ficar parados durante meses. Neste contexto, o ritmo e a extensão do trabalho durante as safras são os maiores possíveis, sendo impreterível que a etapa de fabricação dê conta da vazão intensa de caldo proveniente das gigantescas moendas.

Certamente, a particularidade da cana-de-açúcar prejudicava a regularidade da cozinha, dada a profunda variabilidade na qualidade do caldo, num contexto de carência absoluta de controles físico-químicos da produção; por sua vez, a alta perecibilidade da cana e do caldo impedia a moenda de prosseguir seu trabalho autonomamente, de virar as costas para a cozinha e produzir estoques futuros de matéria-prima. A pedra de toque do engenho era a cozinha, irradiando as suas discontinuidades sobre as demais etapas.

Antonil não menciona tempo aproximado para o percurso total do caldo, desde a sua entrada na primeira caldeira até sua saída – já cristalizado para as formas (pães de açúcar). Chega a mencionar, porém, a duração de tempo que o caldo permanece nas duas primeiras caldeiras, cerca de meia hora na primeira e entre uma hora e uma hora e quinze na segunda¹¹³. O rigor de sua descrição do fabrico do açúcar nos leva a crer que o tempo de duração total da fabricação era incerto, variável, caso contrário o mesmo teria feito menção. Diz Antonil que a variabilidade na qualidade da cana produz caldos diversos que, por sua vez, alteram significativamente a execução das tarefas parciais nas caldeiras e tachas.

Diverso sumo tem a cana das várzeas do que a dos outeiros: a das várzeas vem muito aguacenta e o caldo dela tem muito que purgar nas caldeiras, e pede mais decoada; a dos outeiros vem bem açucarada e o seu caldo pede menos tempo e menos decoada para se purificar e clarificar. Nas tachas há melado, que quer maior cozimento e há outro de menor; um, logo se condensa na batedeira, outro, mais devagar. (ANTONIL, 1997, p. 86)

Depreende-se que a cana-de-açúcar vitimava todas as etapas do processo produtivo da cozinha com a contingência, entretanto, a previsão do tempo mencionada acima para as caldeiras leva-nos a crer que a etapa de purificação/evaporação fosse mais regular do que a etapa de cozimento. Como dissemos acima, todavia, o padre jesuíta não menciona a utilização de relógio no processo produtivo do Engenho Sergipe do Conde.

¹¹³ “Deixa-se alimpar o caldo na caldeira do meio [caldeira de escumar], comumente pelo espaço de *meia hora*; e, já meio purgado, passa a cair na caldeira de melar por *uma hora, ou cinco quartos*, até acabar de se escumar; (...)” (ANTONIL, 1997, p. 121).

Provavelmente a estipulação de tempo aproximado para as caldeiras tenha sido realizada por ele, sem que o fator tempo fosse de fato utilizado na produção.

Aparentemente esta situação do engenho nega a característica marcante de toda manufatura, segundo o que foi apregoado por Marx: “O fornecimento de dado *quantum* de produtos num tempo determinado torna-se na manufatura lei técnica do próprio processo de produção” (MARX, 1983, p. 273). Podemos verificar essa “lei técnica” da manufatura no caso do engenho, onde a particularidade da matéria-prima aliada à estreita base técnica impregna o processo produtivo com a contingência? A previsibilidade no tempo de execução das operações parciais é de suma importância para a manufatura, condição para que o capital determine com exatidão a proporcionalidade quantitativa entre as operações qualitativamente diferentes. Mediante tal previsão é que a manufatura pode adquirir “continuidade, uniformidade, regularidade e ordenamento” (MARX, 1983, p. 273). Marx demonstra que tinha ciência da imperfeição de algumas manufaturas, mesmo daquelas que aplicaram intensamente o preceito da decomposição do trabalho artesanal, pois o problema existente era de ordem técnica, impossível de ser resolvido no período histórico manufatureiro. Diz ele: “Em muitos ramos, contudo, a exploração manufatureira alcança esse resultado apenas imperfeitamente, pois *não sabe controlar com segurança as condições físicas e químicas gerais do processo de produção*” (MARX, 1983, p. 273, nota 38). Tal imperfeição se aplica aos engenhos de açúcar brasileiros, onde a inexistência do conhecimento científico da matéria se refletia numa estreita base técnica, artesanal, sendo impossível a superação da contingência numa produção afetada por diversas variáveis intangíveis, invisíveis a olho nu e aos demais sentidos.

Tais deficiências reduziam a produtividade e a produção que possivelmente seriam atingidas na hipótese de inexistência de tais contingências geradoras de descontinuidades da engrenagem produtiva. A falta de controle sobre as condições físico-químicas maculava, portanto, um processo produtivo em grau aprimorado de divisão do trabalho. Apesar disso, o mecanismo do trabalhador coletivo combinado cumpria a sua função de aumentar a produtividade do trabalho, caso contrário não se justificaria tamanho investimento de capital sem que houvesse retorno interessante. A

continuidade possível (realmente existente) erigida pela engrenagem manufatureira aumentou a extração de mais-valia dos escravos de forma “civilizada e refinada”, associando-a a forma “bárbara e bruta” das jornadas extenuantes para satisfazer o anseio do capital mercantil que, como bem nos definiu Florestan Fernandes, se apropriava de grande parte do excedente que os senhores se apropriavam em primeira instância da produção escravista manufatureira. Em outros termos, a adaptação entre a manufatura açucareira e o trabalho escravo foi capaz de tornar este tipo de relação de produção mais produtiva do que se imagina inicialmente; sem grandes alterações técnicas – com a exceção do advento das moendas de entrosas ainda no século XVII – o trabalho combinado permitiu o aumento da produtividade do trabalho escravo, permitindo maior apropriação de riqueza no ato da produção – ainda que esta fosse em larga escala “desviada” através do mecanismo do exclusivo metropolitano para a acumulação primitiva de capital em solo europeu. Nossos senhores de engenho gozaram – pelo menos até o final do século XVIII – de uma situação ímpar de fazer inveja aos capitalistas industriais europeus: lograram o que de melhor proporcionava a divisão do trabalho (aumento da produtividade) sem terem que se queixar “sobre a falta de disciplina dos trabalhadores” (MARX, 1983, p. 288); o látigo do feitor garantia as jornadas extenuantes em benefício da acumulação até os limites fisiológicos, enquanto na Europa o “capital luta[va] constantemente com a insubordinação dos trabalhadores” (MARX, 1983, p. 288). Evidentemente esta vantagem dos senhores de engenho era apenas aparente, haja vista o caráter colonial da nossa economia e dos efeitos deletérios do escravismo para o desenvolvimento capitalista.

3.4 Mestre do açúcar: o mago dos engenhos açucareiros

De acordo com a nossa análise, o mestre do açúcar personifica a particularidade da manufatura açucareira que advém de dois fatores: por um lado, da carência de condições técnicas que possibilitassem maior controle sobre os processos físico-químicos da produção, afetando-a com uma contingência não existente normalmente

em outras oficinas; por outro lado, das relações escravistas de produção que também deixam suas marcas indeléveis sobre esta manufatura orgânica, marcadamente no rigor excessivo existente na separação entre trabalho manual e trabalho intelectual. Ambos os fatores tornavam-na *imperfeita* caso comparada com outras manufaturas. A materialidade da matéria-prima impunha significativa imprevisibilidade à produção, cabendo ao mestre do açúcar intuir as variáveis atuantes e tomar as devidas iniciativas, responsabilidade esta inconcebível de ser partilhada com os escravos “caldeireiros” e “tacheiros”, tanto pelo embrutecimento estrutural imposto a esta classe social quanto pelo fato desta ser encarada pelos senhores como inimiga da produção, devendo, por conseguinte, ser alijada ao máximo de operações que requeressem conhecimentos que extrapolassem a mera habilidade manual com suas ferramentas de trabalho. Enquanto *res, instrumentum vocale*, os escravos da planta fabril deveriam ser adestrados para que executassem suas operações parciais manuais com a maior destreza e celeridade, excluindo-lhes, contudo, do aprendizado de tudo que extrapolassem este objetivo. *A imperfeição da manufatura açucareira é consequência, portanto, de dois fatores de naturezas distintas: um de origem técnica intransponível naquele momento histórico pré-industrial, marcadamente manufatureiro; já o outro era de natureza social, resultado das relações escravistas de produção impostas pelo capital mercantil que hipertrofia a oposição entre as forças intelectuais e os trabalhadores, caso a comparemos com as manufaturas que compuseram a via clássica de desenvolvimento capitalista .*

Mesmo diante de uma produção intensamente decomposta, em que a “unilateralidade e mesmo imperfeição do trabalhador parcial tornam-se sua perfeição como membro do trabalhador coletivo” (MARX, 1983, p. 276), *um indivíduo por engenho recebe o título de mestre*. Contrariamente a este fato ocorrido nos engenhos, o período histórico da manufatura é justamente aquele que se caracteriza pela busca incessante por suprimir a existência dos mestres-artesãos, isso mediante a absorção do saber-fazer desses indivíduos através da edificação da força produtiva social do trabalho. Obviamente, “o enriquecimento do trabalhador coletivo e, portanto, do capital em força produtiva social é condicionado pelo empobrecimento do trabalhador em forças produtivas individuais” (MARX, 1983, p. 284); as forças intelectuais, que anteriormente eram *in totum* patrimônio do mestre artesão, são agora parcial – porém

significativamente – dele alienadas, metamorfoseando-se numa cooperação engendrada por outrem (o capital) e que sobre ele se impõe, cobrando-lhe adaptação. O mestre artesão nestas circunstâncias é rebaixado à condição de trabalhador parcial, convertido em uma anomalia que se torna mais produtiva na exata medida em que se atrofia.

A manufatura põe fim aos mestres-artesãos, mas não à artesanidade. Os diversos órgãos componentes do trabalhador coletivo exercem diversas funções, que “podem ser mais simples ou mais complexas, mais baixas ou mais elevadas” (MARX, 1983, p.276), mas a base artesanal exige que o contingente de trabalhadores qualificados seja maior do que o número de trabalhadores não qualificados¹¹⁴. Isso evidencia que a execução das atividades parciais requeria, ainda assim, uma significativa aprendizagem¹¹⁵ por parte de seus operadores; a base artesanal da manufatura se expressava na existência de “artesãos” parciais, especialistas na execução manual de uma etapa da execução do produto final. Tais “artesãos” parciais substituem, portanto, o mestre-artesão de outrora. O saber-fazer pleno dá lugar a um saber-fazer limitado, pontual, ainda que bastante qualificado.

Feitas estas considerações a respeito das características da manufatura estudadas por Marx, voltemos à cozinha do engenho de açúcar. Quatro eram os “caldeireiros” que labutavam por terno de cobre, executando cada um deles funções parciais relacionadas ao recipiente que acompanhavam. O que os identificavam como “caldeireiros” era o fato de atuarem na etapa de purificação/evaporação do caldo. Os quatro “tacheiros”, por sua vez, se identificavam por participarem da etapa de cozimento, trabalhando todos eles – caldeireiros e tacheiros – em um “método de assistência contínua até entregá-la [a matéria-prima] ao seu sucessor” (ANTONIL, 1997, p. 119). O que se depreende da descrição feita pelo jesuíta italiano é que os oito trabalhadores praticamente se limitavam a manusear suas ferramentas habilmente:

¹¹⁴ Cf. MARX, 1983, p. 288

¹¹⁵ “Embora a decomposição da atividade artesanal reduzisse os custos de formação e portanto o valor do trabalhador, continua necessário para o trabalho de detalhe mais difícil um tempo mais longo de aprendizagem e mesmo onde este se tornava supérfluo, os trabalhadores procuravam zelosamente preservá-lo” (MARX, 1983, p. 288).

escumar o caldo, adicionar água e decoada, baldear o caldo ou melado e batê-lo. *Entretanto, não havia entre eles a autonomia para determinar a consecução de suas atividades parciais, pois isto era determinado exclusivamente pelo mestre do açúcar. É como se eles recebessem o produto parcial do companheiro antecedente, soubessem as atividades manuais que deveriam realizar, sem, contudo, possuírem o conhecimento e a autoridade para determinar a conclusão de suas operações parciais.* A sombra do mestre do açúcar era uma presença constante para esses trabalhadores, único dotado de conhecimento necessário para determinar o término de cada operação. A imprevisibilidade imposta pela matéria-prima não permitia o pré-estabelecimento *rigoroso* das ações componentes de cada operação parcial, seja em função do tempo ou do número de ações a serem repetidas (número de escumas, por exemplo)¹¹⁶. Cada caldo deixa a sua marca individualizante e o responsável por determinar as ações dos caldeireiros e tacheiros era o mestre. Só este tem a experiência, inteligência e diligência necessária para saber propor as ações condizentes em cada caso, por exemplo, o *quantum* de decoada será aplicada ao caldo ou o tempo que este permanecerá no fogo em cada um dos recipientes.

Trata-se - a nosso ver - de uma peculiaridade do engenho em relação às características gerais da manufatura evidenciadas por Marx. Em regra, a unilateralização dos trabalhadores no mecanismo do trabalhador coletivo combinado não os expropria das forças intelectuais necessárias à determinação da consecução de suas atividades parciais; mesmo o mestre artesão europeu sendo rebaixado à condição de trabalhador qualificado parcial, mantém ele tanto a capacidade de executar as funções manuais partícipes de sua atividade parcial, quanto o conhecimento necessário para determinar a completa execução da mesma. *Diferentemente, os trabalhadores parciais da cozinha do engenho são expropriados, inclusive, desta capacidade - aparentemente simples - de determinar a plena execução de sua transformação sobre a*

¹¹⁶ Antonil menciona duas escumas na primeira caldeira, porém, não se depreende daí a existência de um manual rigoroso quanto à finalização da atividade do caldeireiro a ela relacionado. Vejamos o quanto de intuitivo havia na determinação da conclusão dos trabalhos na primeira caldeira: “E tanto que o caldo aparece bem limpo (o que se conhece pela espuma e pelos olhos e empolas que levanta, cada vez menores e mais claros) (...)” (ANTONIL, 1997, p. 120). Tais características apontadas pelo jesuíta são demasiadamente imprecisas para se tornarem um padrão rígido, formal; apenas o saber acumulado era capaz de perceber e determinar o momento certo para concluir esta operação.

matéria. Longe de possuírem o domínio sobre o saber-fazer global do açúcar, estão também distantes de deterem o saber-fazer sobre aquela fração a que são responsáveis. Tornam-se autômatos executores manuais de uma operação parcial que não lhes compete determinar o seu término (conclusão). A separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual é muito mais profunda do que na manufatura europeia, onde a mutilação do trabalhador - convertido em trabalhador parcial - não exclui a sua formação para além do estritamente necessário e a própria capacidade de determinar a conclusão de sua operação parcial. Ao escravo, ao contrário, é negada qualquer formação que extrapole o estritamente necessário¹¹⁷ e a própria capacidade de determinar a conclusão de sua atividade. A incognoscibilidade da própria atividade parcial é uma particularidade do trabalhador escravizado na manufatura açucareira.

Na descrição feita por Antonil, os caldeireiros¹¹⁸ parecem ter autonomia e autoridade para determinar a quantidade de lenha a ser acrescentada pelos foguistas – o que sinaliza que possuíam conhecimento acerca da intensidade do calor adequado para a consecução de suas atividades; percebe-se, todavia, que esta se trata da única atividade de iniciativa dos trabalhadores parciais que, aparentemente, não conta com a decisão do mestre do açúcar. Na etapa de purificação/evaporação compete ao mestre fazer o teste de qualidade da decoada, verificar como a colocam e quanto devem colocar e, por fim, determinar o momento em que o melado já está limpo – podendo ser baldeado para os paróis para daí adentrar na etapa de cozimento. Na etapa de cozimento o controle e a determinação do mestre é ainda maior, pois nesta é “necessário todo o cuidado e artifício” (ANTONIL, 1997, p. 122). Como visto acima, “Nas tachas há melado, que quer maior cozimento e há outro de menor; um, logo se

¹¹⁷ “Considerado em sua massa, sobretudo nos domínios agrícolas, o escravo era um mau trabalhador, apto apenas a tarefas simples, de esforço braçal sem qualificação. Suas possibilidades de progresso técnico – afora exceções singulares – só podiam ser extremamente limitadas. No Brasil, por sinal, a legislação do Império proibiu que escravos recebessem instrução sequer nas escolas primárias, equiparando-os aos doentes de moléstias contagiosas. (...) Assim, ao contrário dos operários livres, os escravos eram incapazes de ascensão técnica em massa” (GORENDER, 2011, p. 106).

¹¹⁸ “E o metedor há de estar atento ao que lhe mandam os caldeireiros, botando precisamente lenha, que os de cima conhecem e avisam ser necessária, assim para que não transborde o caldo ou melado dos cobres, como para que não falte o ferver” (ANTONIL, 1997, p. 116). Apesar do autor se referir apenas aos caldeireiros, é razoável estender tal competência também para os tacheiros.

condensa na batedeira, outro, mais devagar” (ANTONIL, 1997, p. 86): tal variabilidade da matéria-prima processada exigia diligente atenção do mestre do açúcar, determinando ações a partir do conhecimento acumulado que possuía¹¹⁹.

Apesar da intensa divisão do trabalho na cozinha do engenho e na contramão do que ocorreu nas oficinas européias, Antonil associa o trabalho do mestre a uma arte e afirma que ele *faz* o açúcar. Vejamos:

A quem *faz* o açúcar, com razão se dá o nome de mestre, porque o seu obrar pede *inteligência, atenção e experiência*, e esta, não basta que seja qualquer, mas é necessária a *experiência local*, a saber, do lugar e qualidade da cana, aonde se planta e se mói (...) (ANTONIL, 1997, p. 86).

Porque, ainda que a cana não seja qual deve ser, *muito pode ajudar a arte*, no que faltou à natureza. E, pelo contrário, pouco importa que a cana seja boa, se o fruto dela e o trabalho de tanto custo se botar a perder por descuido, com não pequeno encargo de consciência para quem recebe avantajado estipêndio (ANTONIL, 1997, p. 118).

O mestre do açúcar possui este *status* pelo fato do processo produtivo ter base técnica artesanal, tornando-se imprescindível à fabricação o acúmulo de conhecimento oriundo da experiência para a consecução exitosa da produção. Este título não é à toa, mas porque tem papel *ativo* da fabricação do açúcar: a ele cabe, de fato, grande parte do mérito do produto final. Deve ter inteligência e experiência acumulada na fabricação de maneira a saber as necessidades distintas dos diversos tipos de cana; uma cana de várzea ou de outeiro geram caldos diversos que modificam significativamente o processo produtivo, aumentando ou diminuindo o tempo que o caldo ferverá em cada uma das caldeiras e tachas. Não se trata, portanto, de uma experiência da fabricação do açúcar *stricto sensu*, interna à cozinha, mas uma experiência regional¹²⁰ *capaz de proporcionar maior previsibilidade a um processo produtivo profundamente maculado pela contingência*.

¹¹⁹ “Antes de se botar a decoada nas caldeiras do caldo, experimente que tal ela é, e depois veja como os caldeireiros a botam, e quando hão de parar, nem consinta que a meladura se coe antes de ver se o caldo está purificado, como há de ser; e o mesmo digo da passagem de uma para outra tacha, quando se há de cozer e bater, sendo a alma de todo o bom sucesso a *diligente atenção*” (ANTONIL, 1997, p. 86).

¹²⁰ Cf. FERLINI, 1988, p. 135.

Evidentemente que as afirmações de Antonil a respeito da importância atribuída ao mestre do açúcar são exacerbadas, pois padecem de uma consciência reificada que apaga a importância dos múltiplos trabalhos manuais parciais executados pelos escravos na seqüência produtiva. O acúmulo de conhecimentos necessários ao fabrico do açúcar é negado aos “caldeireiros” e “tacheiros”, que se limitam à imprescindível execução de suas operações manuais parciais, operações estas que são desconsideradas pelo jesuíta italiano. À medida que os conhecimentos necessários ao fabrico do açúcar são excluídos dos escravos e o processo produtivo físico-químico exige uma constante intervenção cognitiva, tal aporte necessário de conhecimentos deve se concentrar necessariamente em algum sujeito. O mestre do açúcar acumula em si este saber que é negado aos escravos, aos trabalhadores manuais, e dado a natureza do processo produtivo ele tem, de fato, participação ativa no produto final. Esta concentração do saber em torno de um único sujeito é consequência: 1) da base técnica artesanal de uma produção complexa – físico-química – que exige um conhecimento prático-intuitivo acumulado para acompanhar/determinar todo o processo produtivo decomposto; a complexidade envolvida no fabrico do açúcar sobre bases artesanais exige a concentração do saber em alguns sujeitos, que se incumbem da responsabilidade pelo produto final; 2) ainda que a concentração deste saber em torno do mestre tenha explicação na base técnica envolvida, a grau excessivo desta concentração apenas é explicável em virtude das relações de produção; os escravos são inseridos na manufatura como meras peças de uma engrenagem, fragmentos de uma totalidade que lhes era alheia e desconhecida; até aí nada de particular em relação à manufatura baseada no trabalho livre; a peculiaridade reside no fato de que as forças intelectuais que se dissociam do trabalhador livre na manufatura, opondo-lhes como propriedade alheia que os domina, dissociam-se na manufatura escravista de uma maneira muito mais intensa determinada pela condição objetiva e subjetiva do escravo enquanto coisa. Assim, a necessidade da figura do mestre nos engenhos coloniais é oriunda da base técnica artesanal e das relações sociais de produção que reificam ao extremo os seres humanos¹²¹, opondo rigidamente trabalho manual e trabalho intelectual.

¹²¹ A regra na sociedade escravista reside na incompatibilidade entre trabalho escravo e trabalho

Diante de sua posição vital para a fabricação do açúcar, ao mestre é possível a identidade com o produto final na posição de “produtor” ou artista. O produto final, todavia, se volta contra o mestre como algo que lhe é estranho, como mercadoria, propriedade do senhor que alimentará o capital mercantil. Ainda assim, durante o processo produtivo o mestre do açúcar é capaz de se reconhecer como *o sujeito a determinar todas as etapas, servindo de amálgama capaz de unificar e dar sentido ao processo manufatureiro*. Os caldeireiros e tacheiros por mais experientes que sejam foram atrofiados pela engrenagem manufatureira: reduzidos a trabalhadores parciais a executar atividades simples e repetitivas, são carentes de capacitação necessária para sequer determinar plenamente as suas respectivas funções parciais. O mestre do açúcar, ao contrário, é o senhor que perpassa a todas as etapas, a liga condutora capaz de possibilitar a própria existência do trabalhador coletivo; afinal, sem o mestre do açúcar este último padeceria numa soma de trabalhos parciais carentes de síntese produtiva.

Tal situação do mestre do açúcar enquanto trabalhador inserido na manufatura, mas que mantém identidade com processo global, contrasta significativamente com o seguinte efeito da divisão do trabalho sobre os trabalhadores: “A conexão de seus trabalhos se confronta idealmente portanto como plano, na prática como autoridade do capitalista, como poder de uma vontade alheia, que subordina sua atividade ao objetivo dela” (MARX, 1983, p. 263). Esta conexão dos trabalhos como um plano alheio não se

especializado, que requer conhecimentos e habilidades especiais. Tal regra se explicitava com mais vigor nas unidades produtivas rurais do que nas cidades, onde os senhores tendiam a qualificar seus escravos para que pudessem ser lucrativos. Excluindo-se estes últimos, na produção rural a grande massa dos escravos era composta por trabalhadores desprovidos de maiores qualificações, adaptados ao trabalho rústico do campo. Ainda que os escravos tenham se inserido numa organização qualitativamente superior àquela existente no campo, adaptando-se à produção manufatureira dos engenhos, mesmo aí a grande maioria era apenas adestrada para serviços manuais parciais e que não requeriam conhecimentos especiais. A condição objetiva e subjetiva do escravo no interior do escravismo engendrava uma forte tendência para que seus trabalhos fossem desta natureza, carentes de habilidades e conhecimentos especiais. Todavia, a existência de escravos em postos como mestres do açúcar e purgadores demonstra que tal incompatibilidade não era absoluta. Ainda assim, a regra se afirmava quando se verifica que a tendência era de que tais postos fossem ocupados por trabalhadores livres. A rigidez na oposição entre trabalho manual e trabalho intelectual se manifesta na dificuldade relatada pelos autores para se achar mestres do açúcar, o que evidencia o grau de embrutecimento a que eram submetidos os escravos do engenho, pois apesar de trabalharem constantemente no beneficiamento do caldo não conseguiam alcançar o posto de mestre. Apenas em meados do século XIX é que esta rígida separação se atenua um pouco dado a tendência notória de fim da escravidão, quando os senhores passam a buscar de forma inédita o interesse do escravo pela produção através de estratégias como, por exemplo, a promessa de concessão de manumissão.

estende ao mestre, pois apenas o seu conhecimento intuitivo é capaz de produzir esta unidade em processo característica da manufatura açucareira. Mantém-se, portanto, sua identidade com o processo global de produção do açúcar. *O capital mercantil foi capaz de retirar dele o fazer efetivo, prático, delegando a outros trabalhadores (caldeireiros e tacheiros), entretanto, reduziu-o – entronando-o – ao posto de personificação-mor do conhecimento adquirido em séculos de fabricação do açúcar.*

Se acertada a afirmação de que "Na manufatura do açúcar não havia mais artesão atuando na seqüência produtiva (...). *Mas o mestre do açúcar era um artesão*" (GAMA, 1983, p. 80), o *sui generis* do engenho reside neste processo aparentemente contraditório, em que o aprimoramento manufatureiro não extingue a figura do artesão, mas, ao contrário, intensifica a sua importância à medida que a produção adquire maiores proporções. A caracterização do mestre como um homem que *faz* evidencia esta sua condição de artesão. O capital no intuito de aumentar a produtividade e a produção decompôs o seu saber-fazer em diversas operações parciais, exigindo dele que materializasse¹²² os estágios sucessivos de transformação da matéria – antes unificados – em operações justapostas no espaço e seqüenciais no tempo. Neste sentido podemos concordar com a afirmação de que sua "arte foi sendo lentamente absorvida pelo engenho" (FERLINI, 1988, p. 121); todavia, esta absorção foi distinta daquela que ocorreu em outras manufaturas, pois *o artesão não foi negado neste processo de dissociação das suas potências intelectuais em relação a si mesmo. A seqüência produtiva manufatureira materializa e se apropria de seu saber-fazer em benefício do capital, tendo como consequência negativa para si o seu distanciamento*

¹²² Uma característica do período manufatureiro reside no papel ativo que os próprios trabalhadores parciais tiveram na especialização dos meios de trabalho, adequando-os às suas estreitas operações. Isso é explicado pela separação apenas parcial ocorrida entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Diz Marx a respeito: "Smith confunde também a diferenciação dos instrumentos, na qual o próprio trabalhador parcial da manufatura teve participação muita ativa, com a invenção das máquinas. Não são os trabalhadores das manufaturas, mas os estudiosos (...) que aqui desempenharam papel importante" (1983, p. 275, nota 44). Certamente o próprio mestre do açúcar teve participação ativa na decomposição do que até então era uno; os múltiplos e diferenciados recipientes - com suas respectivas funções parciais - só poderiam surgir com a iniciativa daquele que detinha todo o saber-fazer associado à produção do açúcar. A inexistência da ciência como força intelectual estranha e autônoma ao processo produtivo nesta fase manufatureira explica esta sua participação ativa na diversificação dos meios de trabalho. Quanto aos escravos, a repulsa destes ao trabalho e a desqualificação certamente reduziu a participação ativa na diversificação das ferramentas, todavia, tal participação não pode ser desconsiderada em absoluto. Trata-se de um estudo histórico de suma importância a ser empreendido.

do trabalho manual; diante deste o mestre do açúcar adquire, inclusive, algumas características de feitor, vigiando e repreendendo aqueles trabalhadores parciais desatentos por cansaço, sonolência ou “cabeça esquentada”¹²³. Se considerarmos que “O que os trabalhadores parciais perdem, concentra-se no capital com que se confrontam” (MARX, 1983, p. 283), podemos concluir que se o mestre perde sua relação orgânica com as ferramentas, transferida para os trabalhadores parciais enquanto órgãos do trabalhador coletivo combinado, o ganho fica com o capital que se torna proprietário de uma força produtiva social do trabalho até então inexistente.

Não obstante este feito negativo da manufatura sobre o mestre, não resulta daí que sua capacidade intelectual seja apropriada pelo capital a ponto deste prescindir do seu saber para a efetiva realização do trabalhador coletivo combinado¹²⁴. Como dissemos acima, sem o mestre do açúcar a manufatura açucareira não passa de uma soma de partes distintas, carente em absoluto de síntese produtiva. Na citação abaixo do inglês Noel Deer demonstra-se a imprescindibilidade do mestre para a realização da manufatura açucareira até o final do século XIX, assim como o “desencantamento” da produção ocasionado pela industrialização. Diz ele:

Até fins do século XIX, a operação do cozimento do açúcar permaneceu como habilidade ou mistério ciosamente guardado; e, tanto nos engenhos coloniais como nas refinarias o cozinheiro achava-se numa situação de impor ordens à administração, e, sem dúvida alguma, tais homens tinham grande perícia. No entanto, o século atual está vendo aquela operação de cozimento do açúcar reduzir-se a leis físicas definidas (DEER, Apud GAMA, 1983, p. 80).

¹²³ Cf. ANTONIL, 1997, p. 86.

¹²⁴ Ao nosso ver, o brilhante estudo que Ferlini faz das consequências do aprimoramento manufatureiro sobre os “oficiais do açúcar” tem a limitação de não dar relevo à particularidade deste processo no caso do engenho. Seguindo a análise de Marx, a autora superdimensiona os efeitos negativos e “anti-artesão” da manufatura sobre os oficiais do açúcar. Ao que pese se tratar de uma verdade para os caldeiros, para o mestre do açúcar essas consequências não se dão de forma semelhante à manufatura estudada por Marx. Como dissemos, o mestre do açúcar personifica a particularidade da manufatura açucareira, sendo de suma importância capturar as idiosincrasias deste artesão inclusive para se compreender o engenho como um todo. Não obstante a materialização de seu saber-fazer artesão na engrenagem do trabalhador coletivo combinado, propriedade do capital, não há um estreitamento e unilateralização de seu ofício à semelhança do ocorrido com os mestres-artesãos europeus; esses padeceram com a engrenagem, foram rebaixados, ao passo que o mestre do açúcar continuou imprescindível para a efetivação da manufatura, pedra de toque para a sua realização justamente por possuir o saber-fazer *in totum* da produção do açúcar.

A matéria-prima deixa como sua marca sobre o engenho a contingência que prejudica a realização da “lei técnica” da manufatura, segundo a qual um dado *quantum* de produtos deve ser produzido em certo tempo de produção. O rigor existente em torno desta lei em outras manufaturas não é compatível com o engenho. Além desse elemento de *imperfeição*, outro importantíssimo se expressa na profunda concentração do saber intelectual em torno de um único indivíduo, o que contrasta significativamente com a característica geral da manufatura de suprimir a figura do mestre artesão. Apesar deste materializar o seu saber-fazer no próprio mecanismo produtivo do engenho, mantém-se o mestre do açúcar imprescindível para a realização produtiva da engrenagem. Esta dependência profunda diante de um único indivíduo parece ser uma *imperfeição* diretamente relacionada às relações escravistas de produção, pois estas exigem uma força produtiva capaz de dissociar profundamente o trabalho manual do escravo do trabalho intelectual. Como vimos, a manufatura foi a resposta para esta exigência, elevando suas consequências negativas sobre os trabalhadores ao paroxismo caso a comparemos com os exemplares europeus.

Diante de um processo produtivo complexo (físico-químico) e de uma base técnica artesanal, certamente a possibilidade de qualificação progressiva – mesmo que dentro de limites impostos pela relação capital - por parte de trabalhadores livres parciais iria se refletir em ganhos de produtividade, maior aprimoramento das ferramentas e responsabilidade partilhada pela consecução do produtor final, aspectos estes que restringiriam a dependência extrema em relação ao mestre do açúcar e que tendiam a ossificar a produção. A estagnação produtiva dos engenhos se evidencia na rotina e na ignorância reinante nos séculos XVIII e XIX, que, segundo Caio Prado, tem nas relações escravistas o principal responsável por este estado de coisas, pois se trata de uma produção “fundado no trabalho ineficiente e quase sempre semibárbaro do escravo africano. Seria difícil realizar coisa de muito melhor com trabalhadores dessa natureza” (PRADO JR., 2011, p. 145). O que ocorreu foi a formação de uma força produtiva adequada à utilização de uma mão de obra desqualificada e avessa ao trabalho, mecanismo este que reproduziu por séculos esta situação nada inventiva e pouco produtiva. Além do bloqueio que o trabalho escravo impôs ao desenvolvimento das forças produtivas, os efeitos nefastos do antigo sistema colonial garantiam a

acumulação externa e a permanente carência de capitais no interior da colônia. Assim, o espólio colonial somado ao trabalho escravo formou uma estrutura econômica cujo fundamento residia na extração absoluta da mais-valia, bloqueando o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento significativo da produtividade que caracteriza uma economia capitalista plena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao expormos os aspectos fundamentais de duas interpretações da economia colonial - a *tese sistêmica* e o *escravismo colonial* - buscamos retomar um debate que na historiografia econômica e na sociologia do desenvolvimento não foi esgotado. Além disso, optamos por duas vertentes marxistas a despeito de outras igualmente clássicas, como as teses de Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré. Apesar da escolha de duas teses clássicas marxistas, não significa que invalidemos as contribuições tanto dos últimos autores mencionados quanto daqueles que atualizaram o debate contemporâneo no interior do marxismo. Trata-se apenas de uma opção que satisfaz aos nossos objetivos, afinal, não pretendemos discutir exaustivamente a questão colonial, mas sim expor apontamentos já clássicos da nossa historiografia para a explicação da produção econômica colonial.

O objetivo central foi capturar a explicação das duas teses que interpretam o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção materializadas nos engenhos coloniais. No entanto, antes de atingir este objetivo partimos dos fundamentos teóricos distintos que levam às conclusões díspares sobre a economia colonial, o que nos conduziu à exposição da concepção sobre o Antigo Regime, sobre a posição e importância da economia colonial na formação do capitalismo pleno e, por fim, à apresentação dos fatores que explicavam a desacumulação na economia colonial. Como desenvolvemos na primeira parte do texto, a opção pela tese sistêmica para a explicação geral da produção colonial não significou o descarte à contribuição de Gorender para nosso estudo microscópico da manufatura açucareira, o que ficou evidente na nossa terceira seção.

O Sistema Colonial no espectro do capitalismo mercantil da época moderna é visto por nós como fundamento explicativo da estrutura e dinâmica da economia colonial. Desta forma, a condição para a inteligibilidade das forças produtivas e das relações de produção adotadas reside na consideração do capital mercantil como sujeito ativo na edificação e determinação da evolução subsequente dos engenhos

açucareiros, caso contrário, adentra-se no terreno pantanoso da tese do escravismo colonial que refuta categoricamente o controle do capital mercantil sobre a produção. Trata-se, como vimos de uma subordinação formal comum a todas as formas e relações de produção vigentes na época do Antigo Regime: tal mosaico era controlado e articulado pelo capital mercantil, que apenas satisfazia os seus desígnios por intermédio da coerção extra-econômica levada a cabo pelo Estado Absolutista. Tanto nas formas de produção baseadas na dependência direta, quanto naquela baseada na dependência indireta – mediada pelo salário –, em ambas a acumulação do capital era incapaz de prescindir da coerção extra-econômica (política), ainda que o grau desta coerção variasse em cada uma dessas formas de produção. O capital mercantil umbilicalmente articulado ao Estado é que estruturou a economia colonial, tornando os nexos sistêmicos indispensáveis para a sua explicação.

A produção em larga escala de açúcar para mercantilização no mercado europeu explica o processo de adoção da cooperação baseada na divisão do trabalho desde os primeiros engenhos coloniais, ainda no século XVI. O uso da força de trabalho escrava também se explica em virtude do capital mercantil, visto ser o tipo de trabalho compulsório que mais concentração de renda proporciona, permitindo que a apropriação metropolitana não inviabilizasse a produção colonial para os senhores locais. Além de que o comércio de escravos africanos deflagrou um ramo que garantia altíssimos lucros para os comerciantes e tributos para a Coroa lusitana.

O desdobrar-se do capital mercantil para a produção engendrou a dialética entre as forças produtivas e as relações escravistas de produção, que, como vimos, trouxe particularidades marcantes à manufatura açucareira em relação à manufatura europeia – baseada no assalariamento. Evidenciou-se a compatibilidade existente entre a escravidão e o progresso das forças produtivas, visto a sua adaptação às inovações ocorridas nos meios de trabalho e a sua adaptação à cooperação baseada na divisão do trabalho. A evolução deste processo torna clara tal compatibilidade com o aprimoramento manufatureiro do engenho de açúcar, ocorrido no século XVII. Este aspecto é importante para concluirmos que a força produtiva social do trabalho típica do

período manufatureiro europeu foi plenamente compatível com as relações escravistas recriadas pelo capital mercantil na modernidade.

Além disso, entendemos que a produção manufatureira fora uma necessidade para a utilização produtiva da mão de obra escrava: esta estava imersa em condições objetivas e subjetivas de inumanidade que produzia repulsa ao trabalho e uma quase que absoluta desqualificação de sua força de trabalho. A utilização do braço escravo para a produção mercantil em massa pressupunha uma força produtiva adequada a esta força de trabalho embrutecida, desqualificada ao extremo, sendo a manufatura fundamental para conciliar produção em larga escala com trabalho escravo. Isso apenas foi possível pelo fato da força produtiva representada pela manufatura clássica possuir como característica universal para seus ganhos produtivos a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Tal característica universal da manufatura atingiu níveis inimagináveis na produção colonial, especificamente no engenho de açúcar, de forma a contornar a tendência contraproducente do trabalho escravo.

Um importante aspecto da manufatura clássica é o desencadeamento do processo de atrofia da força de trabalho quando integrante do trabalhador coletivo – mecanismo vivo da manufatura. É importante ressaltar que esse aspecto foi hipertrofiado como forma de suprimir dos escravos a dimensão cognitiva do processo produtivo, restringindo-os a operações manuais parciais repetitivas. As forças intelectuais residuais do trabalhador parcial da manufatura foram negadas aos escravos, forças estas que se concentraram na figura do mestre do açúcar. Consideramos esta extrema atrofia a uma *imperfeição* da manufatura açucareira, consequência das relações escravistas de produção e que produz resultados negativos para o desenvolvimento nacional, pois lega uma força de trabalho desqualificada, desinteressada e não inventiva para o período pós-colonial.

Como a produção do açúcar de engenho é um processo especificamente físico-químico executado numa base técnica artesanal, aparece outra imperfeição desta manufatura. A matéria-prima cana-de-açúcar deixa sua marca sobre a produção através da marcante imprevisibilidade, o que macula significativamente a consecução da “lei técnica” da manufatura de produzir um dado *quantum* de produtos em certa unidade de

tempo. Esta segunda *imperfeição* da manufatura açucareira se soma à *imperfeição* oriunda da escravidão resultando na concentração do saber produtivo na figura do mestre do açúcar. Este, portanto, personifica a particularidade da manufatura açucareira, concentrando em si as forças intelectuais negadas aos escravos integrantes da engrenagem de modo a determinar todo o processo produtivo através de seu saber prático-intuitivo acumulado durante anos de experiência.

Entendemos que a relevância do estudo reside na busca por apreender a particularidade desta que foi praticamente a única produção fabril do Brasil colonial, legando subsídio para um estudo subsequente a respeito dos impactos da industrialização sobre os trabalhadores, sobre o processo produtivo e a produtividade do trabalho. Ademais, o estudo nos ajuda a capturar as consequências das relações escravistas sobre a produção, revelando seus efeitos negativos resultantes da coisificação a que eram impostos os escravos, que se refletia na profunda atrofia de suas capacidades. No decorrer do século XIX, o escravismo passou a contrastar com a necessidade de adoção de forças produtivas modernas, propriamente capitalistas, haja vista a postura reativa do escravo diante desses novos meios de trabalho e da sua profunda desqualificação. A compatibilidade que a escravidão demonstrou possuir com as forças produtivas características do capitalismo mercantil se tornou o inverso quando do surgimento dos maquinismos que compunham as modernas usinas. O fim tardio da escravidão não foi capaz de superar as marcas indelévels legadas por estas relações de produção, sendo, portanto, importante se observar a particularidade imposta pela escravidão à manufatura, pois consequências negativas da escravidão perduraram e ainda perduram na economia brasileira. Seus efeitos podem ser percebidos através de análises micro ou macroeconômicas, a depender do enfoque do pesquisador.

REFERÊNCIAS

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

ARISTÓTELES. *Metafísica*. Bauru, São Paulo: EDIPRO, 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. - 6. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CASTRO, Sebastião Beltrão de; ANDRADE, Sâmara Alvachian Cardoso. *Tecnologia do Açúcar*. Recife, Ed. Universitária, UFPE, 2007.

DE CARLI, Gileno. *O Processo Histórico da Usina em Pernambuco*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1942.

DIEGUES JR. Manuel. *O Bangüê nas Alagoas*. Maceió, EDUFAL, 1980.

DOBB, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. São Paulo, Nova Cultural, 1986. (Os Economistas).

ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Tradução Leandro Konder. - 16. ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. *Anti-Duhring: filosofia, economia, política, socialismo*. - 2. ed. - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

EISENBERG, Peter L. *Modernização sem Mudança: a indústria açucareira em Pernambuco: 1840-1910*. Campinas, Paz e Terra, 1977.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, Trabalho e Poder*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1988.

FERNANDES, Florestan. *Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo-SP, Editora Globo, 2010.

GAMA, Ruy. *Engenho e Tecnologia*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1983.

GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

GREMAUD, Amaury Patrick. *Formação econômica do Brasil*. - 1. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

HIRANO, Sedi. *Formação do Brasil Colonial: Pré-capitalismo e Capitalismo*. - 2. ed.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2002.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed. - São Paulo: Abril Cultural, Livro primeiro, Volume I, Tomo 1, 1983. (Os economistas).

_____. *O Capital: crítica da economia política*. - 3. ed. - São Paulo: Abril Cultural, Livro primeiro, Volume I, Tomo 2, 1984a. (Os economistas).

_____. *O Capital: crítica da economia política*. - 3. ed. - São Paulo: Abril Cultural, Livro primeiro, Volume III, Tomo 1, 1984b. (Os economistas).

_____. *Capítulo VI inédito de O Capital*. trad. Klaus Von Puchen. - 2. ed. - São Paulo: Centauro, 2004.

_____. *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2008.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. - 11. ed. – São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: FACAMP, 2009.

NOVAIS, Fernando Antônio. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

SANT'ANA, Moacir Medeiros. *Contribuição à História do Açúcar em Alagoas*. Recife, Museu do Açúcar, 1970.

SILVA, Lígia Osório. *Feudalismo, Capital Mercantil, Colonização*. In: História do Marxismo no Brasil. MORAES; DEL ROIO, (Org.), Campinas-SP, Editora da UNICAMP, 2007.

TAMM, Beatriz Scharrer. *Azúcar y Trabajo: tecnología de los siglos XVII y XVIII en el actual Estado de Morelos*. México, D.F., Librero-Editor, 1997.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Tradução Laura Teixeira Motta. – São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. Tradução Denise Bottmann. - 1. ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VIEIRA, Carlos Alberto Cordovano. *Interpretações da Colônia: leitura do debate brasileiro de inspiração marxista*. Mestrado em História Econômica, Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia, UNICAMP – São Paulo, 2004.